



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Departamento de Ciências Econômicas
Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial – MDPT

GERSON FERNANDO DA SILVA

MODERNIZAÇÃO AGROPECUÁRIA E TURISMO DE
NEGÓCIOS EM GOIÁS

GOIÂNIA
FEVEREIRO, 2011



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Departamento de Ciências Econômicas
Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial – MDPT

GERSON FERNANDO DA SILVA

MODERNIZAÇÃO AGROPECUÁRIA E TURISMO DE
NEGÓCIOS EM GOIÁS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Luis Antonio Estevam

GOIÂNIA
FEVEREIRO, 2011

S586m Silva, Gerson Fernando da.
Modernização agropecuária e turismo de negócio em Goiás
/ Gerson Fernando da Silva. – 2011.
103 f.

Bibliografia: p. 100-103
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Departamento de Ciências Econômicas, 2011.
“Orientador: Prof. Dr. Luis Antonio Estevam”.

1. Agronegócio – Goiás. 2. Economia – formação –
Goiás. 3. Agropecuária – modernização – Goiás. 4. Turismo
de negócio. I. Título.

CDU: 338.43: 631.153(817.3)(043.3)
631.145

GERSON FERNANDO DA SILVA

MODERNIZAÇÃO AGROPECUÁRIA E TURISMO DE
NEGÓCIOS EM GOIÁS

Goiânia, ____/____/____

Banca examinadora

Orientador: Prof. Dr. Luis Antonio Estevam
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Prof. Dr. Carlos Leão
Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Ycarim Melgaço Barbosa
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO	9
1. FORMAÇÃO ECONÔMICA E MODERNIZAÇÃO AGROPECUÁRIA	11
1.1. No Período Antes de 1930.....	12
1.2. No Período de 1930 a 1960	15
1.3. No Período da Modernização Agropecuária	21
1.3.1 Produção de Grãos.....	30
1.3.2. Produção da Pecuária.....	50
2. PARADIGMA DO AGRONEGÓCIO E A ECONOMIA GOIANA	58
2.1. Surgimento do Conceito	58
2.2. Importância da Agroindústria.....	62
2.3. Complexidade da Cadeia Produtiva	65
2.4. Diversificação da Economia em Goiás.....	72
3. TURISMO DE NEGÓCIOS EM GOIÂNIA	77
3.1. Turismo de negócios e eventos.....	78
3.2. O Agronegócio Fomenta o Turismo em Goiânia	81
3.3. O Censo Hoteleiro de Goiânia - 2008	84
3.4. Planejamento estratégico – política pública	88
3.5. Centro de Convenções	91
3.6. Exposições Agropecuárias.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
NOTAS	98
REFERÊNCIAS	100

RESUMO

O presente trabalho evidencia a estreita ligação entre o agronegócio e o turismo de negócios em Goiás, a partir de sua capital. Assim, foi revisitada a formação econômica do Estado, enfatizando-se o setor emergente da agropecuária, bem como suas origens desde o Século XIX. Foram abordadas as transformações ocorridas com a modernização agropecuária, com ênfase para o setor de grãos e carnes. O objetivo da pesquisa é mostrar que o conceito de agronegócio é bastante amplo e envolve, na prática, não só a agropecuária, mas também a indústria e os serviços. Foi feita uma revisita aos fundamentos teóricos, ressaltando-se a complexidade e variedade das cadeias produtivas. Abordou-se a diversificação da economia goiana que tem propulsionado, a cada dia, novos negócios no âmbito regional. O trabalho aborda o reflexo de todo esse processo no turismo de negócios, evidenciando a estrutura turística da capital, bem como o perfil do turismo, com ênfase para suas ligações com a diversificação do agronegócio. As pesquisas apontaram que o agronegócio em Goiás é uma atividade complexa, com inúmeras ramificações e que a sua expansão tem fomentado o turismo na capital do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Formação econômica, modernização agropecuária, agroindústria, turismo de negócios.

ABSTRACT

This study demonstrates the close link between agribusiness and tourism business in Goiás, from his capital. Thus, it was revisited the economic formation of the state, emphasizing the emerging sector of agriculture, as well as their sources since the nineteenth century. Have discussed the changes with agricultural modernization, with emphasis on grains and meat sector. The research objective is to show that the concept of agribusiness is very broad and involves, in practice, not only agriculture but also industry and services. We conducted a revisit to theoretical principles, emphasizing the complexity and variety of supply chains. Addressed the diversification of the State economy that has propelled each day, new businesses within the region. The work covers the entire process of reflection on business tourism, highlighting the capital's tourist infrastructure, as well as the profile of tourism, emphasizing its links with the diversification of agribusiness. The research showed that agribusiness in Goiás is a complex activity, with many ramifications and that its expansion has boosted tourism in the state capital.

KEYWORDS: Training economic, agricultural modernization, agribusiness, tourism and business.

INTRODUÇÃO

Na última década, o PIB de Goiás tem crescido acima da média nacional. Os setores responsáveis por esse crescimento repousam principalmente no segmento da produção de *commodities*. O extrativismo mineral e a produção de grãos e carnes representam o núcleo da expansão econômica de Goiás. Estimulados pela produção, o setor de construção civil e o setor de turismo também passaram a representar fatia significativa no PIB de Goiás. Da mesma forma outros segmentos como o automobilístico, o farmacêutico e o de serviços urbanos em geral também passaram a ser relevantes.

Paralelo a esse crescimento produtivo, a urbanização em Goiás também passou a ser bastante expressiva, com uma taxa demográfica urbana superior à média nacional.

O ponto central de todo esse fenômeno, ocorre na cidade de Goiânia que se tornou uma grande Goiânia em todos os sentidos. A capital de Goiás vem sofrendo uma rápida transformação na sua estrutura tradicional. Conta atualmente com vários Shoppings, Hotéis de luxo, Centro de Convenções e diversos condomínios habitacionais.

Goiânia passou a ser conhecida, em função dessas transformações, como a Capital de Negócios do Estado e, quiçá, do planalto central brasileiro. Até então o turismo para o Estado de Goiás se resumia nos atrativos históricos de Pirenópolis e Cidade de Goiás e no pólo aquático de Caldas Novas e Rio Quente. Entretanto, em função das transformações econômicas do Estado, houve um incremento admirável no turismo de negócios na Capital.

O problema levantado por esse trabalho se resume na seguinte questão: se Goiânia é realmente movimentada, em grande parte, pelo turismo de negócios, que tipo de negócios sustenta o fluxo turístico da Capital?

A hipótese que sustenta esta pesquisa é a de que o turismo goianiense é, de forma substancial, derivado da cadeia produtiva do agronegócio existente em Goiás.

Para comprovação de tal hipótese, o estudo faz, em termos de metodologia, uma revisita a origem e correntes de discussão acerca do aporte teórico de cadeias produtivas. Por outro lado, o estudo retoma os conceitos básicos de turismo de negócios. Ainda no aspecto metodológico, a pesquisa também revisita a bibliografia de autores do desenvolvimento regional com ênfase para os estudiosos do Centro-Oeste brasileiro. De resto, o estudo

acompanha os resultados dos Censos Hoteleiros, bem como publicações oficiais e artigos sobre o turismo e negócios em Goiás.

Para exposição dessa temática, em forma lógica, o trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo a preocupação foi a de evidenciar o contexto histórico goiano. Tenta mostrar a transição de uma estrutura agropecuária tradicional, com pequena urbanização, para a agropecuária moderna com urbanização acelerada. Também nesse capítulo é mostrada a produção atual de grãos e carnes.

No segundo capítulo, fez-se necessária a abordagem de um aporte teórico do agronegócio evidenciando a complexidade da cadeia produtiva e a decorrente diversificação da economia de Goiás, incentivada pela estrutura de cadeias agroindustriais.

No terceiro capítulo, além de uma retomada teórica de turismo de negócios, buscou-se delinear o perfil e o fluxo de movimentação do turismo na capital do Estado.

Com essa forma de abordagem acima especificada, almeja-se comprovar que o crescimento do turismo na capital de Goiás está fortemente atado ao agronegócio regional.

1. FORMAÇÃO ECONÔMICA E MODERNIZAÇÃO AGROPECUÁRIA

Os primórdios da ocupação populacional em Goiás foram mais significativos a partir do século XVII, pois a mineração estava em declínio nas demais regiões do Brasil, fazendo com que as pessoas se aventurassem em busca desse minério nestas paragens, ocasionando, assim, a vinda do “Anhanguera”, entre outros, em busca da exploração do ouro.

Conforme Palacín (1994), havia somente indígenas no território goiano e o início da ocupação demográfica de Goiás se deu em função da mineração do ouro no século XVIII, quando alguns mineradores (Bartolomeu Bueno da Silva, João Leite da Silva Filho, Ortiz e Domingos Rodrigues do Prado) pediram às autoridades para organizarem uma expedição no sertão dos “Goiazes” e, em troca, solicitaram ao rei futuras vantagens caso encontrassem minas de ouro no território. O rei de Portugal concordou e delegou ao governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, a assinatura de um contrato. Depois de assinados os documentos, partiram com um carregamento de cavalos, armas, índios, negros, mulatos e religiosos, em busca do ouro.

Nessa época, os meios de comunicação fluviais se apresentavam mais atraentes que os caminhos de terra que serviam o sul da província porque os custos do transporte fluvial eram muito mais compensatórios que as abandonadas e precárias estradas que iam para a corte ou São Paulo (DOLES, 1973). O Tocantins era o rio mais concorrido, já que a falta de povoamento das margens do Araguaia prejudicava o comércio.

Segundo Oliveira (2004), no início do século XVIII, Bartolomeu fundou o primeiro núcleo, o Arraial de Santana, hoje Cidade de Goiás, localizado entre morros, numa quebrada ao sopé da Serra Dourada, muito próximo das nascentes do Rio Vermelho. Também o Arraial de Meia Ponte, hoje Pirenópolis, data da mesma época. Estas povoações converteram-se em vilas e depois em cidades. Na época, não tinham condições geograficamente boas, mas o que importava era a extração do metal, pois o desempenho conjunto da agricultura e da pecuária tinha proporções limitadas devido ao isolamento da província e à sua caracterização como propriedade de subsistência.

De acordo com Palacín (1994), a população chegou a um total de 60.000 pessoas na década de 1780, indicando que o território, apesar de pouco ocupado, consolidou sua primeira etapa de assentamento definitivo. Foi o primeiro surto de ocupação do território goiano referente ao século XVIII.

No segundo surto de ocupação demográfica, vieram outros migrantes para Goiás, principalmente do nordeste brasileiro e de Minas Gerais. Os vaqueiros nordestinos adentravam pelo baixo São Francisco e pela Serra Geral, que dividia o território goiano com a Bahia. Os mineiros atravessavam o rio Grande e o rio Paranaíba e ingressavam na parte meridional. O povoamento do território de Goiás, devido à sua grande extensão territorial, deu-se de forma vagarosa e diversificada.

No início do século XIX vieram migrantes não mais para assentamento da antiga zona de mineração, e sim para a exploração agropecuária. O número de habitantes decresceu em 20% com a decadência do ouro. Mas, em 1830, o contingente demográfico aumentara, não só em função do crescimento vegetativo, mas também devido a correntes migratórias de regiões mais próximas. Em 1824, por exemplo, Goiás contava com 62.518 habitantes e, em 1890, atingia 227.572 habitantes (BERTRAN, 1978).

A construção da ponte metálica sobre o Rio Paranaíba, em Santa Rita do Paranaíba (Itumbiara), durante 1908/1909, no governo do presidente Afonso Pena, o qual emprestou o nome à ponte, marcou a ligação rodoferroviária do Estado (FRANÇA, 1979).

Conforme Estevam (2004) a estrada de ferro foi outro fator que favoreceu a migração para o Estado de Goiás no início do século XX. Em 1913, os trilhos ingressaram no território goiano, avançando 233 quilômetros, partindo de Araguari-MG até Roncador-GO (Pires do Rio) em 1914, paralisados até 1922. A ferrovia acarretou modificações na área sul da região, principalmente em termos de produção agrícola, proporcionando negociação direta com os mercados consumidores. Houve valorização fundiária, aumento do contingente demográfico e melhoria na urbanização em toda a área da ferrovia. Mais tarde, a estrada de ferro teve um prolongamento para Anápolis (1935), completando 387 quilômetros de extensão, e ainda inaugurou-se, em 1950, um ramal ligando Leopoldo de Bulhões a Goiânia.

1.1. No Período Antes de 1930

Sabe-se que a preocupação central da coroa portuguesa no período aurífero foi ampliar a produção de ouro na colônia para abastecer a metrópole, gerando divisas necessárias para manter uma balança comercial favorável. Como em todo o país, também em Goiás a coroa se servia da população escrava para atingir seus objetivos, fator que permitiu um crescimento dessa população, que de 1804 a 1819 quase se equiparava à população livre do Estado, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - População em Goiás: 1804 – 1872 (anos pesquisados).

Ano	Livres	Escravos	Total
1804	30.659	19.880	50.539
1809	30.338	20.057	50.395
1819	36.368	26.800	63.158
1824	49.143	13.275	62.518
1856	106.998	12.054	118.052
1857	109.659	12.934	122.593
1862	121.000	14.000	135.000
1868	145.000	15.000	160.000
1872	149.743	10.652	160.395

Fonte: Estevam, 2004.

Entretanto, a partir de 1819 a expansão da mão-de-obra escrava apresentou uma trajetória de reversão em decorrência da decadência do ouro, uma vez que a produção do metal em Goiás apresentou fortes sinais de esgotamento. A economia aurífera goiana foi bastante modesta com relação à de Minas Gerais, não somente com referência ao rendimento físico, mas também em termos demográficos, de prospecção do metal e de adensamento das jazidas. (ESTEVAM, 1998).

Logo, não houve no período do ciclo do ouro goiano o desenvolvimento de atividades manufatureiras expressivas, pois as mercadorias necessárias para movimentar o diminuto mercado da região eram provenientes da capitania de São Paulo. Essa ausência de diversificação produtiva decorreu de um alvará editado pela coroa lusitana em 5 de janeiro de 1785 proibindo e extinguindo qualquer atividade manufatureira em terras brasileiras.

Desta forma, grande parte das manufaturas comercializadas na colônia provinha de Portugal, que as comprava da Inglaterra. Nesse sentido, o pacto colonial¹ favoreceu o desenvolvimento industrial inglês porque irrigou esse país com os metais preciosos provenientes das regiões auríferas brasileiras que os trocavam com a Inglaterra por produtos industrializados. Conseqüentemente, parte do ouro brasileiro serviu para induzir os investimentos de ampliação da capacidade produtiva e de desenvolvimento tecnológico da Revolução Industrial, como também para desenvolver o sistema financeiro inglês.

Por conseguinte, a postura lusitana em manter a proibição do desenvolvimento manufatureiro na colônia brasileira derivou do “[...] interesse do governo - dentro da

mentalidade mercantilista de especialização para a exportação, concentrar todo esforço na produção do ouro; com essa finalidade proibia ou dificultava outros ramos de produção” (PALACÍN; MORAES, 1989). Apenas em 1808, em plena decadência da economia aurífera, Portugal revoga o alvará buscando estimular a atividade econômica na capitania de Goiás, pois neste Estado somente havia a pecuária extensiva como opção econômica para a geração de renda.

O problema do esgotamento econômico de Goiás encontrava-se em sua formação econômica, pois as relações de trabalho eram cristalizadas no escravismo.

A estrutura escravista impediu diversificação econômica fornecendo resposta a diversas questões. Por primeiro, o regime escravista bloqueou possibilidades de inversões tecnológicas e conduziu a uma economia de baixos rendimentos e caráter eminentemente predatório. O crescimento da atividade se deu em função da agregação de fatores, de forma extensiva e através da dilapidação da natureza. Em segundo lugar, as relações escravistas, além de limitar o mercado interno, cercearam o surgimento de tensões sociais que pudessem conduzir a transformações sócio-econômicas (ESTEVAM 1998).

Logo, com o esgotamento da economia aurífera goiana, a agropecuária, que exercia uma função secundária durante o ciclo do ouro tornou-se a principal atividade econômica do estado. É justamente nesse período, que a sociedade goiana ruraliza-se em busca de duas vertentes econômicas: a pecuária e a agricultura. No entanto, a sua dinâmica econômica era diminuta, pois se tratava de uma atividade de subsistência. Por esta razão Palacin e Moraes (1989) assinalam que Goiás viveu um longo período de transição, pois desaparecera uma economia mineradora de alto teor comercial, nascendo uma economia agrária e de subsistência que produzia apenas algum excedente para a aquisição de gêneros essenciais como sal, ferramentas etc.

Entretanto, mesmo apresentando baixa dinâmica econômica, o movimento migratório continuou acontecendo em Goiás. No início do século XIX vieram migrantes não mais para assentamento da antiga zona de mineração, e sim para a exploração agropecuária. O número de habitantes decresceu em 20% com a decadência do ouro. Mas, em 1830, o contingente demográfico aumentara, não só em função do crescimento vegetativo, mas também devido a correntes migratórias de regiões mais próximas. Em 1824, por exemplo, Goiás contava com 62.518 habitantes e, em 1890, atingia 227.572 habitantes (PALACÍN; MORAES, 1989) apresentando uma taxa de crescimento anual de 2,6%. Parte desse aumento populacional é

consequência da imigração vinda pelo norte de Goiás, composta de maranhenses, paraenses, baianos.

Não obstante, essa ocupação demográfica do território goiano não impulsionou o crescimento do mercado de trabalho tipicamente capitalista, pois criou uma massa de trabalhadores agregados à fazenda que era explorada por meio da coação e da dívida que contraíam com o proprietário rural. A fazenda goiana encontrava-se ligada à pecuária extensiva prescindindo da existência de uma massa de mão-de-obra que alienasse sua força de trabalho em troca de salário. Desta forma, “[...] o caráter da economia bovina - atividade dominante - dispensava maior utilização de trabalhadores” (ESTEVAM, 2004).

Conforme Borges (1990), a economia goiana tornou-se, após a crise da mineração, essencialmente agrária com baixo índice de circulação monetária, devido ao isolamento geográfico e a falta de meios de transporte que dificultaram o desenvolvimento de práticas mercantis no Estado. Em função disso, enraizou-se na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência permanecendo, por um longo período, com baixo dinamismo econômico – quebrado com a aproximação da estrada de Ferro Mogiana, a qual segundo Estevam (2004) foi outro fator que favoreceu a migração para o Estado de Goiás.

A ferrovia acarretou modificações na área sul da região, principalmente em termos de produção agrícola, proporcionando negociação direta com os mercados consumidores. Houve valorização fundiária, aumento do contingente demográfico e melhoria na urbanização em toda a área da ferrovia (ESTEVAM, 2004).

Os impactos dinamizadores dos caminhos de ferro foram sentidos desde as primeiras etapas de sua implantação, na produção de alimentos, na valorização fundiária e na urbanização, com o assentamento de pequenos centros urbanos no entorno das estações ferroviárias. Outros núcleos populacionais se formaram, adensando a rede de povoamento das áreas do sul, sudeste e sudoeste do estado (GUIMARÃES; LEME, 2000).

1.2. No Período de 1930 a 1960

O século XX além de considerado como o do caminho de ferro, representa também um período histórico de significativas transformações estruturais.

As nações ocidentais que se industrializaram e conheceram mudanças substanciais em todos os níveis de sua organização; a burguesia, como classe social dominante, assumiu a hegemonia do poder político e do processo de produção social, como proprietária dos meios de produção. Foi a era das revoluções burguesas e do capital.

Foi o período de afirmação do capitalismo como modo de produção dominante. (BORGES, 1990).

Sabe-se que a estrada de ferro contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento econômico do Brasil e em relação ao Estado de Goiás não foi diferente. De acordo com Borges (1990), a economia goiana tornou-se, após a crise da mineração, essencialmente agrária com baixo índice de circulação monetária. Nessa época, o Estado estava isolado das demais regiões devido à escassez de transportes.

A implantação de vias de transporte possibilitou uma maior inserção da economia do sul do Estado ao mercado logo nas primeiras décadas do século, enquanto a região norte permaneceu isolada e esparsamente povoada até os anos 60. A atividade agropecuária se distribuiu no conjunto do Estado de acordo com a modalidade de ocupação e a qualidade agrônômica da terra: nas regiões de cerrado predominava a criação extensiva do gado; nos vales e nas zonas de mata, a agricultura e a extração de madeira. A maior parte da população vivia no campo e dedicava-se às atividades primárias. Uma precária rede de estradas e caminhos ligava as fazendas aos núcleos urbanos existentes (BORGES 1999).

Ainda conforme esse autor, a implantação da primeira estrada de ferro, interligando o território goiano ao sudeste do país contribui para romper os grilhões que condicionavam a produção agrícola regional a uma situação de quase subsistência, uma vez que as lavouras cresceram e especializaram-se ao ritmo do prolongamento dos trilhos. De igual modo, ao lado da pecuária de corte, a agricultura começava a se organizar também como atividade mercantil. Logo, a produção que antes não possuía meios de ser escoada devido a falta de meios de transporte, passa a ser exportada para os mercados do Centro-Sul.

Assim, o Centro-Oeste conhece uma intensa expansão capitalista também no campo, uma vez que a produção agrícola, sob o modelo de crédito subsidiado passa a organizar-se também “para fora”, em função da demanda de alimentos e matérias-primas no mercado internacional. Dessa forma, a estrada de ferro funciona como uma propulsora da economia local e ao mesmo tempo faz despontar o desenvolvimento local.

Contudo, apesar de todo esse desenvolvimento, a região entrou em decadência por volta de 1940. Para Chaul (1997), um dos fatores que a desencadeou se deve a questões de ordem política, pois o Estado encontrava-se controlado por setores ligados à pecuária, e não incentivava a agricultura.

Logo, Estevan (1998) trabalha a questão econômica afirmando que “[...] a carência de capitais no âmbito da produção e a rigidez nas relações de trabalho impediram alterações de

peso na ordem sócio-econômica tradicional”. Assim, segundo esse autor, a ferrovia por si só não produziu dinâmica suficiente para transformações profundas nas relações de trabalho. Aliado a este fator, houve o empobrecimento do solo devido à utilização de técnicas predatórias de cultivo, o que conduziu a seu esgotamento, provocando o abandono das áreas antes ocupadas pela agricultura na zona da estrada de ferro e a ocupação de outras áreas mais férteis do Estado, como o Sudoeste e o Mato Grosso Goiano.

Ademais, sabe-se que a crise do transporte ferroviário foi fator fundamental para levar os municípios do sudeste goiano, populosos e promissores, à estagnação. Nesse sentido, Borges (2000) ressalta que:

[...] fazendeiros e negociantes, interessados na melhoria das comunicações regionais, lançaram-se na organização de companhias de autoviação e na construção de estradas de rodagens com incentivo e apoio financeiro do erário público. Assim iniciava a Era Rodoviária em Goiás.

E duas ações governamentais ganharam vulto logo na segunda metade da década de 1950 e foram fundamentais para o futuro de Goiás: as medidas incentivadoras no sentido de geração de energia elétrica e o aprimoramento dos meios de transporte (ESTEVAM, 2004).

A mudança da preferência do modal ferroviário para o rodoviário nos anos 1950 e a construção de Brasília no planalto central fizeram com que “de 103 Km de rodovias federais em 1952, Goiás passou a ostentar, em 1960, 2782 Km dos quais 590 pavimentados” (Estevam, 1998). Assim, a predominância do modal rodoviário e os parques investimentos na ferrovia foram golpes fatais na economia já precária do sudeste do Estado de Goiás. As antigas áreas de lavouras foram transformadas em pastos para a pecuária extensiva, fenômeno que ficou conhecido como a “pecuarização da lavoura” (Estevam, 1998). Devido a isso, a partir dos anos 1950 o sudeste goiano passou por profundo processo de estagnação econômica e conseqüente retrocesso populacional.

A construção de Brasília teve papel fundamental para a expansão da malha viária federal em Goiás. Para ligar a capital brasileira ao restante do país foram construídas as BR-010 (rumo ao nordeste goiano), a BR-040 (rumo ao sudeste brasileiro), a BR-050 (com a intenção de encurtar distância de Brasília a São Paulo), a BR-060 (em direção ao Mato Grosso e Paraguai), partindo de Brasília, ligou Anápolis-Goiânia-Sudoeste de Goiás, objetiva atrair para a área de influência de Goiânia o potencial produtivo do sudoeste goiano, historicamente articulado ao Triângulo Mineiro. Já BR-153 (cortando Goiás no sentido norte-sul buscando Belém do Pará), ligou Goiânia a São José do Rio Preto, no sentido sul, integrando

estrategicamente a capital de Goiás diretamente com a economia paulista, sem a intermediação triangulina (GUIMARÃES; LEME, 2000). A BR-452 (em conexão com o sudoeste goiano e triângulo mineiro) e a BR-364 (rumo ao Mato Grosso via sudoeste goiano). A abertura destas rodovias iniciou ainda na construção de Brasília (Estevam, 1998).

Essa fase de estagnação da microrregião vai até meados da década de 1970, período em que predominaram a pecuária extensiva e a lavoura de subsistência. Nesta década, a maioria das cerealistas (casas de beneficiamento de arroz) que restaram dos tempos áureos do comércio com o sudeste brasileiro fecharam, seguindo o mesmo caminho das charqueadas e o arroz de sequeio foi substituído pelo arroz agulhinha, importado do sul do país.

O resultado da evolução das diferentes frentes de ocupação do Centro-Oeste não foi uniforme no espaço e no tempo. No início da década de 1970 a região era palco de dois tipos de frentes de ocupação, as de subsistência ou camponesas, responsáveis pela absorção rural de população, e as de pecuária extensiva e rudimentar. A transformação em sua base produtiva e em sua configuração espacial decorre da incorporação de três novas frentes: a de agricultura comercial, a de pecuária tecnificada e a especulativa, que ampliaram a ocupação do Centro-Oeste e ainda provocaram o deslocamento das precedentes.

No cenário nacional, a passagem dos anos trinta, representou um marco no desenvolvimento econômico. Momento de mudança no padrão de acumulação nacional em favor da indústria provocando “deslocamento do centro dinâmico” da economia (ESTEVAM, 2004). De 1930 a 1960, ocorreu paulatinamente a eliminação das barreiras comerciais e o aumento da interdependência das diversas regiões com o centro dinâmico do país, no caso, São Paulo, regido pela política de integração do mercado nacional (CANO, 1998). A gama de investimentos públicos possibilitou, em algumas regiões, um vigoroso incremento nas relações comerciais (ESTEVAM, 2004).

A década de 30 sacramenta a regionalização de Goiás, tendo por marco histórico a decisão de transferir a capital estadual, da decadente área de mineração, no centro-oeste do estado, para uma área praticamente desocupada do centro sul, onde existiam apenas dois pequenos municípios, Campinas e Trindade. A decisão foi tomada em 1933. A nova capital provocou um surto imigratório-composto preponderantemente por mineiros, para a zona do “Mato grosso de Goiás”, facilitado pela ferrovia e pela expansão das estradas de rodagem. Em 1940, Goiânia já contava com 48.165 habitantes, segundo o IBGE (GUIMARÃES; LEME, 2000).

Nos anos 1930-1945 houve uma política deliberada do governo federal de ocupação das fronteiras, de preenchimento dos *vazios* conhecida como *Marcha para o Oeste*. Política de integração do mercado nacional, a partir da qual, torna-se nítido o novo padrão de acumulação sob o comando de São Paulo.

O governo brasileiro exerceu importante papel no movimento de interiorização, principalmente com referência ao estado de Goiás. O surto de imigração para o planalto central, somente foi ultrapassado pelas correntes migratórias em direção ao Paraná. Porém, neste caso, foi coordenada e financiada pelo setor privado, devido à abundância de terras apropriadas para o café e sua proximidade com São Paulo (ESTEVAM, 2004). No caso goiano, o poder público apoiou a abertura e a ocupação da fronteira, atraindo maciça imigração e investimentos para a região.

No fim da década de 1930, foi realizado o projeto de colonização da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). “Nas décadas de 1940 e 1950 a imigração para Goiás avolumou-se substancialmente e a implantação da CANG foi responsável pelo assentamento de significativa parte dos imigrantes” (ESTEVAM, 2004).

A lógica desse acontecimento era a expansão do capital, com patrocínio do Estado, cujos objetivos eram a interiorização e promoção da ocupação dos vazios demográficos do país, sob os argumentos da necessidade de construir a unidade e segurança nacionais. “Também havia uma preocupação com a produção, o mercado, a posse das terras para os pequenos lavradores e a direção das correntes migratórias” (DOMICIANO, 2007).

Formado por onze áreas, com sede onde futuramente se constituiria o município de Ceres, na mesorregião do Centro Goiano, nucleadas por Anápolis e próximas do local onde estava sendo construída Goiânia. O relativo sucesso do incremento populacional em Ceres decorreu da promessa de terra gratuita por parte do governo federal, o que atraiu levas de migrantes sem recursos que causaram severos danos ao patrimônio natural, pela rusticidade de sua exploração. Houve substancial produção de alimentos (arroz, milho e feijão), mas o projeto não conseguiu fomentar a transformação e o aproveitamento potencial da região, traduzindo-se em benefícios concretos apenas para o capital sediado em Anápolis.

Apesar da promessa governamental, os colonos teriam sido deixados praticamente abandonados e até a década de 50 as terras sequer haviam sido regularizadas, e os desbravadores foram sendo expropriados pelos comerciantes locais e grandes cerealistas de

Anápolis, descaracterizando a CANG com incorporação das áreas às fazendas circunvizinhas (ESTEVAM, 2004).

A origem dos migrantes que vinham para Goiás entre 1940 e 1950 eram, Minas Gerais, Maranhão e Bahia. Em 1940, estes três Estados contribuíram com 86,73% dos migrantes; na década seguinte representaram 85,78%, sendo Minas Gerais o principal responsável pela migração para áreas de fronteira agrícola de Goiás, pois apenas na década de 50 mais da metade dos migrantes eram mineiros, enquanto que se reduziu a participação dos outros dois Estados mencionados. Assim, a população cresceu 52,88% em Goiás, segundo o IBGE (1980), entre as décadas de 40 e 50, sendo que, no mesmo período, o crescimento da população brasileira ficou em 25,97%, conforme tabela 2. Este resultado deve-se ao grande fluxo migratório para a expansão da fronteira agrícola (ESTEVAM, 2004).

Tabela 2: População brasileira e goiana (1940, 1950 e 1960).

Ano	Goiás	Brasil
1940	661.226	41.236.315
1950	1.010.880	51.944.397
1960	1.626.376	70.992.343

Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 1980.

O movimento migratório contribuiu para que Goiás apresentasse altas taxas de crescimento demográfico entre as décadas de 40 a 60. Nos anos de 40/50, a migração interna foi de 91.836 habitantes, o que representou 11,15% da população; na década seguinte, foi de 259.310 habitantes, equivalentes a 21,34%. Em termos populacionais, Goiás tinha, em 1940, 826.414 habitantes, esse número atingiu, em 1960, 1.954.862 habitantes, um crescimento de 236,54% em 20 anos.

Conforme tabela 3, pode-se verificar um acentuado crescimento da renda no setor de serviços, caracterizado por atividades tipicamente urbanas (comércio, transporte, governo, aluguéis etc.), o que denota um processo de urbanização maior nesse período. Evidencia-se, segundo Estevam (2004) a contribuição de Goiânia para isso, já que em 1940 possuía 48.165 habitantes, segundo o IBGE (1980), o que representava 5,83% da população total e 33,89% da população urbana goiana. Considerando Goiás como um Estado voltado para a agropecuária, sua “urbanização aconteceu a níveis superiores à média nacional. Em São Paulo, por exemplo,

foi decorrente de seu próprio movimento de industrialização e em Goiás ela surgiu sobretudo em função do processo de modernização agropecuária” (ESTEVAM, 2004).

Tabela 3: Goiás – Composição da renda interna (%) – (1940, 1950, 1960).

Ano	Agricultura	Indústria	Serviços
1940	70,4	5,8	23,8
1950	51,0	9,2	39,8
1960	49,5	7,3	43,2

Fonte: Estevam (2004).

O processo migratório proporcionou a ocorrência de mudança no perfil fundiário de Goiás, uma vez que sua estrutura se modificou nos anos 50, havendo um crescimento das pequenas propriedades em detrimento das grandes, movimento que recrudescer na década seguinte. Assim, os estabelecimentos com menos de 100 hectares duplicaram não só em número, mas em área e passaram de quase 34 mil em 1950, com área de 1,2 mil hectares para cerca de 70 mil em 1960, englobando 24.000 hectares. As propriedades com área superior a 100 hectares também cresceram na década de 50, embora a taxas inferiores às dos estabelecimentos menores (GUIMARÃES, 1982). Delineava-se, portanto, uma mudança das terras devolutas², ocupadas por posseiros para propriedades privadas, dentro dos preceitos que as regulam nas sociedades capitalistas.

1.3. No Período da Modernização Agropecuária

O processo de modernização da agricultura deve ser analisado enquanto resultante da expansão do capital, sendo que a manutenção dos pequenos produtores viabiliza tal processo, uma vez que caberia a estes o papel de fornecedores de mão-de-obra a baixo custo às indústrias. Logo, o sul do estado de Goiás, por encontrar-se em melhores condições de suprir tais exigências, se destacará neste processo de modernização, utilizando-se de recursos tecnológicos em maior quantidade, se comparado ao restante da região.

O processo de modernização da agricultura a partir da década de 1960 - caracterizada pela historiografia enquanto conservadora e discriminatória – resulta da opção industrializante feita pelo governo, em que o setor urbano-industrial é privilegiado, em detrimento do setor agrícola. A lógica de expansão desigual do capitalismo pode ser visualizada também em nível regional, já que as regiões de um mesmo estado apresentam níveis de desenvolvimento distintos, tal como ocorre no Brasil. Nesse processo, em relação ao país, a região sudeste se

destaca. Em Goiás, constata-se um aumento na produção de grãos nesse período, mais visível a partir da década de 1970, quando tem início o processo de modernização da agricultura no Estado.

Tabela 4: Área colhida e Produção agrícola de Arroz, Feijão e Soja (1960-1994).

Ano	Arroz		Feijão		Soja	
	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)
1960	420.000	724.000	78.000	76.000	0	0
1975	947.000	869.000	223.000	112.000	55.000	73.000
1985	1.071.000	1.358.000	180.000	51.000	621.000	1.127.000
1994	466.000	823.000	160.000	147.000	1.141.000	2.369.000

FONTE: Estevam (2004).

Em termos de produção agrícola, a tabela 4 demonstra que o arroz foi o principal vetor de expansão do produto agrícola até meados do século XX. Em 1960, a orizicultura respondia por 420.000 hectares de área colhida, com produção de 724.000t, somando 50,4% do valor de produção agrícola no estado, e ainda em 1975 os valores indicavam uma taxa de crescimento de 125,5% na área plantada, passando, assim para 947.000 hectares, em 1985 houve um aumento para 1.071.000 hectares, ao passo que e em 1994 houve queda na quantidade de hectare, ou seja, 466.000 hectares apenas.

No caso de culturas típicas de mercado interno, como o feijão, sua área colhida apresentou uma tendência de expansão no interregno de 1960 a 1975, apresentando uma taxa de crescimento de 185,9% passando de 78.000 hectares para 223.000 hectares durante os três quinquênios, em 1985 foi de 180.000 e 1994 diminuiu para 160.000 (ESTEVAM, 2004).

Observa-se, contudo, que começa despontar no espaço agrícola goiano um produto não muito conhecido, a soja. Em 1960, não havia nenhum registro de área colhida com esta oleaginosa, ao passo que em 1975, a área colhida apresentava 55.000 hectares. Em 1985 colheu-se 621.000 hectares e no ano de 1994, a soja representou 1.141.000 hectares de área colhida (ESTEVAM, 2004).

Nesse sentido, verifica-se que o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) propiciou o crescimento econômico do país, pois teve como objetivo a intervenção governamental para estimular este crescimento. No bojo do plano, na década de 1970, o governo implantou três programas de desenvolvimento regionais especiais, com recursos na ordem de US\$ 2,66

bilhões, denominados: Polamazônia, Polocentro e Região Geoconômica de Brasília (PÁDUA, 2008).

O Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) visava favorecer a economia referente ao solo da Amazônia Legal, gerando emprego e melhoramento do nível de vida da população, investindo em rodovias e implantação de estradas. Mas gerou conflitos em decorrência da malha rodoviária mal planejada, não tendo como objetivo maior a conotação social e, com intermediações fiscais e financeiras do Estado, estimulou a exportação e o comércio gerando conflitos e tensões sociais.

Por sua vez, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) foi mais centrado em seus objetivos, pois visava a modernização das atividades agropecuárias no Centro-Oeste e no oeste de Minas Gerais, tendo como enfoque econômico investir em infraestrutura, principalmente em energia e estradas.

Segundo pesquisas agropecuárias sob a coordenação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, foram implantados, unidades de pesquisas, campos experimentais e assistência técnica especializada, gerenciadas por empresas privadas sob a coordenação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER; e concessão de linhas de financiamento rural exigindo: um padrão tecnológico, elevada densidade de capital, moto-mecanização, fertilizantes, entre outros, com taxas de juros subsidiadas para estimular a ruralização no cerrado, facilitando a geração de empresas-fazenda, devido à facilitação do processo de transferência tecnológica (PADUA, 2008).

No entanto, devido à exigência do nível-padrão operacional e tecnológico, esse projeto não contemplou de maneira significativa os pequenos produtores, pois os padrões tecnológicos não eram disponíveis ao pequeno agricultor. Assim, o crédito rural esteve concentrado no âmbito da grande propriedade ou dos grandes proprietários de terras.

A partir de 1974, os financiamentos rurais para o cerrado tiveram um aumento bem significativo, chegando a ser o produto bruto da agricultura no Centro-Oeste menor que o volume de crédito rural concedido, tendo um crescimento acentuado com diferença de 23,4% para 94,7% entre os anos de 1969 e 1976, alterando a estrutura da exploração agrícola, concentrando a propriedade fundiária e gerando problemas sociais, generalizando as relações capitalistas no campo (PADUA, 2008).

Com o aumento do crédito rural, o financiamento estatal torna-se burocrático,

favorecendo a concentração fundiária nas mãos dos maiores produtores e exigindo a aquisição de máquinas e implementos agrícolas para produção em escala, com menores custos, favorecendo que os recursos de crédito fossem para as mãos de grandes agricultores.

Segundo Silva (2007), o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), de 1965, criava uma linha de crédito para ser distribuída e aplicada de acordo com a política de desenvolvimento direcionada à produção rural brasileira. Esse suprimento de recursos financeiros aplicava-se a entidades públicas e estabelecimentos de créditos particulares, a produtores rurais ou suas cooperativas. Nessa perspectiva, a participação relativa no crédito rural goiano, apresenta-se conforme Figura 1.

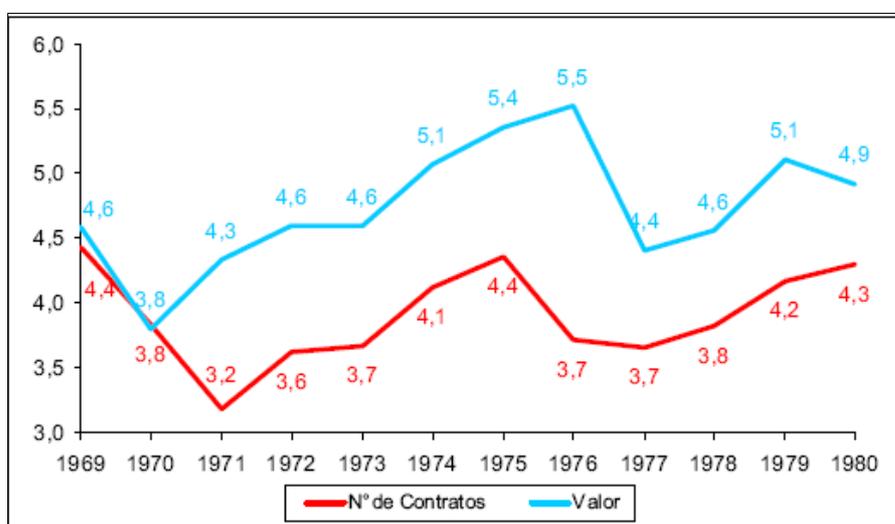


FIGURA 1 - Participação relativa no crédito rural em Goiás 1969-1980 (%).
Fonte: (SILVA, 2007).

Verifica-se que em 1969, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR (figura 1), dentro dos objetivos do Crédito Rural, as cooperativas obtiveram como resposta um número considerável de contratos concedidos, o que gerou profundas mudanças no desenvolvimento agrícola goiano. No início da década de 1970, houve um decréscimo e a partir de 1972, um aumento considerável que se estendeu a 1975. Nota-se que a proporção dos valores apresentou-se sempre superior aos contratos, significando que os recursos destinados aos produtores goianos eram superiores a média nacional, devido à estrutura fundiária baseada em grandes e médias propriedades (SILVA, 2007).

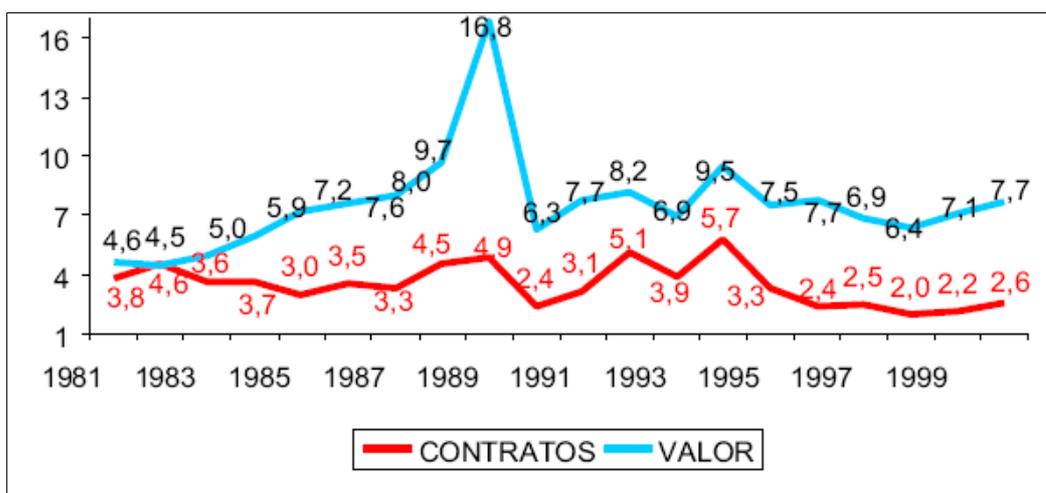


FIGURA 2 - Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas em Goiás 1981-2000 (%).

Fonte: Silva (2007).

Observa-se que, na década de 1980, o número de contratos para crédito rural teve um decréscimo, em contrapartida, os valores destes contratos aumentaram. Isso ocorreu devido à burocracia para se conseguir financiamentos. Desta forma, embora em menor número, os financiamentos eram utilizados com mais frequência por médios e grandes produtores, e não por pequenos produtores. Contudo, os valores financiados pela minoria eram mais altos devido à maior capacidade de produção, promovendo um aumento no ano 1989, com uma queda em 1990, com algumas oscilações a partir de 1991 a 2000 (SILVA, 2007).

O Plano de Desenvolvimento do Estado de Goiás, criado entre 1961 e 1965 (Plano MB – no governo de Mauro Borges), criou o Fundo de Desenvolvimento Econômico objetivando financiar, a médio e longo prazo, os investidores que visavam renovar e desenvolver a agricultura e pecuária, instalar e ampliar indústria. Este plano limitava cada financiamento a 60% do montante do investimento.

Além desse, de 1968 a 1970 instituiu-se o Plano de Ação do Governo Otávio Lage no território goiano, o qual visava ampliar o número de técnicos agrícolas, criando fábricas de adubos e aperfeiçoando a estrutura de mercado, entre outros. Este plano diagnosticou o êxodo rural como negativo para a economia e o agravamento dos problemas sociais nas cidades, como o excesso de mão-de-obra desqualificada, fatores que deixaram o meio rural, ainda com uma agropecuária atrasada, sem a sua força de trabalho.

Mesmo assim, constatou-se que o meio rural respondia por 65% da renda interna, sendo 57% proveniente da agricultura, representada principalmente pelo arroz, que ocupava

uma área de 800 mil hectares cultivados por pequenos agricultores, embora com trabalho manual, contribuindo com 50% de toda renda agrícola, aliado ao milho, também sem uso de tecnologia, representando 380 mil hectares; feijão, ocupando área de 134 hectares; 40% da pecuária, com rebanho bovino de 8.500.000 cabeças, com crescimento do rebanho à taxa média anual de 10%, enquanto a produção de leite era de 16 milhões de litros por ano e 3% da produção extrativa (LEITE, 2000).

Ainda conforme Leite (200), no período de 1971 a 1975, a população de Goiás era de 2.460.000 habitantes, sendo que destes, 1.326.000 viviam no meio rural, garantindo, ainda, a base da economia goiana no setor primário, com 46,44% na formação de renda interna do Estado, contra 8,58% do setor secundário, e 44,97% do terciário.

A partir da década de 1970, ocorreram grandes transformações na agricultura, em todo o país. O setor agrícola passou a ter uma relação muito estreita com a indústria, dando origem à agroindústria ou cadeia de indústrias que transformam matérias-primas produzidas pela agricultura com a finalidade de agregar maior valor ao produto primário. O crescimento da agroindústria promoveu uma maior integração entre o setor agrícola e seus fornecedores, chamada setores a montante (setores de máquinas, equipamentos, fertilizantes e outros) e com seus compradores, setores a jusante (indústrias processadoras de produtos agrícolas).

Nesse período, foram criados, no Brasil, dois Planos Nacionais de Desenvolvimento: I PND (1972 -1974) e o II PND (1975 - 1979), dando um novo enfoque à questão regional brasileira. Estes planos tinham por objetivo reduzir as diferenças econômicas inter-regional. Por meio deles, o estado de Goiás e toda a Região Centro-oeste recebeu substanciais volumes de investimentos federais, por meio do Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), que estimulava a expansão da agricultura empresarial tecnificada.

O objetivo geral desse programa era incorporar três milhões de hectares de cerrado à agropecuária e 1,8 milhão era de lavoura. Entre as principais diretrizes destacavam-se a promoção e extensão agropecuária, por intermédio de apoio aos organismos estaduais e disponibilidade de crédito, principalmente a projetos integrados e implantação de sistemas de beneficiamento, armazenamento e transporte de produtos agrícolas (MULLER, 1989).

Esse programa também objetivava a criação de novos empregos, o que não se concretizou porque foram privilegiados os projetos de grandes e médias propriedades. MÜLLER (1989) constatou que foram apresentados 734 projetos de propriedades com áreas de dois mil hectares ou mais, os quais consumiram 42,80% do total dos financiamentos, ao

passo que nas propriedades com áreas de até 200 hectares (313 projetos) receberam somente 2,20%.

Nesse período, conforme Estevam (2004), Goiás passava por início de grandes modificações em função do crédito rural, principalmente na modernização agrícola com a incorporação de maquinários e aumento de tratores, passando de 5.692 unidades para 43.313 unidades em 1995. As áreas planas do cerrado favoreceram o emprego de maquinários e, com deficiência derivada do solo ácido, houve favorecimento da utilização de produtos químicos para a produção, principalmente nas regiões sul e sudeste do Estado.

Essa mudança ocasionou a redução nas relações de lavoura (ha), sendo o trabalho manual ocupado por trator, em função da alta velocidade de difusão do maquinário, equipamentos, insumos e fertilizantes, mudando o perfil da produção agrícola goiana. No tocante à pecuária goiana, com 9,48 milhões de cabeças de bovinos e 5,48 milhões de cabeças de suínos, a mesma contribuiu com 92% da produção pecuária do Estado.

Os programas do Governo Federal como Polocentro, entre outros já mencionados, contribuíram para o desenvolvimento regional, mas em benefício da agropecuária, o governador goiano Leonino Caiado fundou o Programa Goiás Rural, que ampliou a fronteira agrícola com a incorporação dos solos sob vegetação dos cerrados e a produção agrícola e pastoril, importando máquinas e equipamentos necessários para o preparo do solo e a sua conservação e ainda com projetos de irrigação.

No final da década de 1980, criou-se o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, mecanismo de incentivo ao desenvolvimento econômico e social gerenciado pelo Banco do Brasil, passando a ser gerenciado pelo Banco de Desenvolvimento, com diretrizes que favoreciam a agricultura, dada a facilidade de financiamentos; utilização intensiva de mão-de-obra e matérias-primas; produção de alimentos básicos; concessão de crédito; preservação do meio ambiente; adoção de prazos e carências em função de aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais, entre outros. Todas essas mudanças contribuíram para o crescimento da região Centro-Oeste, atingindo Goiás e minimizando os efeitos de queda nos recursos do crédito rural na década de 1980.

Com a rápida apropriação das propriedades goianas, ocorreu a valorização das terras, fator que impediu novas ocupações ou assentamentos. Mesmo existindo grande parcela de terras ociosas, o processo de modernização intensificou a apropriação fundiária, pelo conservador agrário (grande propriedade) e pelo capital comercial (representantes das

agroindústrias), deixando o pequeno proprietário sem condições de possuir novas terras (ESTEVAM, 2004).

Logo, verifica-se que o processo de modernização foi muito intenso, transformando áreas consideradas impróprias e sem condições de cultivo, em grandes lavouras e pastos artificiais com emprego de tecnologia rural, originando projetos de cultivo irrigado, novas tecnologias, buscando acelerar a rotação do capital, reduzindo o tempo de produção, o tempo de trabalho necessário e as condições de produtividade naturais do solo, utilizando inovações físico-químicas.

O esforço de fazendeiros em investir em tecnologia, objetivando o menor tempo de produção necessário para o desenvolvimento agrícola, formou situações de semi-escravidão, com pequenos produtores que se assalariavam temporariamente, sendo um produto das forças capitalistas, diminuindo a oferta de trabalho vivo, transferindo para máquinas algumas tarefas, antes desempenhadas pelos trabalhadores. Diante desses fatos, os grandes proprietários de terras aumentam seu capital fixo³ na compra de várias máquinas, modernizando sua agricultura e minimizando o capital variável⁴, dando menos importância ao custo da mão-de-obra do trabalhador rural.

A demanda por mão-de-obra na industrialização agrícola foi suprida por três categorias, de acordo com Estevam (1998), a saber: mão-de-obra familiar (oferecida por pequenos proprietários e posseiros); mão-de-obra volante (destituída de propriedade ou posse fundiária) e mão-de-obra qualificada - voltada para manejo das incorporações tecnológicas.

Nesse sentido, os pequenos proprietários foram prejudicados, pois não conseguiam produzir em escala, a exemplo dos grandes proprietários. Logo, com menos recursos ficaram ameaçados com o desenvolvimento capitalista e tiveram sua condição de sobrevivência dificultada. Assim, o trabalhador familiar passou a oferecer seu trabalho aos grandes proprietários, contribuindo para o desaparecimento dos agregados e meeiros, somando-se à nova demanda e novas formas de trabalho agrícola assalariado, dando origem ao trabalhador temporário: vaqueiros, retireiros, tratoristas, diaristas, bóias frias etc.

Ademais, o êxodo rural na década de 1980 foi acentuado, devido não só ao fenômeno da urbanização e à valorização das terras agrícolas, mas também devido à legislação de direitos trabalhistas, que fez com que os fazendeiros preferissem mandar seus empregados embora ao invés de obedecer às normas legais. A urbanização também ocorreu pelo crescimento demográfico e fluxos migratórios, reduzindo o contingente rural que perdeu com

o crescimento industrial, fazendo com que as famílias deixassem as fazendas, indo para cidades próximas nas condições de trabalhadores rurais temporários, tornando o trabalho no campo modernizado e contratual.

A década de 1990 caracterizou-se pela interrupção das políticas Federais para o fomento do desenvolvimento regional, com a extinção da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), representando perda de representatividade do Centro-Oeste junto à União, mas o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) ficou como único Programa Federal em ação na região goiana com volume disponível dos recursos do Fundo de 29% para Goiás, 29% para Mato Grosso, 23% para Mato Grosso do Sul e 19% para Distrito Federal, disponibilizando financiamentos de longo prazo, ainda dinamizando a economia regional (SEPIN, 2010).

Embora tenha havido uma estabilização das áreas colhidas, o rendimento físico elevou-se em diversas culturas, como de arroz, feijão, milho e soja, tendo os valores permanecendo próximos da média (2,3 milhões de hectares), mas ampliando-se de 3,5 para 8,2 milhões de toneladas. Esse crescimento é consequência dos programas de incentivos financeiros, tais como o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR⁵), apresentado em 1984, e o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR⁶), em 2000. Simultaneamente, a promoção de alterações na Legislação Tributária do Estado, que somadas aos citados programas visavam a consolidação da já referida política de captação de investimentos, via redução efetiva da carga tributária para aqueles que se dispusessem a empreender no Estado de Goiás.

A partir de 1999 o Estado aprofundou a modificação de seu perfil produtivo e sua economia teve a complexidade aumentada com o alongamento de suas cadeias produtivas, uma vez que o nível de agregação de valor de sua produção aumentou consideravelmente, assim como a densidade tecnológica presente em seu território. Tal afirmação pode ser constatada ao se observar a evolução crescente do Produto Interno Bruto (PIB) goiano, comparado com o PIB brasileiro, de acordo com a SEPLAN-GO (2009), bem como a do perfil de suas exportações.

Tabela 5 – Estado de Goiás, Centro-Oeste e Brasil: Produto interno bruto (PIB) a preço de mercado corrente e *per capita* – 2003 – 06.

Especificação	PIB a preços correntes (R\$ milhões)				PIB <i>per capita</i> (R\$)			
	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006
Goiás	42.836	48.021	50.534	57.091	7.937	8.718	8.992	9.962
Centro-Oeste	153.104	176.811	190.178	206.361	12.228	13.846	14.606	15.551
Brasil	1.699.948	1.941.498	2.147.239	2.369.797	9.498	10.692	11.658	12.688

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Contas Regionais (2009).

Assim sendo, constata-se que a implantação de programas federais de incentivo de crédito rural, principalmente o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), Polamazônia, Polocentro e Região Geoconômica de Brasília, e com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) entre outros, contribuiu para a modernização da agricultura que, por sua vez manteve-se como carro-chefe da economia goiana.

1.3.1 Produção de Grãos

Conforme Leite (2000), a produção agrícola, na década de 1960, era representada por 420 mil hectares de arroz, com produtividade de 1,5 toneladas por hectare; 79 mil hectares de feijão, com 0,9 tonelada por hectare; 192 mil hectares de milho, produzindo 1,6 tonelada por hectare; 34 mil hectares de cana, com 43 toneladas por hectare; 3,4 mil hectares de banana com 23,5 toneladas por hectare; 10 mil hectares de algodão, com 0,64 tonelada por hectare; 45 mil hectares de mandioca, com 16,2 toneladas por hectare (LEITE, 2000).

Ressalta-se que as produções que mais se destacaram no Estado a partir de 1975 foram o arroz, feijão, mandioca, milho, cana e soja. Mas, a partir do final da década de 1980, a soja e o milho se destacam. O arroz e o feijão foram produtos escolhidos devido à importância que tinham no cenário nacional, conforme Figura 3, 4 e 5.

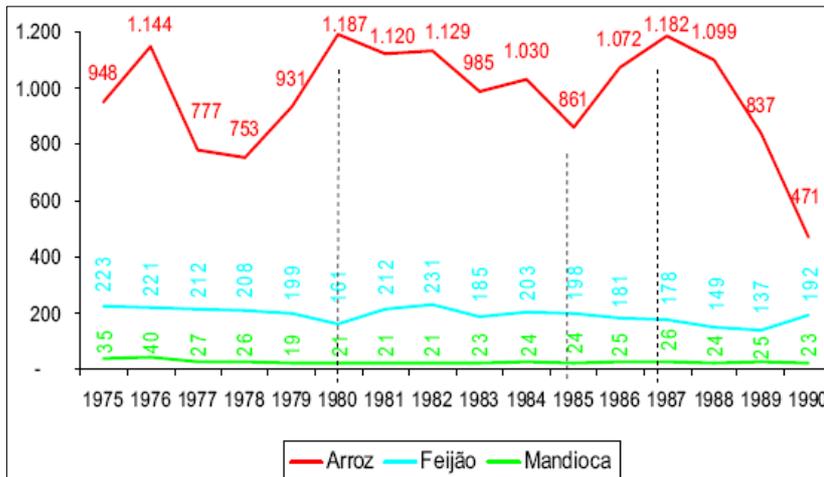


Figura 3 - Área colhida de arroz, feijão e mandioca - Goiás 1975-1990.
Fonte: Silva (2007).

As plantações mais abrangentes no território goiano eram as de arroz, milho, mandioca, cana e soja. O feijão e a mandioca se mantiveram constante em nível de produção; já o arroz teve crescimento até 1988, depois declinou mesmo com a utilização de máquinas.

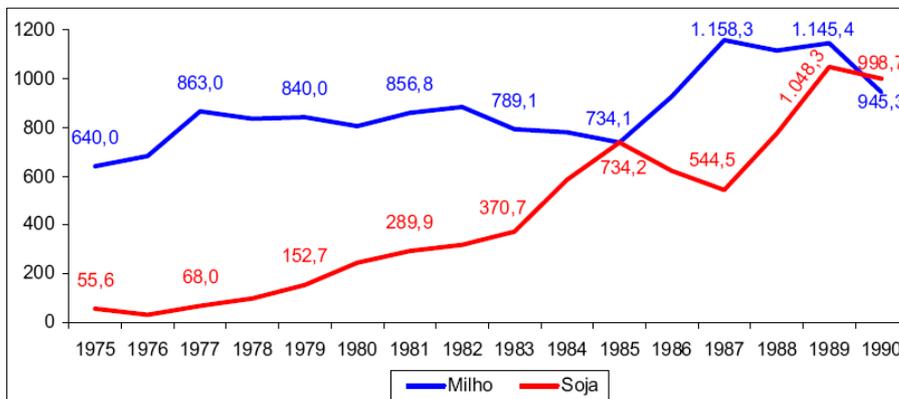


Figura 4 - Área colhida de milho e soja - Goiás 1975-1990.
Fonte: Silva (2007).

O milho e a soja apresentaram uma tendência crescente, ao contrário do que aconteceu com as áreas colhidas de arroz a partir de 1987 conforme Figura 3, mostrada anteriormente. Segundo Silva (2007), durante os anos de 1950, 1960 e 1970, houve um aumento significativo da área colhida do milho, embora a série histórica da soja em Goiás tenha iniciado em 1973.

A Figura 4, acima, mostra que o milho teve um crescimento até no início da década de 1980, começando a declinar em 1982, ficando na mesma proporção da soja em 1985,

retornando ao crescimento considerável até o ano de 1989 e tendo um pequeno declínio em 1990, devido à abertura do mercado ao comércio exterior, pela redução ou eliminação das alíquotas de importação, favorecendo o produto importado.

O crescimento do plantio da soja em Goiás esteve associado à mobilidade espacial de migrantes no sul do país, que chegaram a Goiás pela concentração de terras – aumento de propriedades com área acima de 100 ha – e pelo avanço técnico nas pesquisas de plantio no cerrado e pelo crédito concedido pelo Governo Federal.

[...] boa parte dos migrantes sulistas encontravam oportunidades de assentamento em Goiás em virtude de encontrarem acesso à terra facilitado por um preço mais baixo, ou até mesmo pela não obrigatoriedade da compra da mesma para nela produzir, permitindo-se reservar o capital para investimentos em tecnologia e insumos dentro de um sistema moderno de arrendamento (ESTEVAM, 1998).



Figura 5 – Produção de Grãos no estado de Goiás 2008.

Fonte: SEPLAN, 2009.

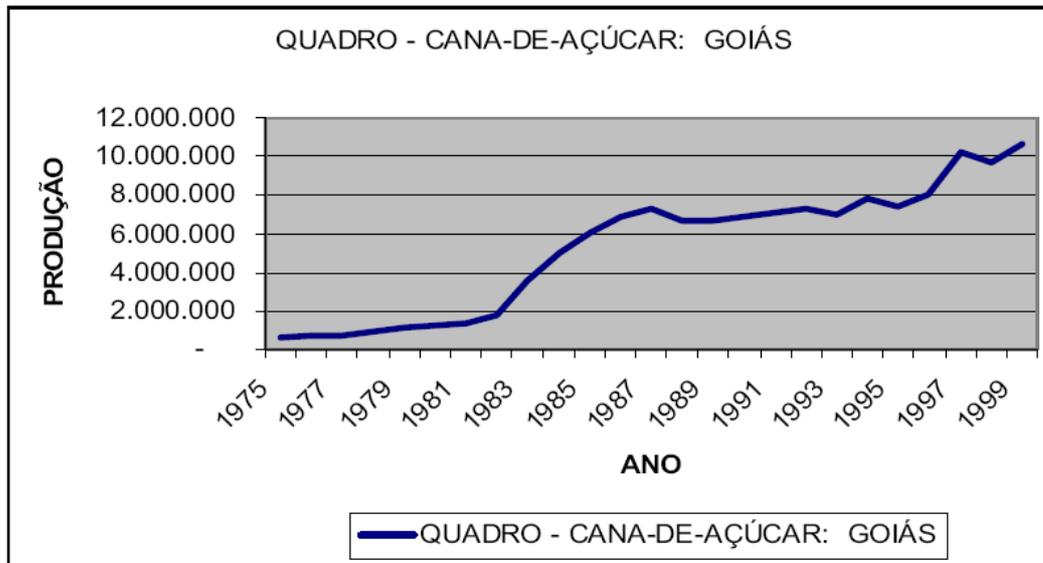


Figura 6 – Cana de Açúcar em Goiás (1975 a 1999).

Fonte: Silva (2007).

A cana-de-açúcar teve um crescimento mais acelerado a partir da metade da década de 1980, em função dos investimentos em destilarias, tendo evolução acelerada da produção de álcool, se destacando nacionalmente. Por esse motivo, reestruturou-se na parte técnica-produtiva no Estado, pelo emprego de maquinaria e de insumos industriais, acelerando o processo de modernização agrícola regional a partir de 1982.

Segundo Estevam (1998), em Goiás, no ano de 1984, existiam 17 destilarias iniciando a produção. No ano de 1986, a produção da cana ultrapassou em tonelagem toda a produção de arroz, soja, milho e feijão conjuntamente.

A produção agrícola já mencionada, no início de 1980, era representada pelo arroz, milho, mandioca, cana, soja e feijão. Mas houve algumas mudanças no final desta década, diversificando a situação em função do incremento de novas culturas (algodão, sorgo e trigo), tendo um declínio percentual do arroz, de 50,4% do valor de produção agrícola total do Estado em 1960, para apenas 3,7% no início de 1990; e o feijão de 12,1%, em 1960, para 6,1%, em 1990. O milho aumentou percentualmente, sendo tradicional no Estado, pois o cereal participa do sistema de renovação de pastagens e constitui cultura de pequeno produtor, aumentando de 13%, no ano de 1960, para 25,5% em 1990 (BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2003).

Tabela 6 - Estado de Goiás - Área plantada dos produtos agrícolas (ha) - 1990-2004.

	Algodão herbáceo (em caroço)	Arroz (em casca)	Feijão	Milho	Soja	Sorgo granífero	Trigo
1990	35.511	351.010	183.580	902.800	1.001.690	5.460	560
1991	43.185	333.097	179.936	884.600	800.970	6.780	500
1992	53.989	430.531	151.589	804.845	825.270	5.293	2.084
1993	38.172	349.743	150.138	740.262	984.429	20.577	3.815
1994	54.063	302.625	157.149	917.869	1.113.387	42.983	4.629
1995	69.533	264.382	140.598	880.318	1.126.511	32.479	899
1996	81.659	165.918	85.994	871.565	883.276	47.098	6.023
1997	83.234	137.516	103.491	950.813	1.021.852	92.678	2.756
1998	187.311	133.840	112.335	667.879	1.382.855	135.023	7.973
1999	118.506	205.925	152.467	851.835	1.335.110	161.372	10.288
2000	96.718	150.364	113.211	845.204	1.491.066	179.460	6.887
2001	106.539	117.575	126.543	913.778	1.538.988	129.966	14.415
2002	102.185	112.384	122.790	741.748	1.903.000	189.611	20.609
2003	99.347	115.038	140.067	716.047	2.176.720	236.495	16.610
2004	141.555	165.627	121.037	696.524	2.591.954	314.267	21.772

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica (2005).

Segundo Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego (2003), a produção goiana de grãos tem crescido acima da brasileira, em 1995, era de 6,4 milhões de toneladas, com participação de 7,85% na produção nacional. Já em 2002, foi de 9,8 milhões, representando 9,86% da produção nacional. Isso significa que Goiás saltou do 6º lugar no ranking nacional, em 1995, para 4º, em 2002, perdendo somente para Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

Os produtos que mais influenciaram o bom desempenho da agricultura foram a soja, o milho e a cana. A tabela anterior mostra as principais áreas plantadas de produtos agrícolas, do ano de 1990 a 2004.

Conforme a Tabela 6, o algodão teve um aumento na área plantada de 300% do ano de 1990 a 2004; já o arroz reduziu a área em quase 100%, e o feijão também teve um percentual menor juntamente com o milho; a soja aumentou mais de 100% devido às boas perspectivas de comercialização e o aumento na exportação. O sorgo teve um aumento significativo devido ao seu plantio na safrinha. O trigo, que possuía 560 hectares em 1990, aumentou para 21.772 hectares, em 2004, devido ao uso de novas tecnologias, que permitiu que ele fosse cultivado com sucesso em Goiás.

As transformações na agricultura ampliaram a produção goiana a partir da década de

1990, não só pela modernização no processo produtivo, mas também os espaços expandiram-se devido aos incentivos fiscais e financeiros disponíveis pelos bancos. Segue a Tabela 7, comparando o Estado de Goiás em relação à Região Centro-Oeste e o Brasil em nível de sua colocação na produção.

Tabela 7 - Estado de Goiás, Centro-Oeste e Brasil: Ranking da produção dos principais produtos agrícolas 1998-2004.

Produto	Goiás/Centro-Oeste							Goiás/Brasil						
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Abacaxi (mil frutos)	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	6º	5º	6º	8º	7º	8º	8º
Algodão herbáceo (em caroço)	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	3º
Alho	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	4º	4º	4º	4º	3º	3º	3º
Arroz (em casca)	2º	2º	2º	3º	3º	2º	2º	8º	7º	7º	8º	8º	7º	7º
Café	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	10º	10º	10º	10º	9º	9º	10º
Cana-de-açúcar	1º	2º	1º	2º	2º	2º	3º	6º	7º	6º	7º	7º	7º	7º
Feijão	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	5º	6º	6º	5º	5º	5º	5º
Laranja	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	10º	10º	10º	9º	9º	9º	9º
Milho	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	6º	4º	4º	4º	5º	6º	4º
Soja	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	4º	4º	4º	4º	4º	4º	3º
Sorgo granífero	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º
Tomate	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º
Trigo	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	7º	7º	7º	6º	6º	6º	6º

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica (2005).

Mediante a Tabela 7, percebe-se que aos principais produtos agrícolas de Goiás no final da década de 1998 a 2004, foram inseridas algumas novas produções como: abacaxi, alho, café, laranja e tomate.

Goiás, em relação ao Brasil na produção agrícola, foi o que mais se destacou, estando em 1º lugar o sorgo e o tomate. Já em volume de produção de algodão, o Estado ocupa o 3º lugar no ranking nacional, com uma produção de 301 mil toneladas em 2002. Portanto, 18% maior que a registrada no ano de 2000, a cultura goiana perde somente para a mato-grossense. Essa produção de algodão está distribuída principalmente nos municípios de Acreúna, Santa Helena, Paraúna, Chapadão do Céu e Rio Verde, ocupando uma área em torno de 100 mil hectares. Mais de 250 produtores respondem por agronegócios do algodão.

Já o arroz registrou queda em sua produção. Na cultura do arroz, Goiás vem perdendo espaço no cenário nacional. Na década de 80, o Estado ocupou a 2ª posição do ranking e no ano de 2004, passou para 7ª posição. Este fato deve-se à procura, por parte dos produtores, por regiões favoráveis a esta cultura (SEPLAN, 2005).

A cana-de-açúcar em Goiás vem ocupando cada vez mais espaço no cenário regional, e com certeza terá destaque a âmbito nacional. Atualmente, é o sexto Estado em área plantada. Isto se deve ao fato de Goiás possuir 60% das suas terras com características adequadas para o plantio de cana-de-açúcar, com terras com baixo declividade, o que favorece a mecanização, solos favoráveis e água em abundância. Goiás hoje possui 74 usinas instaladas, e outras 36 em processo de análise, onde 95% se concentram na região Centro-Sul do Estado. A implantação das usinas ocorre principalmente às margens da BR-153 e das GO 060, 364 e 452.

A produção de milho em Goiás destaca-se em 4ª posição em relação à nacional, sendo a 2ª maior área plantada no Estado, perdendo apenas para a soja. No ano de 2002 houve um decréscimo de -0,42%, em relação a 1999, com uma produção de 3.400.223 t e sua área colhida também decresceu em 8,47% no mesmo período. Em contrapartida, nota-se um aumento crescente de produtividade desta cultura em Goiás. Enquanto que a média nacional é de 4,61 t/ha, no Estado registra-se 7,2 t/ha.

Esse resultado é fruto de investimento em pesquisa, tecnologia de ponta e sementes altamente selecionadas e a crescente demanda da agroindústria.

O Estado de Goiás foi o 1º produtor de feijão da região Centro-Oeste, no ano de 2002. Produziu 235.418 t, tendo um crescimento de 17,16% em relação ao ano de 1999, apesar da redução de 21,34% da área colhida, ocorrendo, portanto um ganho de produtividade (SEPLAN, 2005). Os produtores de café em Goiás vêm mudando suas técnicas de produção, utilizando processos de cultivos novos, com uso de irrigação e variedades produtivas, proporcionando crescimento na produção. No ano de 2001, a produção do grão foi de 10.731 t, contra 5.045 t em 1999, provocando um incremento de 112,70% e expansão da área colhida de 54,28%. (SEPLAN, 2005).

Cabe destacar ainda o desempenho de outras culturas importantes para agricultura do Estado. O sorgo, por exemplo, apresentou uma variação na produção de 9,61% em 2002, comparada à de 1999. Goiás é o primeiro produtor desta cultura, com produtividade acima da média nacional e do Centro-Oeste. A laranja, em 9º lugar no ano de 2004, apresentou incremento na produção de 7,53%, verificando ganhos significativos de produtividade.

A cultura do tomate apresentou um crescimento de 25,34% na produção no ano de 2002, comparado a 1999. A cultura continua sendo importante para a agroindústria goiana, na produção de atomatados, entre outros, como o trigo em 6º lugar, alho em 3º lugar e abacaxi

em 8º no ano de 2004 (SEPLAN, 2005).

No processo de produção de grãos estimada no Estado de Goiás por microrregiões, verifica-se a relação e influência no sentido de expansão demográfica nos municípios destas microrregiões, pois onde está mais concentrada a evolução rural, ali estão os municípios de maior população e com melhor situação econômica.

Entre as quatro microrregiões, maiores produtoras de grãos do Estado de Goiás, encontra-se o Sudoeste Goiano, estando em primeiro lugar no ranking da produção, com população estimada de 386.668 habitantes em 2006 pelo IBGE, tendo 18 municípios, entre os quais se destaca, em termos de produção com recente crescimento do agronegócio brasileiro, Rio Verde, com uma importante cooperativa agroindustrial e com unidades industriais que agregam valor à sua produção agrícola.

Segue na Tabela 8, a produção de grãos em Goiás por microrregiões, observando a porcentagem de participação destas.

Tabela 8 - Estado de Goiás - Ranking da produção de grãos por microrregiões – 2005.

Microrregião	Produção de grãos (t)	Participação (%)	Ranking
ESTADO DE GOIÁS	11.346.604	100,00	-
Sudoeste de Goiás	4.405.163	38,82	1º
Entorno de Brasília	1.619.461	14,27	2º
Meia Ponte	1.451.258	12,79	3º
Catalão	917.379	8,09	4º
Vale do Rio dos Bois	797.309	7,03	5º
Pires do Rio	626.162	5,52	6º
Anápolis	292.938	2,58	7º
Porangatu	223.913	1,97	8º
Quirinópolis	193.526	1,71	9º
Ceres	140.886	1,24	10º
Chapada dos Veadeiros	139.623	1,23	11º
Vão do Paraná	111.035	0,98	12º
Anicuns	101.281	0,89	13º
Goiânia	89.906	0,79	14º
Rio Vermelho	75.606	0,67	15º
Aragarças	71.776	0,63	16º
Iporá	45.936	0,40	17º
São Miguel do Araguaia	43.446	0,38	18º

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica (2007).

Em segundo lugar no ranking da produção de Goiás, o entorno de Brasília, com população estimada de 1.068.417 habitantes, dividida em vinte municípios, sendo a microrregião mais concentrada da população goiana, pois constitui o segundo maior

aglomerado do Estado, com 14,3% da população total. A sua taxa de crescimento demográfico suplantou a de Goiás, atingindo 6,4% nos últimos cinco anos, tendo como destaque a cidade de Santo Antônio do Descoberto, que dobrou sua população.

Em terceiro lugar em nível de produção goiana, a microrregião de Meia Ponte com população estimada em 349.451 habitantes (IBGE, 2006), dividida em 21 municípios, destacando-se os municípios de Piracanjuba, Morrinhos e Goiatuba.

Em quarto lugar, fica a microrregião de Catalão na produção de grãos, com população estimada de 128.488 habitantes, em 2006, pelo IBGE e dividida em onze municípios, sendo Catalão um dos municípios que tem mais crescido economicamente; também a microrregião de Anápolis, destacando o município de Inhumas na produção de alho, entre outros. Segue a tabela com os municípios que mais se destacaram na produção de grãos em 2005.

Tabela 9 - Goiás: Municípios - Maiores produtores de grãos em 2005 (Em t).

Municípios	Algo-dão	Arroz	Café	Feijão	Girasol	Milho	Soja	Sorgo	Trigo Sequeiro	Total de grãos	Ran king
Jataí	2.520	6.100		1.500	2.000	346.600	597.000	51.000	240	1.006.960	1º
Rio Verde	4.280	4.500	82	6.980	450	132.000	715.500	97.500	1.440	962.732	2º
Cristalina	7.738	4.026	7200	97.410	1.260	124.080	407.160	6.000	18.400	673.274	3º
Montividiu	5.187	1.500		2.280	140	129.600	324.800	54.000	2.880	520.387	4º
Mineiros	8.800	1.600				83.000	328.000	34.000		455.400	5º
Chapadão do Céu	28.000	1.000	31		7.000	111.700	224.000	32.000		403.731	6º
Catalão	2.268	4.320	1.144	1.830		77.000	238.500	4.320	7.500	336.882	7º
Luziânia	780	2.160	756	37.380	108	79.200	180.000	25.200	5.520	331.104	8º
Caiapônia	5.200	19.800	6	1.800		75.000	215.000	3.600		320.406	9º
Ipameri	9.440	6.000	941	3.470		84.000	207.900		1.000	312.751	10º
Bom Jesus de Goiás	634	525		430		71.500	142.120	18.000		233.209	11º
Campo Alegre de Goiás	4.181	900	1.596	2.910		38.500	176.000	1.125	3.000	228.212	12º
Goiatuba	3.490	720		450		50.880	143.000	11.250	1.190	210.980	13º
Paraúna	29.854	4.320	850			21.750	133.920	1.800		192.494	14º
Perolândia	3.200	1.900	7	800		26.000	120.000	7.000		158.907	15º
Edéia	1.300	1.760				8.450	144.000			155.510	16º
Santa Helena de Goiás	500	625		770		22.470	108.100	11.000	310	143.775	17º
Vicentinópolis		360		1.080		24.510	101.500	12.980		140.430	18º
Itumbiara	1.596	1.950		355	416	19.460	105.090	3.500		132.367	19º
Quirinópolis	41	1.600		600		44.480	6.600	7.850		121.171	20º
Subtotal	119.009	65.666	12613	160.045	11.374	1.570.180	4.618.190	382.125	41.480	7.040.682	
Outros Municípios	53.959	237.156	3.499	120.336	1.009	1.570.180	2.305.670	126.464	8.405	4.140.056	53.959
Estado de Goiás	172.968	302.822	16.112	280.361	12.383	1.283.558	6.983.860	508.569	49.885	11.180.698	

Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (out. 2005).

Na Tabela 9, Jataí ocupa o primeiro lugar no ranking, tendo como destaque a produção de milho e soja, devido à sua agricultura avançada; ficando em segundo lugar Rio Verde, tendo como maiores produções à soja, o sorgo e tendo uma grande participação também na safra de arroz e milho.

Alguns municípios são destaques em certas culturas com relação aos demais, com no caso do algodão, em Chapadão do Céu e Paraúna, que juntos produzem 33,7% do total do Estado.

A soja surge no Brasil em meados dos anos 1960. Sua expansão se deve à grande demanda de grãos e farelos por parte da Europa e pela criação, em 1965, do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o qual objetivou integrar a agricultura ao processo de modernização do país, propiciando aos agricultores linhas de crédito acessíveis e baratas, a fim de viabilizar o investimento e a modernização do setor (GREMAUD et al, 1999).

A expansão da soja, em Goiás, ocorreu na década de 1970, até então o produto era cultivado apenas na Região Sul. O interesse crescente da indústria de óleo e da demanda no mercado internacional em expansão, somado à modernização agrícola promovida pelo governo federal, promoveu também o interesse do Estado em veicular esse produto, entre os demais já conhecidos.

Os produtores de soja, favorecidos por um mercado externo cuja demanda, principalmente de farelo de soja, encontrava-se em fase de expansão, investiram no cultivo da soja, cuja lavoura se destacou entre as que mais prosperaram na região dos cerrados. Tanto que na década de 1970, o aumento da produção e do esmagamento de soja colocou o Brasil na primeira posição mundial como exportador de farelo. Assim, o sistema agroindustrial da soja foi articulado com fluxos financeiros que passavam pela indústria de esmagamento e pelo segmento agrícola. A formação de estoques de matéria-prima e investimentos em capital fixo dava-se com o crédito farto e barato. Neste período, inicia-se o processo de ocupação agroindustrial do Centro-Oeste.

Este processo pode ser dividido em três fases: a) adaptação da soja no cerrado e início de atividades de beneficiamento no estado de Goiás, ainda na década de 1970; b) expansão da soja e milho pelo Mato Grosso e cerrado baiano com excelente produtividade, com entrada de empresas que atuam como *'tradings'* no mercado de *commodities*; c) pólo de atração de conglomerados industriais que transferem suas fábricas de beneficiamento de grãos e

atividades integradas de criação e abate de pequenos animais. Assim, a região Centro-Oeste, nos anos 1980, transformou-se num pólo de atração de capitais do Centro-Sul (CASTRO; FONSECA, 1995).

Como já evidenciado, a produção de soja no Brasil, até início dos anos 1980, esteve concentrada na Região Sul. Segundo dados do IBGE, em meados da década de 1970, a região Sul-Sudeste produzia 96% da soja nacional, percentual que foi diminuindo, chegando, em 1995, a 54%. O contrário ocorreu com a Região Centro - Oeste que, em 1975, participava com apenas 3% da produção nacional e, em 1995, elevou-se para 37%, tornando significativa sua participação, no contexto nacional.

O percentual de produção do estado de Goiás em 1975 era nulo, em 1995 seu percentual atinge 9%. Segundo dados do Ministério da Agricultura, no período 1990, 1998 e 1999, o estado de Goiás apresentou uma elevação de sua participação na produção de soja do país de 7%, 11% e 11%, respectivamente. Esta participação, entre os principais estados produtores do Brasil (PR, RS, MT, MS e GO), em 1998 e 1999, sobe para 13% (CASTRO; FONSECA, 1995). Nesse contexto, Brasil, Estados Unidos, Argentina e a China são responsáveis por 90% da produção mundial de soja, sendo o Brasil o segundo país exportador de grãos, farelo e óleo de soja.

Na década de 1980, a capacidade instalada de esmagamento cresceu mais que a produção agrícola, provocando um alto nível de capacidade ociosa. Em contrapartida, os recursos destinados ao crédito rural, inclusive a comercialização, tornaram-se escassos e caros. Os custos de produção e de processamento foram impactados pela redução dos recursos oficiais, comprimindo as margens tanto do produtor como da indústria.

No caso da soja [...], 1985, 1986 e 1987 foram anos de redução dos preços do produto nos mercados externos, o que teria importantes conseqüências sobre os volumes de AGF⁷ e EGF⁸ bancados pelo governo (CASTRO; FONSECA, 1995).

Nesse período, os preços mínimos⁹ da soja aproximavam-se muito dos de mercado. Nos outros, as cotações internas superavam os preços mínimos estabelecidos pelo governo. Também houve o deslocamento de 40% da capacidade de produção de soja do país para a região Centro-Oeste, acompanhado por atividades de armazenamento e esmagamento.

Em 1991, o estado de Goiás possuía sete plantas esmagadoras com capacidade de 4.900 toneladas/dia, correspondendo a 5% da capacidade de esmagamento do país. Dentro da Região 2 (Composta por MG, BA, MT, MS, GO e PE), a capacidade goiana de esmagamento

eleva-se para 25%, perdendo apenas para o estado do Mato Grosso que fica com 34% desta e 6% do país, com 5 plantas instaladas (Tabela 10). Quanto ao óleo refinado, Goiás participa com 21% da produção da Região 2 e 3% da produção nacional, detendo a maioria das fábricas de esmagamento tanto para obtenção de óleo bruto como refinado (CASTRO; FONSECA, 1995).

Tabela 10 - Soja: Capacidade de Armazenamento por Estado e Região 1 (1988) e Região 2 (1991).

Estados	Óleo Bruto t/dia	Fab/nº	Óleo refinado t/dia	Fab/nº
São Paulo	13.490	18	6.400	33
Paraná	34.600	32	2.165	14
Santa Catarina	6.000	8	440	2
Rio Grande do Sul	28.570	26	1.750	6
Rio de Janeiro	–	–	200	1
Região 1	82.660	84	10.955	56
Minas Gerais	1.950	3	450	2
Bahia	2.000	2	50	1
Mato Grosso	6.600	5	450	2
Mato Grosso do Sul	4.000	5	300	1
Goiás	4.900	7	390	3
Pernambuco	–	–	250	1
Região 2	19.450	22	1.890	10
Total Brasil	102.110	106	12.845	66

Fonte: CASTRO; FONSECA, 1995.

As empresas multinacionais, cujas receitas são oriundas de sua atuação nos mercados internacionais, não deslocaram suas plantas para as regiões do cerrado, como as empresas líderes nacionais, exceto a Cargill, possuidora de uma forte *trading*, que mantém uma fábrica em Uberlândia, próxima do cerrado goiano.

Ademais, verifica-se que a soja é uma cultura de grande escala, não sendo, portanto aconselhável seu cultivo em pequenas propriedades para fins comerciais. Os censos demonstram que vem aumentando a quantidade produzida em grandes propriedades. Segundo o Censo de 1980, as propriedades produtivas de até 100 ha representavam 90% e eram responsáveis por 37% do volume de soja produzido no Brasil. Em 1985, esse percentual caiu para apenas 20% da produção e essas propriedades representavam 89% do total dos

estabelecimentos, ao passo que as propriedades acima de 1.000 ha representavam apenas 1,23% do total dos estabelecimentos destinados à produção de soja e contribuíam com 45% da produção. Segundo o censo Agropecuário de 1995/96, no estado de Goiás havia 111.791 estabelecimentos agropecuários, e 3.482 destinavam-se ao cultivo de soja, e 392 deles possuíam uma área entre 100 e 1.000 ha, e 429 entre 1.000 e 10.000 ha.

A soja é, atualmente, cultivada em várias regiões do território goiano. Essa cultura desenvolveu-se inicialmente com a expansão da área cultivada e, posteriormente, com a elevação da produtividade.

Nota-se, na Tabela 11, que no estado de Goiás houve um crescimento tanto da área plantada como da produção e produtividade, saltando, em 1970, de 7.884 ha com produção de 9.817 toneladas de grãos e de uma produtividade de 1.245 kg/ha para 1.334.656 ha, 3.420.653 toneladas produzidas e uma produtividade de 2.565 kg/ha, em 1999. Um aumento de 106% na produtividade.

Tabela 11 - Evolução da Cultura da Soja no Estado de Goiás: 1970 – 1999.

Ano	Área plantada (ha)	Produção (t)	Produtividade (Kg/ha)
1970	7.884	9.817	1.245
1975	55.600	73.392	1.320
1980	247.920	456.706	1.856
1985	735.590	1.356.240	1.847
1990	1.001.690	1.258.440	1.294
1991	800.750	1.661.260	2.082
1992	825.270	1.797.670	2.185
1993	983.521	2.001.872	2.039
1994	1.111.428	2.305.809	2.080
1995	1.124.642	2.214.475	1.972
1996	916.642	2.017.703	2.201
1997	1.016.428	2.451.163	2.412
1998	1.375.615	3.393.240	2.467
1999	1.334.656	3.420.653	2.565

Fonte: IBGE (2001).

No intervalo desses 29 anos de cultivo da soja em Goiás, percebem-se algumas oscilações para menos, nos itens abordados acima, mas que se recuperam logo nos anos

seguintes. Isso é observado na queda de 18,5% da área plantada em 1996 em relação a 1995, mas que se recupera em 1997 com um crescimento da área plantada de 10,89% em relação a 1996, mesmo permanecendo com uma área inferior a que era plantada em 1995 que voltaria a superar o valor daquele ano somente a partir de 1998. A retração da área plantada e da produção de 1996 é um reflexo da política cambial brasileira, da época, que dificultava as exportações (valorização cambial).

Pode-se afirmar que a produtividade apresentada no cultivo da soja no estado de Goiás vem apresentando um comportamento de crescimento no período de 1970 a 1999. A seguir, na Tabela 8, são apresentadas as principais microrregiões produtoras de soja do estado de Goiás, a área plantada e a produção.

Tabela 12 – Goiás: Principais Microrregiões Produtoras de Soja nos Períodos: 1974, 1979, 1989 e 1999.

Microrregião	Período							
	1974		1979		1989		1999	
	Área (ha)	Produção (t)						
Meia Ponte	11.275	11.325	17.968	38.111	56.254	124.706	217.953	474.716
Vertente goiana do Paranaíba	82.874	72.052	83.756	149.460	131.202	276.250	36.140	76.610
Sudoeste de Goiás	12.520	12.060	40.511	77.113	389.600	824.710	652.513	1.782.243

Fonte: IBGE (2001).

Mediante estes dados, constata-se que em 1974 e 1979 a microrregião da Vertente Goiana do Paranaíba ocupava o primeiro lugar em quantidade de área destinada ao cultivo da soja e em quantidade produzida, perdendo essa posição, a partir de 1989, para a microrregião do Sudoeste de Goiás – Rio Verde, Jataí, Santa Helena, Mineiros... – que, em 1999, com seus 652 mil hectares destinados à sojicultura, representava, aproximadamente, dezoito vezes a área cultivada na Vertente Goiana do Paranaíba e a produção desta (76.610 toneladas) correspondia a apenas 4% do volume produzido no Sudoeste de Goiás.

Nota-se que, embora tenha havido um acréscimo da área destinada ao cultivo da soja na microrregião do Sudoeste de Goiás e também da produção, o crescimento desta foi bem mais significativo que o daquela, o que evidencia um reflexo do alto padrão tecnológico de produção adotado na região, provocando um aumento de produtividade.

Na figura 7, são apresentadas as quantidades de toneladas colhidas de soja no estado de Goiás, destacando-se os municípios de maior produção, para uma melhor compreensão e visualização do espaço geográfico em que eles se encontram.

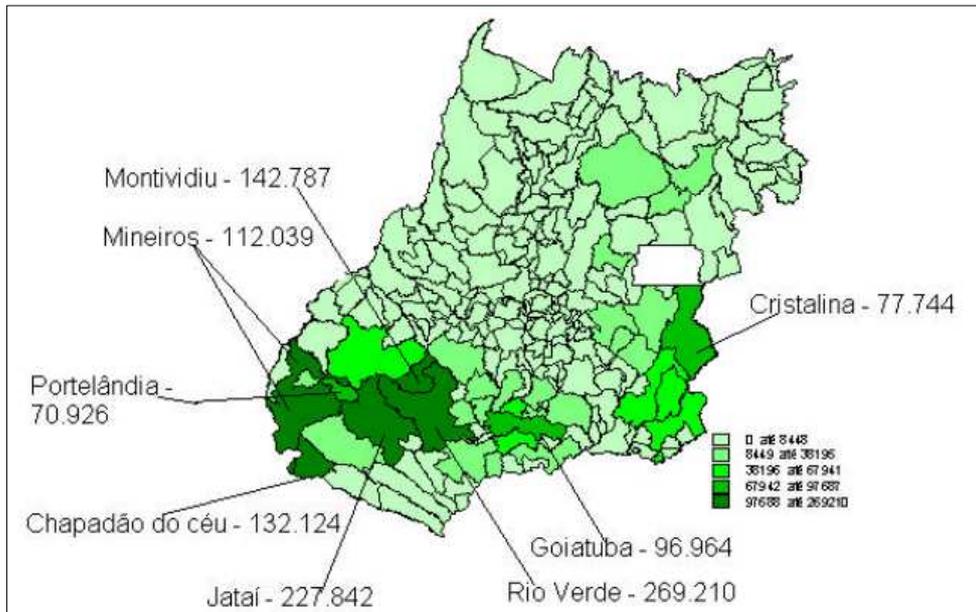


Figura 7 – Goiás: Quantidade Colhida de Soja (t) (1995).

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1995.

Atualmente, configuram-se como os maiores municípios produtores de soja em Goiás: Rio Verde, Jataí, Chapadão do Céu e Montividiu, localizados na Região Sudoeste do estado; Quirinópolis e Bom Jesus, na Região do Rio dos Bois; Catalão e Ipameri, na Região Sudeste; Goiatuba, na Região do Meia Ponte e Cristalina, na Região do Entorno de Brasília.

Tabela 13 - Goiás: Área Colhida, Produção e Produtividade da Soja por Mesorregião e Microrregião - 1995-96.

Mesorregião e Microrregião	Area (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
I – NOROESTE GOIANO	29	18	621
1 - São Miguel do Araguaia	29	18	621
2 – Rio Vermelho	0	0	0
3 – Aragarças	0	0	0
II – NORTE GOIANO	15.510	24.981	1.611
4 – Porangatu	7.790	12.642	1.623
5 – Chapada dos Veadeiros	7.720	12.339	1.598
III – CENTRO GOIANO	7.806	16.039	2.055
6 – Ceres	1.141	4.619	2.157
7 – Anápolis	1.250	650	2.600
8 – Iporá	1.000	2.700	2.700
9 – Anicuns	500	900	1.800
10- Goiânia	3.915	7.170	1.831
IV – LESTE GOIANO	98.235	173.455	1.766
11- Vão do Paraná	1.650	1.793	1.087
12- Entorno de Brasília	96.585	171.662	1.777
V – SUL GOIANO	788.773	1.798.230	2.280
13- Sudoeste de Goiás	472.935	1.148.819	2.429
14- Vale do Rio dos Bois	20.922	107.840	2.118
15- Meia Ponte	123.650	253.080	2.047
16- Pires do Rio	36.700	67.916	1.851
17- Catalão	84.710	178.305	2.105
18- Quirinópolis	19.856	42.270	2.129
Total do Estado	910.353	2.012.723	2.211

Fonte: Goiás em números, 1998, Convênio CCN/UCG/CPE.

A Tabela 13 mostra a área colhida, produção e produtividade da soja por mesorregião e microrregião do estado de Goiás, no período 1995-96. Nela se evidencia que a expansão se deu em municípios que hoje são os maiores produtores, e como desde o início, a região sudoeste do estado tornou-se o centro produtor mais relevante.

Embora, no período apresentado, a maior área plantada e o maior volume de produção estejam concentrados na mesorregião do sul goiano, a maior produtividade é encontrada na microrregião de Iporá que pertence à mesorregião do centro goiano com 2.700 kg/ha.

À região sudoeste do estado, área de exploração agrícola recente, destinou-se uma elevada oferta de crédito de custeio entre 1970 e 1980, conforme Tabela 10. Vale ressaltar que entre 1970/95 houve uma inversão dos produtos beneficiados no estado de Goiás. Até 1970 os principais produtos beneficiados pelo custeio agrícola em 1970 eram arroz, milho, algodão e feijão.

A partir de 1980 a soja e o milho são os produtos que apresentam o maior crescimento tanto em valor monetário quanto em número de contratos. Em 1995 a soja recebe 23,68% e o milho 59,56% do valor monetário destinado ao crédito rural em Goiás. Já o arroz e o feijão recebem respectivamente 3,4% e 4,12%, do valor monetário, no mesmo ano. A alteração da base produtiva beneficiava o processo de agroindustrialização no estado, fazendo com que os incentivos se concentrassem em produtos com maior potencial de agregação de valor, no caso a soja e o milho (LUNAS, 2001).

Na Tabela 14, são apresentados os créditos concedidos em nível de Brasil, Goiás e Microrregião do Sudoeste Goiano, no período entre 1970 e 1995, assim como a sua aplicação.

Constata-se, pelos dados da Tabela 14, que em 1995 o sudoeste goiano recebeu 26% do crédito concedido ao estado de Goiás para custeio, 15% para investimentos e 30% para comercialização. No período analisado, verifica-se uma acentuada predominância do crédito de custeio, perdendo para o de comercialização somente em 1995. Essa predominância justifica-se pelo fato de que a agricultura exige uma elevada concentração de recursos em um curto espaço de tempo de plantio e um longo período na produção, sem nenhum retorno intermediário. Isto exige do agricultor um elevado volume de capital de giro, o que justifica a grande demanda de crédito de custeio.

Tabela 14 - Créditos Agropecuários Concedidos por Tipo de Aplicação em Nível de Brasil, Goiás e Sudoeste Goiano: 1970 – 1995 (em US\$ Mil).

Aplicação	Brasil			Goiás			Sudoeste Goiano		
	1970	1980	1995	1970	1980	1995	1970	1980	1995
Custeio	896.000	9.206	4.389.000	22.202	221.288	318.696	2.966	29.614	81.860
Investimento	541.000	3.052.000	1.536.000	9.354	54.214	110.036	958	3.682	16.474
Comercialização	564.000	4.012.000	1.159.000	224	4.874	102.086	-	556	30.505

FONTE: Censos Agropecuários de 1970, 1980 e 1995; BACEN.

Deve-se destacar que o estado de Goiás contou com linhas especiais de crédito para a região Centro-Oeste, como o do POLOCENTRO, no início da década de 1970 e o do Fundo Constitucional do Centro-Oeste - FCO, final da década de 1980, que induziram a modernização do setor agrícola. Recebeu, ainda, outros recursos destinados à eletrificação rural. Sendo assim, o Estado funcionou como direcionador de política de industrialização no campo, à medida que este passou a consumir insumos e maquinários subsidiados. Isso pode ser constatado observando-se a quantidade de tratores adquiridos, haja vista ser o trator um indicador de padrão técnico da agricultura (ALVES, 1993).

Segundo dados do IBGE, na safra de 2000, a produção de soja do município de Rio Verde foi de 175 mil toneladas. Cerca de 90% da área cultivável utiliza o sistema de plantio direto, protegendo o solo e reduzindo o índice de erosões. A área plantada é superior a 230 mil hectares e apresenta as melhores médias de produtividade do país.

Para garantir essa colocação e buscar elevar os índices de produção e produtividade, o município conta com as seguintes entidades: Associação de Produtores de Grãos (AGP), Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO), Clube dos Engenheiros Agrônomos (CEAGRO), Clube Amigos da Terra (CAT), Sindicato Rural de Rio Verde e Fundação de Ensino Superior de Rio Verde (FESURV) que realizam estudos, palestras, capacitação e treinamento dos produtores.

Por ser a região do Sudoeste Goiano a principal área produtora de soja do estado de Goiás, LUNAS (2001) traça o perfil dos sojicultores da região com de uma pesquisa de campo em 125 propriedades rurais (amostra aleatória simples), correspondendo a 10% do total dos produtores nos municípios de Santa Helena de Goiás, Rio Verde, Montividiu, Mineiros e Jataí. No município de Rio Verde foram pesquisados 53 produtores, por ser o maior produtor de soja do estado de Goiás.

Pelos dados levantados acerca da origem dos produtores a autora constatou que 57,6% dos produtores são goianos, 25,6%, sulistas, 11,2%, paulistas, 2,4%, mineiros, 2,4%, estrangeiros e 0,8%, outros. Quanto ao domicílio, constatou que 67% residem nas cidades nas quais se encontram localizadas as suas propriedades e 33%, nas fazendas.

A condição do produtor é predominantemente de proprietário da terra (74%). Seguem-se os arrendatários, 18%, proprietários de terras, mas complementam com arrendamento de terra para cultivar a soja, 4%, parceiros 2% e assentados 2%.

A maior participação dos proprietários da sojicultura permite deduzir que na cultura da soja há uma necessidade de ser dono dos recursos para sua produção, para garantir a rentabilidade da lavoura. Os altos preços para arrendamento na região têm inviabilizado uma maior participação dos arrendatários na produção da soja (LUNAS, 2001). Essa necessidade de ser proprietário de terra está associada ao fato de que, com a implantação dos complexos agroindustriais (soja, carne de suínos, aves e tomate), o preço dela, na região, sofreu uma grande elevação.

Em relação à estrutura fundiária da maior região produtora de soja do estado de Goiás, constata-se, pelos dados dos censos agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995 que, no decorrer do período entre 1970 e 1995, houve uma redução do número de estabelecimentos com menos de 10 ha de área. Também se constata que, nesse mesmo período, há uma predominância de estabelecimentos cuja área se situa entre 100 a menos de 1.000 hectares e que, entre 1980 e 1985, o número desses estabelecimentos sofreu um acréscimo de 25%, mas que, de 1985 para 1995, apresentou uma queda da ordem de 1%. Isso pode ser observado na tabela 15.

Tabela 15 - Estrutura Fundiária da Microrregião do Sudoeste de Goiás, no Período de 1970 a 1995.

Estrutura Fundiária	1970	1975	1980	1985	1995
Menos de 10					
Estabelecimentos	1.044	931	635	814	304
Área (ha)	6.144	6.007	4.215	4.273	1.620
10 a menos de 100					
Estabelecimentos	2.679	2.711	2.643	3.215	2.908
Área (ha)	123.995	123.192	123.090	156.206	145.682
100 a menos de 1.000					
Estabelecimentos					
Área (ha)	3.096	3.312	3.832	4.785	4.721
	1.115.619	1.227.974	1.430.270	1.738.633	1.721.092
1.000 a menos de 10.000					
Estabelecimentos	972	1.055	1.115	1.202	868
Área (ha)	2.592.415	2.711.772	2.794.856	2.698.625	1.927.385
10.000 e mais					
Estabelecimentos	36	45	35	28	12

Fonte: Censo Agropecuário 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.

Nos últimos 10 anos, tem aumentado, no Brasil, o uso do sistema de plantio direto e, dos 13,6 milhões de hectares destinados à lavoura de soja, 65% praticam esse sistema de produção, segundo pesquisas da EMBRAPA. Em Goiás, assim como em toda a região Centro-Oeste, Nordeste e Norte, a maior dificuldade para a expansão desse sistema de plantio é a falta de chuva para o desenvolvimento de culturas precedentes que produzam boa palhada. Mesmo assim, no Sudoeste Goiano, LUNAS (2001) constatou que 53% dos estabelecimentos por ela pesquisados praticavam esse sistema de plantio e que o mesmo é mais facilmente adotado pelos produtores proprietários das maiores áreas.

Tabela 16 - Estratificação das Áreas das Propriedades Exploradas com a Cultura da Soja em % Hectares Área da propriedade Área arrendada (%) Área total soja (%) – (2001).

Hectares	Área da propriedade (%)		Área arrendada (%)		Área total soja (%)	
	Conv.	Direto	Conv.	Direto	Conv.	Direto
1-100	45,2	14,1	43,8	19,1	41,7	7,8
101-500	42,8	40,6	43,8	42,6	47,9	46,7
501-1000	7,2	14,1	12,4	27,7	8,3	20,8
1001- acima	4,8	31,2	0,0	10,6	2,1	24,7

Fonte: LUNAS (2001).

De acordo com Silva (2000 apud Lunas, 2001), a área da propriedade é definida segundo o total de terras, em hectares, que o produtor possui. Área arrendada é o total que o produtor arrenda para exploração da cultura da soja. A área total com soja corresponde à soma da área própria e arrendada para o cultivo da soja. Pelos dados apresentados na tabela 16, nota-se que há uma predominância nas propriedades entre 101 e 500 ha quanto ao sistema de plantio direto.

O Estado de Goiás é responsável por 8,52% de toda produção de grãos brasileira. Em 2000, a produção agrícola em Goiás foi de 8,7 milhões de toneladas de grãos, com participação de 9,97% na produção nacional. As estatísticas referentes a 2007 mostram a evolução do setor, cuja produção saltou para 11,3 milhões de toneladas de grãos. Goiás está em 4º lugar no ranking nacional de grãos. Sendo 1º em sorgo, 3º em algodão, 4º em soja, 5º em feijão e milho, 6º em cana-de-açúcar e trigo e 7º em arroz (SEPLAN, 2008).



Figura 8 – Estado de Goiás – Produção de Grãos: 1995, 2000, 2005, 2006, 2007 e 2008.
Fonte: SEPLAN, 2009.

Conforme a Figura 8 a produção de grãos em Goiás no ano de 2006 foi de 10,5 milhões de toneladas, numa área colhida de 2,5 milhões de hectares, com produtividade de 2,4 toneladas por hectare, resultado inferior ao registrado no ano de 2005. Cabe ressaltar que muitos sojicultores estavam descapitalizados, em 2006, devido aos prejuízos causados pelas duas últimas safras, tanto assim que negligenciaram do uso adequado dos insumos recomendados, principalmente no que concerne às quantidades de corretivos e fertilizantes, o que levou a uma redução do rendimento médio. Além disso, condições climáticas adversas, como a estiagem ocorrida nos meses de janeiro e de fevereiro, e o excesso de chuva na colheita, incorreram em prejuízos e perdas importantes nas regiões produtoras. Mesmo com queda significativa, Goiás permaneceu na quarta posição no ranking nacional desta cultura. Os municípios de maior destaque no cenário nacional foram Jataí (9º) e Rio Verde (11º), respondendo, respectivamente com 1,18% e 1,14% da produção do país. (SEPLAN, 2009).

1.3.2. Produção da Pecuária

A partir de uma agricultura de subsistência e uma pecuária extensiva, nasce a unidade de exploração agrícola enraizada em uma estrutura fundiária marcada pela média e grande propriedade rural, visto que a ocupação do solo goiano foi realizada pela “[...] prática do apossamento, fenômeno que ocorreu ao longo dos anos, gerando desordem no campo e criando uma mentalidade de avanço sobre a terra” (SILVA, 2004).

Desse modo, o principal vetor para incremento do produto do trabalho agropecuário foi a incorporação de novas áreas de lavoura, pastagens e campos as unidades de exploração agrícola. Este fator teve um papel primordial para o avanço da fronteira agrícola pelo interior do estado. Neste sentido, a fazenda goiana arraigou-se em um núcleo básico, marcado por relações de trabalho predominantemente familiar e uma estrutura fundiária concentrada nas mãos de poucos proprietários rurais, configurando uma grande exploração agrícola, a qual serviu como meio material para a formação dos laços de poder político dos representantes das oligarquias agrárias no estado (AGUIAR, 2003).

Para Aguiar (2003) as relações de poder e mando, que se cristalizaram no coronel goiano, tiveram seu nascedouro na forma que esses coronéis conquistaram, por meio da posse, grandes áreas devolutas no estado de Goiás. Na opinião da autora,

Assim, embora a terra fosse altamente atraente em termos do poder e perspectiva de riqueza que trazia, o interesse em adquiri-la do governo, dentro dos preceitos legais, não existia também em Goiás, mas provavelmente, o mais importante nesse contexto fosse a concreta possibilidade de se deter um grande patrimônio de terras, base para desencadear o processo de acumulação, sem a efetiva contrapartida de pagamento ao poder público. No caso de Goiás, o que pode ser constatado também foi a constituição de uma camada de grandes proprietários que, naturalmente, mantinha estreita ligação com o poder, com interesses localizados, desvinculando-se dos interesses regionais em termos mais amplos. (AGUIAR, 2003).

De acordo com Estevam (2004):

“A Lei de Terras¹⁰ esbarrou na realidade socioeconômica de Goiás. Dedicados à pecuária extensiva, os fazendeiros goianos não tinham estímulo para legalizar suas terras. Era um processo caro, devido às despesas com medição e demarcação, e difícil, especialmente nas zonas mais afastadas. Nesse caso, seria apropriado manter a situação irregular, que possibilitava a incorporação de novas terras sempre que isso se fizesse necessário. Deste modo, a estrutura agrária em Goiás foi-se solidificando de maneira concentrada, com poucas famílias assegurando o controle das terras, mesmo levando-se em conta a existência de vastas extensões desocupadas”.

A diminuta demanda por produtos da fazenda goiana concentrou-se no gado e na cultura do arroz que tinham por objetivo atender os estímulos proporcionados pelo incipiente mercado interno nacional. Isto aconteceu, porque o centro dinâmico da economia nacional era proveniente do mercado externo, não existindo qualquer força interna que quebrasse esta lógica de acumulação de capital, visto que o Brasil se formou “[...] para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu” (PRADO JÚNIOR, 1992).

Goiás era uma região periférica do capitalismo nacional, sendo a falta de infraestrutura de transporte, um dos principais gargalos para sua inserção na lógica da acumulação de capital nacional, pois o estado ligava-se às demais regiões brasileiras por estradas que pareciam mais picadas, trafegadas por carros de bois, mulas, cavalos e carroças que, além de demandarem um maior tempo de transporte para se deslocar entre um ponto de origem e um ponto de destino, tinha um elevado custo de frete. Dessa feita,

[...] até mesmo as fontes oficiais reconheciam que a precariedade dos meios de escoamento da produção, era responsável pela pouca expressão da agricultura estadual: ‘uma vez que o produto não pagava nem o próprio transporte, fora preferível deixá-lo apodrecer na roça’ (CAMPOS, 2003).

Por tudo isso, observa-se que havia uma separação nítida nos principais mercados da agropecuária goiana. No caso da orizicultura havia uma fraca ligação mercantil com as demais regiões, sobretudo, com São Paulo devido aos elevados custos de transportes que reduziam a competitividade do arroz goiano em outras plagas (ASSIS, 2005).

Já no caso da pecuária, as relações mercantis regionais eram mais estreitas vis-à-vis orizicultura, devido à “[...] possibilidade de o gado transportar-se, possibilitando alcançar os distantes mercados consumidores, [o que] fez da pecuária a única atividade capaz de superar o isolamento geográfico de Goiás” (ASSIS, 2005).

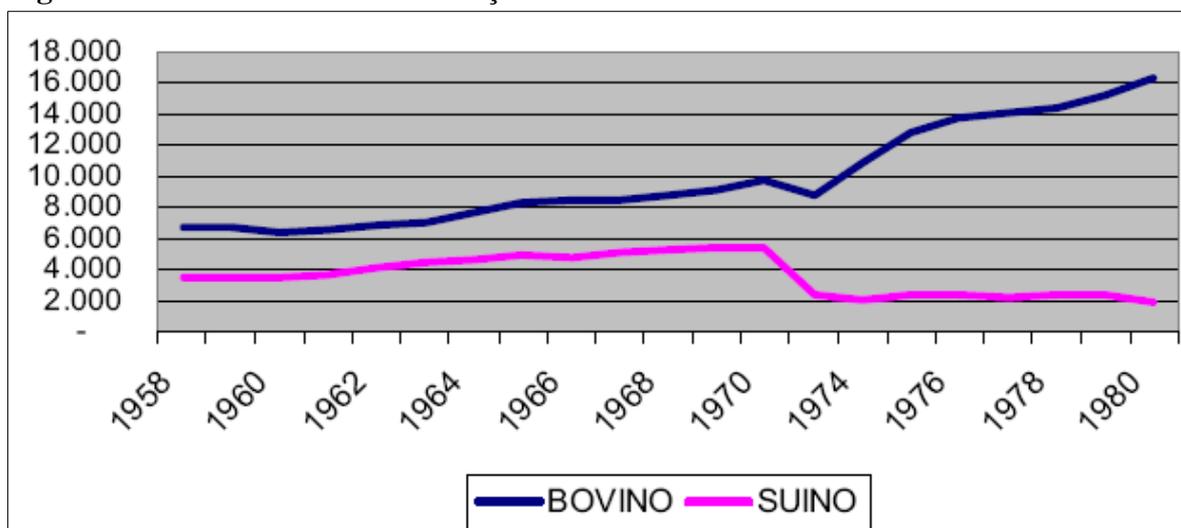
A pecuária goiana teve um fator histórico que começou a aparecer logo após o declínio da mineração, fazendo com que a pecuária evoluísse no território Goiano.

A exploração do ouro goiano e seu reflexo no comportamento da pecuária, registrou três momentos distintos: o apogeu das minas, 1725/1753, quando a pecuária era usada apenas para matar a fome. Nesses anos era mera coadjuvante da exploração do ouro. Somente acontecia na medida necessária para alimentar bocas, essas, mais ávidas da fome pelo metal amarelo; a crise na mineração, de 1753 a 1777, época em que a pecuária passou a ser um instrumento para diminuir as calamidades e a decadência do ciclo aurífero. Durante a Crise é que se dá mais liberdade à atividade pastoril; de 1788 a 1822, fase na qual a pecuária finalmente descobriu seu poder econômico (GALLI, 2005).

A fundação da Sociedade Goiana de Pecuária (SGP), em 1941, sigla que seria alterada para Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura (SGPA), pode ser considerado um divisor de águas na história da pecuária goiana. Idealizada por Altamiro de Moura Pacheco, uma das personalidades mais marcantes da primeira metade do sec. XX, a SGPA passa a contribuir com a evolução da atividade no Estado (GALLI, 2005).

Logo, essa evolução passa obrigatoriamente pela Exposição Agropecuária do Estado de Goiás e pela Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura (SGPA). Segundo esta, foi com a forte atuação da entidade na realização das Exposições Agropecuárias, organização de palestras e incentivo à introdução de novas técnicas, e o incentivo à importação de animais reprodutores e sêmen de raças como Nelore, Gir e Holandês, proporcionando um melhoramento genético, que a pecuária goiana chegou ao atual estágio de desenvolvimento qualitativo e quantitativo, estando agora voltada ao cruzamento industrial, acompanhando a melhor tendência mundial. A figura 9 mostra os números de cabeças de bovinos e suínos e seu respectivo crescimento.

Figura 9 - Pecuária em Goiás - Cabeças de bovinos e suínos - 1958-1980.



Fonte: Silva (2007).

Diante da figura 9, do final da década de 1950 até o início da década de 1970, o crescimento, do rebanho bovino e suíno, foram respectivamente 58,7% e 51,2%, aproximadamente. A partir de 1974, com desenvolvimento da agropecuária no Estado, o rebanho inicia um rápido crescimento (60% em seis anos) alcançando em 1980, mais de 16.000 cabeças.

Essa evolução motivou a introdução de exposições feitas em Goiânia, que começaram a se diversificar, introduzindo leilões, shows artísticos, exposições de máquinas, e outras novidades para a época, como restaurantes e bares. Dessa forma, a exposição começou a ser chamada popularmente de a "Festa da Pecuária", o maior evento popular de Goiás desde então, que tradicionalmente se realiza na segunda quinzena de maio, por coincidir com o final

das colheitas e por ser um período em que raramente chove.

Na década de 1990, a pecuária em Goiás sofreu várias transformações, os criadores goianos começaram a voltar as suas atenções para o cruzamento industrial, marcando uma nova era na atividade, tecnologia e alta produtividade, com bovinos de raças sintéticas¹¹ de corte e européias, acompanhando a tendência mundial. É nessa década que Goiás conseguiu vencer a luta contra a febre aftosa – sendo considerado como Zona Livre de Febre Aftosa, com vacinação – doença que mais desvalorizava o rebanho bovino goiano, conquista esta, reconhecida internacionalmente pela Organização Internacional de Epizootias (OIE).

O Estado conta com uma grande variedade de animais das raças mais diversas de bovinos, eqüinos, ovinos, caprinos, suínos e diversos pequenos animais, o que reflete a evolução e a diversificação da pecuária goiana.

O rebanho goiano permanece estável desde 1990, quando contava com 17,6 milhões de cabeças. A tendência da pecuária é o aumento de produtividade mediante a profissionalização e modernização tecnológica da atividade, sem o aumento da área de pastagens (PÁDUA, 2008).

Segundo “Goiás em Dados” (2008), o Estado também vem conquistando avanços importantes neste setor, pois a pecuária goiana possui forte participação na economia, posicionando o Estado entre os maiores produtores brasileiros. O rebanho bovino, que em 2001 foi de 19,1 milhões de cabeças, representa 10,8% do rebanho nacional (PÁDUA, 2008).

No ano de 2004, a pecuária apresentou uma expansão de 1,20%, com um efetivo de 20,417 mil cabeças, posicionando-se em quarto lugar em nível nacional, representando 9,98% do efetivo brasileiro. Os dados de abate de bovinos confirmaram o bom desempenho da pecuária de corte, segundo o IBGE, cresceu 12,73% comparado ao ano de 2003.

Tabela 17 - Efetivo do rebanho bovino de corte, segundo as unidades da federação - 2000 - 2006 - 2007.

Unidade da federação	2000			2006			2007			Variação (%) 2000 / 2007
	Bovino (cab)	Part (%)	Ranking	Bovino (cab)	Part (%)	Ranking	Bovino (cab)	Part (%)	Ranking	
Brasil	169.875.524	100,00		205.886.244	100,00		199.752.014	100,00		17,59
Centro-Oeste	59.641.301	35,11		70.535.922	34,26		68.088.112	34,09		14,16
Mato Grosso	18.924.532	11,14	3º	26.064.332	12,66	1º	25.683.031	12,86	1º	35,71
Minas Gerais	19.975.271	11,76	2º	22.203.154	10,78	3º	22.575.194	11,30	2º	13,02
Mato Grosso do Sul	22.205.408	13,07	1º	23.726.290	11,52	2º	21.832.001	10,93	3º	-1,68
Goiás	18.399.222	10,83	4º	20.646.560	10,03	4º	20.471.490	10,25	4º	11,26
Pará	10.271.409	6,05	7º	17.501.678	8,50	5º	15.353.989	7,69	5º	49,48
Rio Grande do Sul	13.601.000	8,01	5º	13.974.827	6,79	6º	13.516.426	6,77	6º	-0,62
São Paulo	13.091.946	7,71	6º	12.790.383	6,21	7º	11.790.564	5,90	7º	-9,94
Bahia	9.556.752	5,63	9º	10.764.857	5,23	9º	11.385.723	5,70	8º	19,14
Rondônia	5.664.320	3,33	11º	11.484.162	5,58	8º	11.007.613	5,51	9º	94,33
Paraná	9.645.866	5,68	8º	9.764.545	4,74	10º	9.494.843	4,75	10º	-1,57
Tocantins	6.142.096	3,62	10º	7.760.590	3,77	11º	7.395.450	3,70	11º	20,41
Maranhão	4.093.563	2,41	12º	6.613.270	3,21	12º	6.609.438	3,31	12º	61,46
Santa Catarina	3.051.104	1,80	13º	3.460.835	1,68	13º	3.488.992	1,75	13º	14,35
Ceará	2.205.954	1,30	14º	2.352.589	1,14	15º	2.424.290	1,21	14º	9,90
Acre	1.033.311	0,61	19º	2.452.915	1,19	14º	2.315.798	1,16	15º	124,11
Pernambuco	1.515.712	0,89	18º	2.095.184	1,02	18º	2.219.892	1,11	16º	46,46
Espírito Santo	1.825.283	1,07	16º	2.119.309	1,03	16º	2.142.342	1,07	17º	17,37
Rio de Janeiro	1.959.497	1,15	15º	2.095.666	1,02	17º	2.078.529	1,04	18º	6,07
Piauí	1.779.456	1,05	17º	1.838.378	0,89	19º	1.736.520	0,87	19º	-2,41
Amazonas	843.254	0,50	22º	1.243.358	0,60	20º	1.208.652	0,61	20º	43,33
Paraíba	952.779	0,56	20º	1.092.792	0,53	21º	1.139.322	0,57	21º	19,58
Alagoas	778.750	0,46	24º	1.029.352	0,50	23º	1.112.125	0,56	22º	42,81
Sergipe	879.730	0,52	21º	1.067.508	0,52	22º	1.073.692	0,54	23º	22,05
Rio Grande do Norte	803.948	0,47	23º	1.027.289	0,50	24º	1.010.238	0,51	24º	25,66
Roraima	480.400	0,28	25º	508.600	0,25	25º	481.100	0,24	25º	0,15
Amapá	82.822	0,05	27º	109.081	0,05	26º	103.170	0,05	26º	24,57
Distrito Federal	112.139	0,07	26º	98.740	0,05	27º	101.590	0,05	27º	-9,41

Fonte: GOIÁS EM DADOS, 2008.

A Tabela 17 mostra o número de cabeças do rebanho bovino de 2000 a 2007, e faz a comparação com os outros estados da federação. O Estado de Goiás ocupa em 2007, o quarto lugar, com um rebanho de 20.471.490 cabeças, o que representa 10,25% do total nacional. Obteve um incremento no período de 11,26%.

Tabela 18 - Estado de Goiás: Principais rebanhos e produção de leite - 1980-2007.

Ano	Bovino	Suíno	Vacas leiteiras	Produção de leite (1000 l)
1980	16.453.598	1.859.161	2.619.585	914.992
1985	20.669.870	2.407.302	2.637.005	1.102.720
1990	17.635.390	1.876.735	2.340.950	1.071.966
1995	18.492.318	1.869.052	2.680.338	1.450.157
1996	16.954.667	1.065.789	1.726.793	1.999.398
1997	17.182.332	1.027.963	1.781.689	1.868.976
1998	18.118.412	1.034.767	1.870.489	1.978.579
1999	18.297.357	1.113.518	1.937.574	2.066.404
2000	18.399.222	1.174.360	2.006.038	2.193.799
2001	19.132.372	1.231.251	2.121.271	2.321.740
2002	20.101.893	1.360.573	2.217.158	2.483.366
2003	20.178.516	1.499.050	2.247.895	2.523.048
2006	20.646.560	1.516.285	2.364.752	2.613.622
2007	20.471.490	1.537.430	2.286.190	2.638.568

Fonte: GOIÁS EM DADOS, 2008.

A produção de leite merece também atenção especial porque vem de uma trajetória ascendente. Em 1999, foram 2,066 bilhões de litros, passando para 2,321 bilhões em 2001 (Tabela 19). Traduzindo esses valores em percentuais, pode-se afirmar que a produção leiteira goiana cresceu 11,74% no período 1999-2001. É por essa razão que Goiás é a 2ª bacia leiteira do país, que em 2004 apresentou um desempenho positivo de 2,06%.

Tabela 19 - Rebanho avícola em Goiás - 1980-2007.

Ano	Aves (cabeças)
1980	11.910.423
1985	18.789.863
1990	14.221.000
1995	17.639.315
1999	22.376.417
2000	26.444.415
2001	27.139.230
2005	39.942.492
2006	42.488.945
2007	44.415.670

Fonte: GOIÁS EM DADOS, 2008.

A avicultura cresceu mais de 100% entre 1999 e 2007, o que demonstra a instalação de grandes aviários no Estado.

De igual modo, a produção de frangos em Goiás tem crescido acima da média nacional. No período de 2000 a 2004, expandiu 72,87%, enquanto a média brasileira foi de 17,44%. Os bons resultados são explicados pela localização privilegiada, clima ideal e grande produção de milho e soja para ração animal. A avicultura goiana possui excelente desenvolvimento genético, nutrição, sanidade e manejo das aves e do ambiente em que são criadas, tornando-se um dos componentes importantes do agronegócio goiano.

Com esse cenário produtivo, não é por acaso que os principais produtos exportados por Goiás, são do agronegócio, como mostra a Tabela 20. Somando apenas a participação do complexo soja e carne, representam 66,45% do total de produtos exportados em 2008. Se somarmos os outros produtos – milho, couros, algodão, adubos e fertilizantes, açúcares, leite e derivados, café e especiarias – esse total chega a 75,29%.

Tabela 20. Principais Produtos Exportados – 2005;2007 – 2008.

Produto	2008		2007		2005	
	US\$ FOB	Part (%)	US\$ FOB	Part (%)	US\$ FOB	Part (%)
Total	4.091.751.671	100,00	3.184.780.418	100,00	1.817.392.930	100,00
Complexo Soja	1.634.149.881	39,94	880.899.449	27,66	1.025.285.367	56,42
Complexo carne	1.084.570.378	26,51	1.026.394.040	32,23	380.846.160	20,96
Carne bovina	656.395.726	16,04	775.336.921	24,35	248.025.813	13,65
Carne avícola	295.159.867	7,21	189.320.042	5,94	93.494.015	5,14
Carne suína	101.533.819	2,48	52.919.683	1,66	39.322.492	2,16
Outras carnes	31.480.966	0,77	8.817.394	0,28	3.840	0,00
Sulfetos de minérios de cobre	490.978.613	12,00	436.290.046	13,70	-	-
Ferroligas	159.717.170	3,90	172.586.587	5,42	68.199.824	3,75
Milho	128.473.811	3,14	167.775.276	5,27	6.840.133	0,38
Couros	85.435.677	2,09	105.558.369	3,31	49.333.068	2,71
Amianto	78.352.193	1,91	62.786.996	1,97	43.414.358	2,39
Ouro	76.395.785	1,87	27.701.408	0,87	45.919.534	2,53
Algodão	42.729.684	1,04	34.663.927	1,09	43.452.750	2,39
Aubos e fertilizantes	40.007.911	0,98	23.098.734	0,73	19.959.473	1,10
Açúcares	32.260.104	0,79	36.330.691	1,14	29.593.214	1,63
Leite e derivados	28.241.528	0,69	31.070.424	0,98	16.255.908	0,89
Café e especiarias	4.629.080	0,11	8.155.108	0,26	8.123.748	0,45
Demais produtos	205.809.856	5,03	171.469.363	5,38	80.169.393	4,41

Fonte: SEPLAN, 2009.

2. PARADIGMA DO AGRONEGÓCIO E A ECONOMIA GOIANA

A fazenda tradicional goiana transformou-se, evoluindo para “empresa rural” produtora de *commodities*, o agronegócio.

2.1. Surgimento do Conceito

No contexto da agropecuária mundial, o conceito de agronegócio é relativamente novo, trazendo consigo particularidades intrínsecas. O agronegócio considera a agricultura e a pecuária como atividades eminentemente mercantis, voltadas para o mercado. Logo, a agropecuária deve ser vista não apenas como atividade de subsistência ou mera sobrevivência para o homem no campo, mas ela pode ser negócio lucrativo. Ademais, nota-se em um segundo momento o significado de agronegócio apresenta-se amplo e abrangente e envolve diversas etapas, não somente na produção, mas também na transformação e no consumo de bens agropecuários. Em último aspecto, a concepção de agronegócio não dissocia setores produtivos (agropecuária, indústria, serviços) antes, os considera de forma associada, levando em conta a participação de cada segmento no produto final agropecuário (ESTEVAM, 2009).

Segundo Costa (2009) o agronegócio tem sido caracterizado como o motor da economia nacional, visto que tem registrado importantes avanços quantitativos e qualitativos, mantendo-se como setor de grande capacidade empregadora e de geração de renda. O desempenho médio deste ramo tem superado o desempenho do setor industrial, ocupando desse modo a posição de destaque em âmbito global, o que lhe dá importância crescente no processo de desenvolvimento econômico, por ser um setor dinâmico da economia e pela sua capacidade de impulsionar os demais setores.

Para Contini (2001) o conceito de agronegócio implica na idéia de cadeia produtiva, com seus elos entrelaçados e sua interdependência. A agricultura moderna extrapolou os limites físicos da propriedade e depende, cada vez mais, de insumos adquiridos fora da fazenda, e sua decisão do que produzir, quanto e como está fortemente relacionada ao mercado consumidor. Além disso, há diferentes agentes no processo produtivo, inclusive o agricultor, em uma permanente negociação de quantidades e preços. Conforme este mesmo autor, o agronegócio brasileiro compreende atividades econômicas ligadas, basicamente, aos

insumos para a agricultura, como fertilizantes, defensivos, corretivos; à produção agrícola, compreendendo lavouras, pecuária, florestas e extrativismo; à agroindustrialização dos produtos primários; ao transporte e comercialização de produtos primários e processados. Desse modo, conforme Estevam (2009):

“O conceito de agronegócio ressalta a função mercantil da agropecuária (um negócio de mercado) e sua análise abrange inúmeras atividades intermediárias e finais inerentes ao setor (cadeias produtivas). A emergência e a consolidação do termo agronegócio obedeceu a alguns parâmetros fundamentais. Geralmente, na evolução do pensamento da humanidade, o corpo teórico surge baseado em transformações empíricas que vão modificando a realidade de um setor ou de um espaço qualquer. No caso da agropecuária tradicional, onde a população convivia predominantemente em áreas rurais e o comércio era fortuito (considerado mais como exceção do que como regra), não havia concepção teórica e tampouco conceituação de agronegócio. No mundo rural, em diversos países, as atividades produtivas do campo estiveram direcionadas, por longo tempo, unicamente para garantia da sobrevivência de seus agentes. Nesse quadro, o bem estar dos habitantes rurais independia das relações de mercado. A produção do campo estava, na sua quase totalidade, alheia ao aspecto mercantil. A fazenda tradicional procurava tornar-se independente dos demais setores econômicos – fossem industriais ou de serviços urbanos – buscando a auto-suficiência. O próprio fazendeiro tradicional orgulhava-se dessa independência em termos de alimentos, de vestuário e de remédios. Mesmo o simples morador do campo ostentava sua auto-suficiência e seu alheamento com relação ao mercado urbano”.

Contudo, nota-se que com a aceleração do processo de urbanização, especialmente devido ao êxodo rural, novas demandas foram surgindo no suprimento de alimentos e vestuário para os habitantes urbanos; as exigências desses novos mercados levaram a cheque a agropecuária tradicional. Nesse contexto, acostumado às relações de mercado, o setor industrial foi direcionando, paulatinamente, a produção da agropecuária para suprimento das populações urbanas, visto que já não se tratava mais de produção para a subsistência de moradores rurais, mas de produção em massa e em larga escala para o sustento de milhares de habitantes nas cidades (ESTEVAM, 2009). O cenário exige que a fazenda tradicional ceda espaço ao surgimento da fazenda moderna, permite que desponte a concepção de agronegócio, embora timidamente a princípio.

Ressalta que anterior a esse processo, a antiga unidade básica do mundo rural, caracterizada como a fazenda tradicional, era muito diferente da atual organização produtiva no campo. Nela, a terra era cultivada de forma extensiva, logo, quando havia a necessidade de maior produção novos pastos naturais eram abertos tanto para o gado quanto para as novas glebas para o cultivo de grãos. Nesse processo, verifica-se que o aumento da produção não estava ligado à maior produtividade e, além disso, a mão de obra não era assalariada visto que

as relações de trabalho na fazenda tradicional eram feitas mediante contratos verbais com meeiros, retireiros, sitiantes, vaqueiros e demais agregados (ESTEVAM, 2009).

Na ausência de relações monetárias, o escambo era a ferramenta predominante na troca de mercadorias. A energia utilizada era a do animal e a do próprio homem. Na ausência de maquinários sofisticados, o arado, a enxada e outros instrumentos de cultivo – feitos na própria fazenda – garantiam a produção. Até mesmo o próprio vestuário era confeccionado no interior das moradias rurais. Ou seja, a fazenda tradicional almejava ser auto-suficiente e encontrava-se alheia a conceitos de produtividade, tanto da terra, como do capital e do trabalho (ESTEVAM, 2009).

Nota-se, no entanto, que a estrutura da fazenda moderna em relação à tradicional é totalmente diferente uma vez a procura pela auto-suficiência inexistente, pois aquela é inteiramente dependente de outras atividades e setores. Evidência dessa dependência na fazenda moderna pode ser constatada, conforme Estevam (2009):

- ✓ No setor de serviços - para pleno funcionamento – necessita-se de agrônomos, veterinários, zootecnistas, contabilistas, tratoristas, motoristas, técnicos em informática e administradores rurais.
- ✓ No setor industrial – necessita-se de adubos químicos, elementos fosfatados, pesticidas, agroquímicos em geral, além de tratores, colheitadeiras, maquinários diversos e caminhões. A sua produção se dá em larga escala e encontra-se inteiramente voltada para o mercado. A terra é explorada de forma intensiva (rotação de lavouras e pastagens) e incessante busca por maior produtividade do trabalho, do capital e da terra.

O processo histórico de transformação que culminou na fazenda moderna não foi igual em todos os espaços visto que dependeu em grande parte das tecnologias apuradas ou não destes lugares. Em países desenvolvidos como França e Estados Unidos, precisamente em áreas rurais, o processo teve início de modo intensivo na primeira metade do século XX, sendo seguido após constatação do sucesso produtivo, por outros países ocidentais (ESTEVAM, 2009). Contudo, paralelo a este processo de transformação empírica da agropecuária, mais conhecido como “modernização agrícola” ou “revolução verde”, surge uma dificuldade teórica para entendimento desse fenômeno. Até então, a produção repartia-se claramente em setores diferenciados, configurados como setor primário (agropecuária), setor secundário (indústria) e setor terciário (serviços), no entanto, com a utilização de produtos

industriais e da prestação de serviços, em larga escala, no cerne da própria agropecuária, já não permitia a adequação da antiga repartição por setores à nova realidade produtiva no campo. Ademais,

A presença maciça de insumos, implementos, maquinários e técnicos diversos – comandando o resultado agropecuário – impediu a antiga e nítida separação produtiva dos segmentos. Um novo arcabouço teórico tornou-se necessário para análise e entendimento do fenômeno de modernização no campo (ESTEVAM, 2009).

Diante desse impasse, na década de 1950, pesquisas preconizadas por Ray Goldberg e John Davis, professores da Universidade de Harvard, defenderam que as novas atividades rurais e aquelas ligadas a elas não poderiam ser consideradas separadamente e mediante a utilização de fundamentos de teoria econômica sobre cadeias integradas, construíram uma nova metodologia para estudo da cadeia agroalimentar, lançaram mão do termo *agribusiness* para sintetizar essa nova visão.

Os dois pesquisadores analisaram a produção modernizada de algodão e de soja nos Estados Unidos, desde a compra de insumos para a produção (antes da porteira), passando pelo processo de acompanhamento do plantio e da colheita (dentro da porteira), até a venda dos referidos produtos no mercado interno e externo (depois da porteira). Dessa forma, o termo *agribusiness* foi ganhando força de aparato teórico suficiente para análise e entendimento das novas forças produtivas da agropecuária. Nascia ali, a compreensão de cadeias produtivas, ao invés da usual separação por setores: primário, secundário e terciário. Na concepção dos dois pioneiros norte-americanos, o sistema criado por eles denominou-se CSA (*Commodity System Approach*). Ou seja, um modelo analítico para entendimento da produção e da comercialização de *commodities* (ESTEVAM, 2009).

Em busca de um aprimoramento do modelo norte-americano, estudiosos franceses ampliaram-no para análises, não somente de *commodities*, mas de quaisquer bens (finais ou intermediários) originados da agropecuária. Logo, eles desenvolveram o sistema de cadeias (*Système des Filières*), modelo já utilizado no mundo ocidental contemporâneo para averiguação de estrangulamentos, principalmente em cadeias de alimentos e do vestuário.

Comparando os sistemas, norte-americano e o Francês, nota-se que a diferença entre ambos se dá porque o modelo francês possui maior abrangência na diversificação de produtos e no ponto de partida tomado para análise a partir dos elos da cadeia; parte do produto final - depois da porteira - e caminha analiticamente, de volta, até às origens de sua produção específica enquanto o sistema norte-americano parte do início do processo produtivo - antes da porteira - e caminha até a comercialização da mercadoria. Portanto, apresentam estruturas

de análise semelhantes, mas diferem na dinâmica metodológica, sendo o mais utilizado, quando se trata de produtos finais, o modelo francês (ESTEVAM, 2009).

Logo, conforme Editorial (2004) o agronegócio contempla a visão sistêmica das cadeias produtivas agroindustriais, envolvendo todos os segmentos abrangidos nos setores, tais como: insumos materiais: sementes, mudas, fertilizantes, corretivos, agrotóxicos, máquinas e equipamentos dentre outros; setor da produção rural propriamente dito; setor de transformação (industrialização); setor de distribuição e comercialização; ambientes institucional (aparato legal) e organizacional (pesquisa, extensão e ensino, entidades de classe, cooperativas, agentes financeiros) que dão suporte aos ambientes produtivo e de negócios.

2.2. Importância da Agroindústria

Constata-se que as cadeias produtivas do agronegócio são constituídas por vários segmentos e atividades diferenciadas, os quais abrangem da aquisição de insumos e matérias-primas à comercialização de produtos para o consumidor final. No interior das cadeias encontra-se situado o segmento de transformação dos produtos agropecuários, denominado agroindústria.

O termo indústria, por si só, geralmente é utilizado quando se trata da transformação de matérias-primas de origem mineral (ferro, aço, petróleo e derivados) em mercadorias finais ou intermediárias. A agroindústria, por sua vez, refere-se à transformação de matérias-primas originadas da agropecuária (grãos, carnes, frutos e derivados), seja em bens finais ou intermediários. Assim, de forma geral, a agroindústria é tida como um segmento do setor industrial voltado para a elaboração de bens agropecuários (ESTEVAM, 2009)

A história atesta que o crescimento urbano, ou seja, o adensamento demográfico nas cidades foi o responsável pelo surgimento e a consolidação da agroindústria, haja vista que no ambiente rural não havia espaço para agroindustrialização. Os habitantes do campo, de modo individual e familiar culturalmente adquirido por herança de gerações passadas, desenvolviam a produção agropecuária por seus próprios meios e técnicas costumeiras, dispensando a agroindústria devido à diversidade de talentos e especialidades adquiridas no “cultivo de hortaliças, no manuseio das carnes, no curtimento de couros, na secagem e beneficiamento de grãos, no aproveitamento do leite em subprodutos e na fabricação de doces e bebidas” (ESTEVAM, 2009).

Contudo, a mudança para a cidade e a aglomeração humana ali estabelecida somados à ausência de tempo e técnicas precisas para a elaboração e transformação de produtos agropecuários faz surgir o fenômeno da agroindustrialização. Contribuíram sobremaneira para o crescimento do segmento agroindustrial as relações especializadas das profissões urbanas uma vez que abriram uma janela de oportunidades para esse mercado. Nota-se conforme Estevam (2009) “onde a população se urbanizou de forma precoce, mais cedo se deu o surgimento de segmentos agroindustriais. Nos demais espaços geográficos, o processo foi retardatário”.

A consolidação estrutural da agroindústria inaugura uma ligação promissora com a cadeia produtiva do agronegócio visto que passa a articular-se com os demais segmentos e a abarcar uma série de diferentes atividades técnicas no âmago da transformação.

A agroindústria se articula para frente com a indústria de embalagens e com o – cada vez mais sofisticado – processo de comercialização. Para trás, ela está ligada com a indústria de insumos (pesticidas, fertilizantes, rações, produtos veterinários) e de equipamentos para o setor agropecuário. Numa perspectiva mais geral e ampla, ela também se relaciona com atividades de processamento básico (adicionando valor na secagem, no beneficiamento e na embalagem) e com outras áreas que envolvem o processamento de matéria-prima agrícola, mas que são costumeiramente identificadas como tipicamente industriais: setor têxtil, de calçados, de papel e celulose. Evidente que tais atividades fazem parte do chamado agronegócio; todavia, possuem características estruturais distintas, devendo ser tratadas, cada uma, como cadeias próprias em vista do seu considerável grau de autonomia. Diga-se, de passagem, que, além de alimentos e demais cadeias específicas, o segmento agroindustrial ainda proporciona a geração de energia tipo biomassa, biodiesel e biocombustíveis (ESTEVAM, 2009).

Observa-se que o segmento agroindustrial traz, em termos socioeconômicos, vantagens e pontos positivos tais como:

- ✓ Maior valor agregado - em função da maior carga de trabalho e tecnologia, promovendo preço para cima de modo mais estável que a comercialização de produtos que não sofrem qualquer elaboração;
- ✓ Oferta mais especializada de empregos - o que promove a base de sustentação dos trabalhadores;
- ✓ Preços menos flexíveis – ao contrario de produtos sem transformação ou elaboração os quais se sujeitam a fatores que podem prejudicar seu preço final, os produtos agroindustrializados possuem preços fixos uma vez que a

percebibilidade de seus produtos é praticamente nula, o que evita a estabilidade do preço final do produto.

- ✓ Controle sanitário – Na agroindústria o controle é considerado rígido por se tratar de bens de consumo generalizado, os quais exigem fiscalização constante, diferentemente de produtos de difícil controle fiscal a exemplo da comercialização de carnes clandestinas, sem fiscalização sanitária.
- ✓ Aumento da arrecadação tributária;
- ✓ Integração com produtores rurais - A integração de produtores na indústria de elaboração e transformação tem demonstrado fundamentado o sucesso da agroindústria;
- ✓ Diversificação de produtos – essa diferenciação de produtos é considerada estratégia básica da agroindústria objetivando margens mais atrativas e maior controle sobre o preço final do bem agropecuário.

A inovação de produto e mesmo da marca, a exploração de novos nichos de mercado e o uso de selos de qualidade e rastreabilidade são responsáveis por grande fatia de sucesso na estratégia do segmento. Exemplos desta estratégia podem ser vistos na produção de queijos e vinhos de origem controlada na Europa, no café do cerrado, no leite tipo A e em empreendimentos na agroindustrialização de frutas e flores. O sucesso na produção especializada exige elevada capacidade de coordenação vertical da cadeia produtiva e domínio amplo das técnicas de marketing. Hoje o que mais valoriza em uma indústria de produto alimentar não é somente o preço da mercadoria. O consumidor acostumou-se a observar a higiene, o prazo de fabricação, a qualidade da matéria-prima, o componente químico sem agrotóxico, o aspecto natural e saudável, a marca tradicional, a embalagem e o valor nutricional (ESTEVAM, 2009).

Verifica-se, portanto, evidentes os aspectos positivos inerentes ao segmento agroindustrial, no entanto há de se evidenciar também fatores negativos quando considerados aspectos econômicos e ambientais (ESTEVAM, 2009), a saber:

- ✓ Os diferentes padrões de integração com produtores que podem ser mais benéficos ou menos benéficos para a economia em geral, uma vez que vai depender do padrão de integração assumido com os produtores rurais, o que compreende concentração de renda nas mãos de grandes produtores devido à tecnologia que pouco exige mão-de-obra.
- ✓ A agroindústria necessita de constante fiscalização e monitoramento para que o meio ambiente e a saúde pública não sejam prejudicados. Isto ocorre porque a

contaminação ambiental ronda o processo de agroindustrialização, não somente em função dos aspectos sanitários, mas também dos dejetos originados no processo de transformação agropecuária. No Brasil, o monitoramento e a fiscalização devem ser constantes, principalmente nas agroindústrias implantadas em áreas de cerrado, bioma que tem no seu subsolo a maior parte das nascentes dos mananciais do país.

No Brasil, pode-se constatar duas maneiras de integração com produtores rurais, a exemplo das regiões Sul e Centro-Oeste. Na primeira região, verifica-se uma estrutura fundiária predominantemente de pequenos e médios produtores, o que propicia uma renda mais pulverizada entre os integrados. Já na região Centro-Oeste, a estrutura fundiária se apresenta nas mãos de grandes propriedades rurais, o que proporciona maior concentração de renda da agroindústria entre grandes produtores. “Neste caso, a escala de produção requerida é maior, os gastos com instalações mais elevados – em função da escala de produção – o que dificulta ou mesmo impede o ingresso de pequenos e médios produtores no sistema de integração com a agroindústria (ESTEVAM, 2009).

2.3. Complexidade da Cadeia Produtiva

A concepção de cadeia produtiva tornou-se importante ferramenta para compreensão da dinâmica do setor tanto quanto o desenvolvimento e aplicação do conceito de agronegócio – ressaltando a função mercantil da agropecuária – visto que sem a compreensão de cadeia produtiva seria difícil analisar a articulação que as empresas promovem na prática do agronegócio.

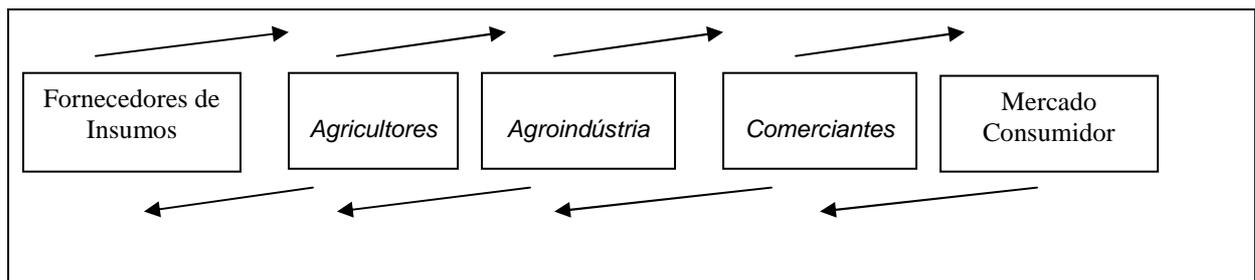
A relevância concedida ao termo nas últimas décadas - especialmente ao aporte que a delinea sob variadas abordagens e intervenções, tanto no aspecto teórico como na dimensão empírica - se deve à observação da crescente divisão do trabalho e da interdependência entre os agentes econômicos, conectados como elos de uma corrente, que levam estudiosos a conceberem o modelo de análise conjunta denominando-o cadeia produtiva. Nela, o processo de transformação da matéria-prima da agropecuária em produtos acabados passa a ser visto, analisado e avaliado como um todo uno, porém dividido por vários segmentos.

De acordo com Estevam (2009) qualquer setor da economia pode se beneficiar do conceito de cadeia produtiva, uma vez que facilmente se pode delinear-la.

Como elos de uma mesma corrente, as cadeias têm, em comum, uma série de segmentos produtivos, de serviços e de comercialização. As cadeias produtivas do agronegócio são facilmente identificáveis, podendo ser analisadas de trás para frente (a jusante) ou de frente para trás (a montante) (ESTEVAM, 2009).

O processo é estruturado por cinco elementos (Figura 10), os quais formam um conjunto de segmentos que interagem no processo produtivo ofertando produtos ou serviços para o mercado consumidor.

FIGURA 10– Elementos do processo produtivo



Fonte: Estevam (2009).

Verifica-se que no início da cadeia estão situadas as empresas fornecedoras de insumos para a produção agropecuária: sementes, calcário, adubos, herbicidas, fungicidas, máquinas, implementos agrícolas e vacinas, entre outros.

A parte seguinte compreende função dos agricultores que elaboram o uso da terra na produção de commodities agropecuárias, fase normalmente realizada em fazendas, sítios ou granjas, onde a agropecuária moderna exige o suporte de agrônomos, técnicos diversos, veterinários e zootecnistas, entre outros. “Trata-se de uma etapa prolongada, onde o processo é sazonal, vagaroso, dependente de condições cíclicas da planta ou do animal, além das necessárias condições ambientais” (ESTEVAM, 2009).

A etapa seguinte da cadeia está relacionada às agroindústrias processadoras das *commodities* agropecuárias, as quais beneficiam e transformam as matérias *in-natura* em produtos acabados. O processo nesta fase é caracterizado como mais complexo visto que em

alguns casos (dos cereais, por exemplo) antes mesmo do beneficiamento, as empresas operam em limpeza, secagem e armazenagem. Quando do beneficiamento propriamente dito, elas padronizam e empacotam as mercadorias. Na área de transformação, a matéria-prima é processada e transformada pela agroindústria em produtos acabados como óleo de soja, cereais, carnes, polvilhos, farinhas, álcool e açúcar.

Prosseguindo a jusante na cadeia, os produtos elaborados pela agroindústria, agora mercadorias, são disponibilizados para comercialização e fornecidos a dois agentes: o atacadista e o varejista. No primeiro grupo se encontram os grandes distribuidores responsáveis por abastecer redes de supermercados, postos de vendas e demais varejistas do mercado interno. Já para as exportações, verifica-se a existência de atacadistas internacionais - empresas especializadas e experientes na comercialização com o exterior – as chamadas *tradings* (ESTEVAM, 2009). O segundo grupo compreende os comerciantes que tratam diretamente com o consumidor e desempenham papel muito importante no âmbito da cadeia produtiva.

Neste contexto, o mercado consumidor - como ponto final do processo - dispõe de capacidade para avaliação de todos os segmentos anteriormente envolvidos (*feed-back*); é nele que se inicia um fluxo de informações em sentido contrário ao da própria cadeia produtiva, uma vez que é o consumidor a peça fundamental de todo o sistema, pois é ele quem fornece, mediante suas escolhas de compra, informações precisas para aprimoramento de todos os segmentos a montante da cadeia (ESTEVAM, 2009).

Essa avaliação do consumidor tem sido necessária para que os diversos nichos de mercado decidam sobre o sucesso de marcas e de produtos do agronegócio. Logo aspectos como higiene, o prazo de fabricação, a qualidade da matéria-prima, o componente químico sem agrotóxico, o aspecto natural e saudável, a marca tradicional, a embalagem e o valor nutricional quando demarcados sob a visão do consumidor são proveitosos para a análise do mercado ou da cadeia produtiva. Por isso, a opinião do consumidor é valiosa para a eficácia das empresas envolvidas em uma cadeia. Nesse aspecto, conforme Estevam (2009):

“O aporte teórico de cadeia produtiva tem possibilitado diversos avanços no entendimento do próprio agronegócio. A visualização de uma cadeia, de forma integral, permite identificar suas debilidades e potencialidades, identificando gargalos e elementos faltantes. Além disto, incentiva o estabelecimento de formas de cooperação econômica, tecnológica e social entre as empresas envolvidas no processo”.

Ressalta-se, conforme o autor, que o estudo de cadeia produtiva considera não apenas o fluxo de mercadorias, mas também o fluxo de informações e o fluxo de capitais. Enquanto a destinação das mercadorias caminha – no processo produtivo – de montante a jusante, o fluxo de informações perfaz o trajeto contrário, sugerindo novos aprimoramentos. Esse processo também ocorre com o fluxo de capitais - nos rendimentos que as transações econômicas trazem para os agentes do sistema. Logo, pode-se afirmar que um sistema de cadeia produtiva permite a análise do processo real (eficiência na elaboração de mercadorias), da avaliação do processo financeiro (eficácia no rendimento dos capitais) e do processo informativo (eficácia do *marketing* da organização).

Importa evidenciar que a constituição das cadeias produtivas não segue padrões pré-estabelecidos. Elas podem ser configuradas com uma estrutura horizontal ou vertical. Na primeira os agentes são múltiplos e obedecem a contratos estabelecidos entre os diversos segmentos; na segunda, poucas empresas – com maior grau de capitalização – operam em quase todos os compartimentos produtivos, uma dada empresa pode executar funções em vários segmentos da cadeia. Este tipo de organização dispensa contratos, fornece maior segurança nas operações, mas exige maior grau de capitalização (ESTEVAM, 2009).

Nota-se abordagens recentes sobre cadeia produtiva, destacando-se as articulações entre empresas no mesmo espaço geográfico, seguindo ao ideário conceitual de aglomerações produtivas, *clusters*, distritos industriais, arranjos produtivos locais, entre outros, objetivando ganhar destaque na dinâmica agroindustrial. Ademais, a proximidade geográfica tornou-se ponto de partida para analisar diversas formas de organização de empresas em seu processo produtivo, em função disso as agroindústrias buscam localizar-se onde encontram relativa disponibilidade e qualidade de insumos, aliadas às facilidades de acesso e escoamento da produção. Outrossim,

A localização agroindustrial aglomerada estimula o dinamismo no suprimento de mão-de-obra, de tecnologia e de insumos. Empresas aglomeradas, em uma cadeia produtiva local, contam com maior facilidade de mão-de-obra especializada e obtêm maior facilidade de acesso a insumos e bens intermediários. Na economia de aglomeração, uma cadeia produtiva propicia às unidades envolvidas ganhos de escala através da diminuição dos custos e de logística para escoamento da produção para o mercado nacional e internacional (ESTEVAM, 2009).

De acordo com Estevam (2009) “o termo *agribusiness* (agronegócio) ganhou força e tornou-se conhecido mundialmente como a soma de todos os elementos necessários à produção, à transformação, à distribuição e ao consumo dos bens oriundos da agropecuária”. Ele religou a fazenda ao consumidor final em suas dimensões teórica e prática e atrelou a indústria, serviços e agropecuária como parte do mesmo contexto produtivo. “Em termos quantitativos, o *agribusiness* representa hoje cerca de ¼ da economia mundial e responde por quase 50% dos empregos gerados em todos os setores produtivos” (ESTEVAM, 2009).

A agroindústria em Goiás caracteriza-se com um fenômeno recente evidenciado especialmente a partir da metade da década de 1980, com a urbanização acelerada no Estado. Antes de 1970, conforme Estevam (2009):

“A atividade rural goiana se dava praticamente nos moldes tradicionais. A fazenda goiana produzia alimentos, de forma extensiva, para a própria subsistência dos agregados e com pequenos volumes de excedente para comercialização no mercado interno. O cultivo tradicional se concentrava basicamente em torno de arroz, milho e feijão e a produção agropecuária era ainda bastante tradicional”.

Desse modo, a fazenda em Goiás se diferenciava, em termos de organização da produção, das demais fazendas dos Estados brasileiros, a exemplo da fazenda de café em São Paulo que já possuía trabalho assalariado e produzia para exportação; da estância do sul do país, por não ser de pequena propriedade e nem ter produção voltada para o mercado; da fazenda criatória de bois do nordeste brasileiro, onde o vaqueiro responsabilizava-se pela organização da produção e o fazendeiro (proprietário da terra), em geral, tinha outras atividades e residia no litoral; da fazenda tradicional de Minas Gerais que plantava café para exportação em algumas áreas, mas que em geral produzia carnes, derivados de leite e grãos para comercialização nas zonas urbanas do Rio de Janeiro e São Paulo (ESTEVAM, 2009).

Por sua vez, a fazenda goiana se definia por buscar a auto-suficiência na produção extensiva e em um mundo de convivência rural. Ao contrário dos Estados mencionados, o fazendeiro goiano residia em suas próprias terras e não lançava mão de trabalho assalariado como forma dominante na relação de produção, uma vez que o cultivo era basicamente para a subsistência, contando com várias famílias residentes na propriedade rural, como agregados (ESTEVAM, 2009).

Todavia houve a necessidade de modificação dessa estrutura da fazenda goiana a partir da década de 1970 com a chegada da modernização agrícola. Acelerou esse processo o esvaziamento das propriedades rurais tradicionais promovendo a necessidade de se rever técnicas de produção voltadas para um mercado crescente nas cidades. Logo, o ingresso do Estado em um novo modelo de crescimento econômico altera não apenas a organização em sua zona rural como as relações de produção no campo exigem modernização.

Na origem, o que proporcionou a transformação agropecuária em Goiás foram as dificuldades econômicas surgidas no contexto da própria economia nacional a partir da década de 1960. Com a implantação de siderúrgicas e do parque industrial da química pesada no sudeste do país, o Brasil completou sua industrialização de base, mas necessitava de novos mercados para os segmentos de produção que havia implantado [...] e o território goiano, ainda não explorado de forma racional e moderna, foi escolhido como locus ideal para desafogo de parte substancial dessa produção de implementos e agroquímicos [...] Através do governo federal – crédito rural e assistência técnica – Goiás teve grande parte de sua agropecuária modernizada. Diga-se de passagem, que, na verdade, não foi exatamente a agricultura goiana que se industrializou e sim a indústria brasileira que, em função de suas próprias necessidades, industrializou a agricultura em Goiás. Mas, o Estado tornou-se altamente competitivo no cultivo de commodities agropecuárias, embora, ao mesmo tempo, altamente dependente da aquisição de produtos básicos industriais de outras regiões e mesmo do exterior (ESTEVAM, 2009).

Desse modo, constata-se que o processo de modernização agropecuária na região dos cerrados se deve ao patrocínio do governo federal brasileiro, cujo objetivo era aumentar a produção de *commodities* pelo interior do país, criando ferramentas para incentivar a produção intensiva de grãos e carnes na região dos cerrados. Nesse contexto, houve a necessidade da criação Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, a qual aprimorou o sistema de crédito rural e espalhou unidades técnicas da Emater pelo território goiano. Ademais, esta empresa buscou uma variedade de soja que se adaptasse ao cerrado, cujo primeiro cultivo experimental consta de 1969, período que inaugura o Estado como grande produtor de commodities agrícolas – grãos e carnes – para o mercado externo e interno (ESTEVAM, 2009).

Importa evidenciar conforme Estevam (2009), que essa modernização agropecuária em Goiás trouxe conseqüências relevantes ao desmontar a antiga organização rural até então dominante no Estado. Agora, a produção voltou-se totalmente para a comercialização e a forma de trabalho é alterado tornando-se o assalariado, também as antigas produções de arroz, feijão e mandioca são desativadas em detrimento do novo modelo, primando pela produção de soja, milho e cana-de-açúcar, aprimorando-os visto serem mais competitivos no mercado.

Ademais, avolumou-se o preço da terra e muitas famílias - antes agregadas nas fazendas - buscam outros meios de vida nas cidades a partir da década de 1970, sendo substituídos pelo maquinário agrícola no cultivo de grãos e carnes, o que passa a caracterizar a produção como intensiva e não mais extensiva, propiciando ao agronegócio força definitiva na economia rural goiana.

Observa-se ainda que outras características delinearão a modernização agropecuária em Goiás, a exemplo do fenômeno que contemplou apenas os grandes produtores rurais enquanto pequenos e médios produtores, em virtude do mecanismo de crédito seletivo e da busca por economia de escala, foram excluídos do processo. Além disso, a princípio tal modernização se localizou nas regiões sudoeste e centro-sul do Estado, promovendo maior desenvolvimento das mesmas. Nota-se, na década de 1970, que em um primeiro momento Goiás torna-se produtor e exportador de commodities agrícolas para a partir de 1980 caracterizar-se como agroindustrial notabilizando-se na transformação e na distribuição de produtos alimentares para o mercado interno brasileiro (ESTEVAM, 2009), momento em que a produção de grãos e carnes (agroindústrias alimentares), vale-se da farta oferta de matérias-primas e dos incentivos governamentais e cresce no Estado promovendo a sustentação da economia goiana por meio de atividades agroindustriais. Nesse contexto, o setor alimentício se destaca como um dos maiores da economia goiana, sublinhado por plantas industriais recentes e grau de modernidade, produtividade e competitividade elevados, fator que impede o Estado de estar totalmente à mercê da produção de matéria-prima agropecuária, no segmento do agronegócio. Segundo Estevam (2009):

Na atualidade, a agropecuária goiana produz 23% do PIB (Produto Interno Bruto) estadual, a indústria 35% e os serviços 43%. Houve significativo avanço na agricultura e na pecuária do Estado. A safra de grãos saltou de 8,7 milhões de toneladas em 2000 para 11,3 milhões em 2005. As exportações subiram de US\$ 544,7 milhões em 2000 para US\$ 1,8 bilhão em 2005, com ênfase para o complexo soja (grão e bagaço) que participou, em termos de valor, com 56,08 % do total das exportações goianas. Quanto à pecuária, o destaque foi para a produção de carnes, cujas exportações também cresceram de forma acelerada, além do incremento acentuado da avicultura e da suinocultura. A produção de leite passou de 2,2 bilhões de litros em 2000 para 2,7 bilhões em 2005, o que coloca Goiás como o segundo maior produtor de leite do país. Essa produção láctea dá suporte a inúmeras indústrias de laticínios e ainda gera excedente que é comercializado para outros Estados brasileiros.

Ressalta-se que o agronegócio foi responsável por 84% das vendas externas goianas, tornando-se o carro chefe das exportações. Em 2006, o complexo soja representou, em relação

a valor, o principal item da pauta de exportações – somando US\$ 841 milhões, o equivalente a 40% do total da pauta. Por sua vez, as vendas de carnes somaram US\$ 742 milhões (35% da pauta), sendo seguidas por produtos como: couros, açúcar, algodão e cereais. Destaca-se neste cenário a exportação de carne bovina que superou os US\$ 243 milhões, angariados em 2005, para US\$ 613 milhões no ano seguinte (SEPIN, 2008).

Isso se dá porque o território goiano tem uma localização muito boa com relação ao acesso por vias internas e faz divisa com várias unidades da federação brasileira. Entretanto, para o setor exportador – dado o distanciamento dos portos – o acesso via ferrovia é de necessidade estratégica, tanto para se atingir o Atlântico (via Norte-Sul) como o Pacífico (via países da América do Sul), esse fator exige que se priorize a pavimentação das rodovias que cobrem o Estado.

De acordo com Estevam (2009), “com relação à agroenergia, Goiás vem se consolidando como um grande pólo de produção de etanol no país, além de a produção de açúcar estar também em expansão”. A expansão territorial do Estado permite que o mesmo possua terras disponíveis e clima favorável para expandir o plantio da cana sem prejudicar a produção de alimentos, mesmo que se triplique a produção de álcool. Logo, o processo de modernização agropecuária, o agronegócio goiano tem experimentado constantes melhorias nas últimas décadas, refletidas no aumento da produção de grãos, carnes, fibras e indústria da cana.

2.4. Diversificação da Economia em Goiás

O Estado de Goiás se consolida a partir dos anos 1980, como sendo grande produtor de matéria prima advinda da agropecuária. Esse fator somado às políticas públicas de incentivos fiscais, contribuiu para a atração de empresas e fez com que grandes conglomerados industriais se instalassem no estado, provocando grande transformação na estrutura produtiva (ARRIEL, 2010).

Os anos 1980 marcaram profundamente a composição industrial goiana devido à instalação de unidades de produção em decorrência dos instrumentos de incentivo fiscal “desenvolvidos pelo governo estadual, do FCO, como também pela proximidade do mercado

interno do Sudeste e a expansão da produção agrícola que favoreceu a oferta de matérias-primas em escala e preços módicos aos setores industriais” (PIRES, 2009).

Mesmo antes da instalação de grandes complexos agroindustriais, já existiam no estado, plantas industriais que atendiam parte da demanda regional (ARRIEL, 2010). Esse processo de instalação de empresas agroindustriais no Centro-Oeste não é um processo recente, especialmente em se tratando de operações de beneficiamento superficial de produtos como arroz, abate de animais, madeiras, fubá de milho, etc. O que é relativamente novo na região é a presença de empresas agroindustriais de grande porte que estendem as suas “operações ao mercado de *commodities*, de um lado, e ao mercado interno, de outro, integrando em nível regional duas cadeias produtivas, grãos e carnes, com resultados extremamente dinâmicos na região” (CASTRO; FONSECA, 1995).

Ainda que limitado, o dinamismo das empresas regionais foi importante para a formação da base para a instalação da agroindústria regional, na medida em que mobilizou recursos produtivos e organizou em parte, os mercados locais. “Estas indústrias já apresentavam sinais de integração, principalmente os setores de grãos e carnes” (ARRIEL, 2010). Mas é a partir de meados dos anos 1980, com as políticas de incentivos fiscais que o estado tem um “divisor de águas” na sua economia.

Com a criação do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR), em 1984, começaram a surgir os primeiros grandes empreendimentos do ramo de processamento de alimentos, além de outras importantes indústrias que iniciaram o processo de diversificação industrial em Goiás, CAMECO (John Deere) e MMC (Mitsubishi) em Catalão e as grandes indústrias farmacêuticas no Pólo de Anápolis, como Têuto, Neoquímica, EquiPLEX e Greenpharma (ARRIEL, 2010).

A substituição do FOMENTAR pelo Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás, o PRODUZIR, no ano de 2000, torna o programa mais agressivo na atração de empreendimentos industriais apresentando importantes avanços:

O primeiro é o de incorporar um conjunto de mecanismos de seletividade setorial e regional ao programa de incentivos, com foco no estímulo a verticalização e a agregação de valor a produção primária de Goiás, e na redução das desigualdades regionais no âmbito do próprio estado. O segundo é o de situar-se dentro de um planejamento mais amplo de governo, o plano “Goiás Século XXI” (de 1999), onde se procura articular o programa de incentivos fiscais a um conjunto de políticas públicas organizadas em torno de um macro objetivo de desenvolvimento sustentável. (CASTRO, 2007 apud ARIEL, 2010).

Outras grandes empresas se instalaram em Goiás com a implementação do PRODUIR, de 2001 a 2009 foram contratados 554 projetos de concessão de benefícios fiscais, somando R\$ 62,5 bilhões em incentivos (ARRIEL, 2010). A Tabela 21 mostra os segmentos que foram beneficiados no período.

Tabela 21: Projetos, investimentos e benefícios fiscais dos projetos contratados no PRODUIR, por segmentos selecionados (2001 – outubro de 2009)

Segmentos	Projetos		Investimentos*		Incentivos**	
	Nº	%	R\$	%	R\$	%
Alimentícios (outros)	58	10,5%	377.158.785	3,9%	2.495.827.822	4,0%
Bebidas	16	2,9%	160.496.893	1,7%	661.805.727	1,1%
Sucroalcooleiro	49	8,8%	5.959.798.112	62,2%	23.423.607.478	37,5%
Laticínios	43	7,8%	146.082.486	1,5%	2.269.106.185	3,6%
Óleos Vegetais	9	1,6%	252.169.600	2,6%	2.517.907.033	4,0%
Frigoríficos	12	2,2%	314.639.066	3,3%	1.846.159.815	3,0%
Atomatados	7	1,3%	50.184.827	0,5%	754.481.202	1,2%
Mineração	6	1,1%	170.379.175	1,8%	740.126.586	1,2%
Adubos e Fertilizantes	7	1,3%	15.355.156	0,2%	216.740.745	0,3%
Embalagens	32	5,8%	210.523.334	2,2%	1.499.301.812	2,4%
Farmacêutico	37	6,7%	332.571.707	3,5%	2.826.112.555	4,5%
Químico	48	8,7%	286.692.891	3,0%	2.463.252.510	3,9%
Automotivo	14	2,5%	586.870.130	6,1%	10.533.320.380	16,9%
Têxtil e Confecções	19	3,4%	28.027.337	0,3%	551.466.430	0,9%
Calçados	6	1,1%	1.130.131	0,01%	17.737.244	0,03%
Móveis	18	3,2%	47.944.835	0,5%	490.308.018	0,8%
Total Parcial	381	68,8%	8.940.024.466	93,4%	53.307.261.541	85,3%
Outros	188	33,9%	669.964.168	7,0%	9.893.191.869	15,8%
Total	554	100,0%	9.575.002.935	100,0%	62.477.572.434	100,0%

Fonte: Arriel et al, 2009.

*Investimentos em implantação e expansão

**Trata-se de um crédito de ICMS, limitado a 73% do imposto devido, a ser gozado ao longo de todo o período de contrato (de 7 ou 15 anos dependendo do caso).

Como visto na Tabela 21, o segmento alimentício tem a maior participação no número de projetos, com 10,5% do total. Em seguida, está o sucroalcooleiro (8,8%); químico (8,7%); farmacêutico (6,7%) e o de embalagens 5,8% dos projetos. Quando comparado os valores investidos, o segmento sucroalcooleiro é sem dúvida o que soma as maiores cifras (R\$ 5.9 bilhões).

O crescimento da indústria goiana provocou mudanças nas suas características principais. O perfil da indústria, que no início dos anos de 1990, centrava-se basicamente no processamento de matérias-primas advindas da agropecuária, passa a atrair plantas industriais com diversificação de produtos, apesar de que a indústria alimentícia continue com grande participação no setor industrial (ARRIEL, 2010).

Os dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) mostram que a indústria goiana possui peso significativo de segmentos intensivos em recursos naturais, sendo que a agroindústria, em que se destacam os complexos de processamento de grãos e carnes, o lácteo, o de processamento de tomate e o sucro-alcooleiro, é a que mais se destaca. Este segmento industrial é representado pelo conjunto da indústria de alimentos e bebidas e fabricação de álcool e representavam em 2007, 46,9% do Valor de Transformação Industrial (VTI), na composição do perfil industrial goiano, conforme a Figura 11, onde Castro (2007) sistematizou o esse perfil, com base nos dados da PIA do IBGE.

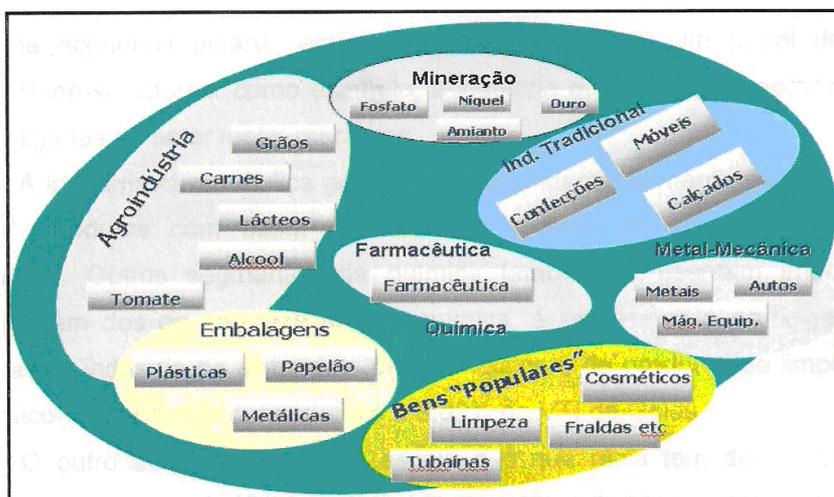


Figura 11: Perfil do Tecido Industrial Goiano

Fonte: Castro, 2007.

A indústria de extração e beneficiamento de bens minerais é outro segmento industrial que depende de recursos naturais e que tem grande representatividade no tecido industrial goiano, somando 13,4% do VTI goiano em 2007 (ARRIEL, 2007).

Os setores chamados de indústrias tradicionais, produtoras de têxteis, confecções, calçados e móveis, têm a segunda maior representatividade, depois da indústria alimentícia, respondendo por 19,9% do VTI.

O incremento da agroindústria em Goiás e no Centro-Oeste, favoreceu a implantação de indústrias de embalagens, um segmento heterogêneo em termos de intensidade tecnológica e de capital. Agregam a fabricação de produtos de papel e de artigos de borracha e plástico que juntos representam 2,2% do Valor da Transformação Industrial.

Os setores intensivos em escala já representam papel de destaque na economia goiana, como exemplo, a indústria química e farmacêutica e as atividades ligadas ao setor metal-mecânico. Segmentos da química, além dos de natureza mínero-química, participam na

fabricação de aditivos para a indústria de alimentos, de cosméticos e de produtos de limpeza. Esse setor químico-farmacêutico correspondia a 9,8% do VTI.

A Tabela 22 sintetiza o perfil do setor industrial goiano, com base nos dados da Pesquisa Industrial Anual do IBGE de 2007.

Tabela 22: Característica gerais da indústria goiana, conforme participação no VTI em 2007

Perfil Industrial*	VTI (%)	Característica Setorial
Agroindústria	46,90	Intensiva em recursos naturais/trabalho
Metal-Mecânica	21,10	Intensiva em escala
Mineração	13,40	Intensiva em recursos naturais
Farmacêutica/Química	9,80	Intensiva em escala
Indústria Tradicional	5,10	Intensiva em trabalho
Embalagens	2,20	Intensiva em escala/trabalho
Outros	1,50	-

* Esta separação foi feita de forma geral, pois sabe-se que nem todos os produtos alimentícios pertencem a Agroindústria.

Fonte: Arriel, 2010.

Em primeiro lugar está a Agroindústria, intensiva em recursos naturais e trabalho, seguida da Metal-Mecânica, em ascensão nos últimos anos, classificada em intensiva em escala. A indústria tradicional, intensiva em trabalho, vem perdendo peso na composição do setor industrial goiano em função do rápido crescimento de outros setores. O segmento de Embalagens, que surgiu em função de atender principalmente a agroindústria, aparece em sexto lugar.

Desse modo, verifica-se que o crescimento na agropecuária goiana tem influenciado sobremaneira a economia, dando início a empreendimentos que projetam futuro promissor, como o turismo de negócios e eventos, sobre o qual, o próximo capítulo abordará.

3. TURISMO DE NEGÓCIOS EM GOIÂNIA

A vastidão geográfica do Estado de Goiás causa a impressão de vazio, porém há grandes negócios por fazer e espaços a serem ocupados. As oportunidades estão tanto nas áreas agricultáveis, em fase de franca mecanização, quanto nos mercados urbanos. Logo, a posição quase centralizada de Goiânia no mapa do Brasil é um ponto não apenas considerável, mas estratégico. Distante 200 km de Brasília e 900 km de São Paulo; eixo da Rodovia Belém-Brasília; está conectada a sete rodovias federais e possui, por transporte aéreo, a distância média mais curta dentre todas as capitais brasileiras (SEBRAE, 2002).

Além disso, o Estado de Goiás tem vocações próprias de seu rápido desenvolvimento no agronegócio e na prestação de serviços. Goiânia é cidade líder da região Centro-Oeste e de forte influência para a região Norte e parte do Nordeste. Mais do que infra-estrutura e influência, a região metropolitana, gera um grande contingente qualificado para a recepção de visitantes dos mais diversos segmentos (SEBRAE, 2003).

É fato que o turismo de negócios/eventos tem se transformado em um ótimo veículo de promoção da região, visto que está se tornando cada vez mais, em um forte ponto de apoio da atividade turística e econômica, nacional e internacional, decorrendo daí a responsabilidade de possuir uma oferta adequada no *trade* turístico.

Observa-se que no mercado de captação de eventos, a importância estratégica evidencia-se quando a cidade se posiciona na mente do público alvo, estimulando a percepção dos diferenciais do produto. Como exemplo, a qualidade dos serviços de hotelaria, entretenimentos e lazer, da infra-estrutura turística, do espaço de eventos, da tecnologia disponível, os atrativos turísticos e a qualidade dos serviços em geral.

Nesse contexto, encontra-se Goiânia, em uma região estratégica em relação aos demais estados brasileiros, é jovem, moderna e dinâmica. Fundada em 1933 e inicialmente projetada para 40 mil habitantes, depressa veio desencadear o extraordinário processo de expansão de sua área urbana, que superou as expectativas de seus idealizadores. Tais vantagens colocam a cidade, em condições de disputar, com grandes centros do País, o negócio que mais cresce no Brasil: o Turismo de Negócios (SEBRAE, 2002).

Goiânia é intitulada de “Capital do Turismo de Negócios” (SEBRAE, 2002), o Censo Hoteleiro 2008, que será abordado com detalhes no item 3.3 deste trabalho, comprova que 91% dos hóspedes dos hotéis, têm os negócios, como motivo da viagem.

O crescimento da economia goiana, com mais atração de turistas de negócios, está despertando os empresários a investirem na construção de mais hotéis em Goiânia. Só este ano (2010), serão inaugurados quatro novos empreendimentos, de categorias que variam de padrão econômico a alto luxo (FERREIRA, 2010b).

A implantação desses empreendimentos somará 666 apartamentos ao mercado hoteleiro, com investimentos de mais R\$ 85 milhões.

3.1. Turismo de negócios e eventos

O turismo de eventos tem se transformado em um negócio dos mais atraentes na conjuntura atual, sob todos os pontos de vista, tanto econômico-financeiro, quanto social, uma vez que representa um segmento importante para os diversos setores da economia, pois traz o tipo de visitante que mais gasta na cidade. Ademais, ele propicia um fluxo espontâneo de turistas no período de baixa e média estação, regulariza o fluxo e ativa os setores produtivos. Nesse sentido, o evento, ao se desenvolver e distribuir os fluxos turísticos cumpre o papel econômico do turismo, aumentando o número de ocupação nos meios de transporte, diminuindo a ociosidade dos meios de hospedagem, movimentando restaurantes entre outros segmentos associados ao turismo, que somam 52 segmentos (SEBRAE, 2002).

Cada evento se distingue por suas características particulares e finalidades diferenciadas, buscando alguns o campo cultural, outros, o campo social ou econômico e podem ser classificados em: congressos, feiras, exposições, convenções, simpósios, seminários, workshops, etc. O evento representa um ótimo veículo de promoção da região, decorrendo daí a responsabilidade de possuir uma oferta adequada.

Nota-se que, para o crescimento do turismo de negócios em determinado local, alguns fatores contribuem, dentre eles, cita-se os incentivos dados pelo poder público ao meio turístico, somado à força dos negócios de hotelaria e congêneres e à mudança global no padrão de trabalho do homem, que pretende conciliar cada vez mais seu pouco tempo livre com o desempenho profissional e seus desdobramentos.

No Brasil, mediante o Decreto Federal nº 89 707, de 25 de maio de 1984, a legislação favoreceu o turismo de negócios reconhecendo como de interesse turístico a prestação de serviços remunerados para a organização de congressos, convenções, seminários e eventos congêneres, fato que redundou na Resolução do Conselho Nacional de Turismo nº 14/84, que, de certa forma, protege a realização destas atividades, inclusive com apoio técnico e financeiro do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e até algumas isenções fiscais, desde que a empresa prestadora dos serviços esteja devidamente registrada e preencha os requisitos exigidos pela lei (Revista Turismo, 2009).

A Organização das Nações Unidas (ONU), classificou as viagens de negócios como turísticas, não em função da natureza das viagens, mas por considerar prioritária a demanda significativa e constante dos empresários e executivos ao mercado de bens e serviços turísticos (Ansarah, 1999). Essa concepção parte do pressuposto de que o mundo dos negócios torna-se a cada dia mais competitivo, sendo necessário, conseqüentemente, o aumento do número de encontros e eventos profissionais, corroborando no crescente deslocamento de pessoas.

Pode-se definir o turismo de negócios, conforme Ansarah (1999) como:

“O conjunto de atividades de viagem, de hospedagem, de alimentação e de lazer praticado por quem viaja a negócios referentes aos diversos setores da atividade comercial ou industrial ou para conhecer mercados, estabelecer contatos, firmar convênios, treinar novas tecnologias, vender ou comprar bens ou serviços”.

O conceito de Turismo de Negócios e Eventos para o Ministério do Turismo - MTur (2008), “significa o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, com fins comercial, promocional, técnico, científico e social”. O MTur (2008) denominou a expressão Turismo de Negócios e Eventos, pois ambos utilizam as estruturas de centros de convenção, hotéis, salas e outros espaços específicos para a sua realização.

Evidencia-se, portanto, que o turismo de negócios e eventos é movimentado em virtude da necessidade constante das empresas em participar de eventos e reuniões de negócios e ainda, da participação de empresários, executivos, empregados e profissionais liberais em participar de feiras, congressos e demais eventos com finalidade de aperfeiçoamento profissional e intercâmbio comercial. O turismo de negócios, em geral, atua em diversas frentes de atração, como turismo de compras, turismo de saúde, cultural ou de

entretenimento, turismo rural, de estudos e intercâmbio, turismo de esportes, etc. (SEBRAE, 2003).

Ao contrário do turista de lazer, que viaja por prazer e autonomia, o “turista de negócio” é “obrigado” a realizar suas viagens por motivos profissionais, logo, suas despesas de viagem, normalmente pagas pela empresa empregadora, são mais acentuadas que a do turista de lazer (CONCEIÇÃO; NASCIMENTO et. AL, 2004). Ambos possuem características distintas sobre suas relações econômicas, sociais e culturais no espaço turístico. Na concepção de Ansarah (1999), os turistas de negócios são denominados de cliente empresa, e o conjunto de atividades e operações que realizam é o turismo de negócios.

Considera-se que o turismo de negócios seja um dos segmentos que mais favorece financeiramente o setor do turismo, pois além do uso dos serviços turísticos (transporte, hospedagem, alimentação, opções de entretenimento direcionadas), também faz uso de equipamentos e serviços adicionais - salões para eventos e jogos, espaços para feiras, equipamentos tecnológicos, contratação de profissionais técnicos - que em épocas de baixa sazonalidade, quase sempre se encontram ociosos.

Assim, entende-se que o turismo de negócios busca abarcar a população que viaja a trabalho, fornecendo a eles acomodação, entretenimento e serviços em estilos personalizados. A identificação desta atividade se dá pela compreensão de todos os elementos que caracterizam o deslocamento voluntário com propósito de desenvolver empreendimentos com fins lucrativos. Trata-se, portanto, de uma atividade com crescimento acelerado, uma vez que o progresso profissional ainda ocupa lugar de destaque na busca de realizações do indivíduo.

Logo, o turismo de negócios é um dos segmentos mais recentes de atividade, visto que até um dado momento o indivíduo que viajava por circunstâncias de trabalho não era considerado turista. No entanto, a partir da expansão dos segmentos turísticos este assunto recebeu novas concepções e olhar diferenciado dos pesquisadores da área. Um dos fatores que contribuiu para esse “novo olhar” sobre o turista de negócios, é que este, apesar de se deslocar por interesses profissionais, fazem uso dos mesmos equipamentos e serviços dos demais turistas, gerando benefícios econômicos para a localidade, tanto quanto os demais turistas (MTUR, 2008).

Em Goiânia, o turista de negócios representa 91% dos hóspedes nos hotéis (Censo Hoteleiro 2008), segmento que cresceu conjuntamente com o desenvolvimento econômico do Estado embasado no crescimento agropecuário.

3.2. O Agronegócio Fomenta o Turismo em Goiânia

Para atrair o turismo de eventos (Goiânia) tem o agronegócio, que é o centro da economia goiana. Mas que não se trata de trabalhar eventos de *commodities*, mas sim da cadeia produtiva (FERREIRA, 2010).

A Tabela 23, mostra o ramo de atividade das empresas cadastradas no hotel onde foi realizada pesquisa de campo em Goiânia.

Tabela 23. Ramo de Atividade das Empresas Cadastradas no Hotel Pesquisado (Julho/2010).

RAMO DE ATIVIDADE	QUANTIDADE
Agência de Viagem	99
Transportadora	45
Equipamentos Industriais e Manutenção	39
Engenharia e Construção	38
Produtos Alimentícios	38
Produtos Agropecuários	36
Combustíveis e Derivados de Petróleo	29
Embalagens	22
Caminhões (concessionária e autopeça)	19
Nutrição Animal	17
Maquinas Agrícolas	11
Ferramentas e Peças	10
Telecomunicação e Informática	10
Educação e Ensino	09
Metalúrgica	09
Indústria Farmacêutica	08
Laticínios	07
Exportação	06
Hotéis	06
Serviços Ambientais	05
Mineração	05
Atletismo	05
Química Industrial	05
Prefeituras	04
Assessoria Empresarial	04
Outros	45
TOTAL	535

Fonte: Pesquisa de Campo Realizada pelo autor.

Somando as empresas diretamente ligadas ao agronegócio, observa-se que são 56,44% do total. E ainda deve ser levado em conta que dentro do segmento de Agências de Viagem,

que somam 99 empresas, não se pode distinguir as atividades relacionadas, uma vez que as empresas, muitas vezes fazem reserva no hotel através das Agências. Calculando a porcentagem de empresas relacionadas à cadeia produtiva do agronegócio, desconsiderando as Agências de Viagem, temos 69,26% das empresas. Então, pode-se afirmar, baseado nos dados da Tabela 23, que a maior parte do cadastro de pessoa jurídica do hotel, têm suas atividades relacionadas ao agronegócio.

O gerente de hotel, que atua no segmento em Goiânia há mais de vinte anos, ao ser questionado sobre o perfil do turista, declarou:

“É predominante o hóspede de negócios, sem dúvida. Não tem muito lazer aqui em Goiânia, então o hóspede vem a negócios, trabalho mesmo. No segmento agroindustrial né, é mais nesse sentido. Poucos em outras áreas, mas o forte mesmo é o agronegócio. Vendedores de insumos, sementes, toda essa linha mesmo agropecuária. Porque Goiás, em si gira muito em torno da agropecuária, então nosso hóspede hoje tem como atividade predominante, setores ligados a agropecuária. Trabalhamos bastante com agências, mas o que predomina é esse.” (gerente de hotel entrevistado em 23.08.2010).

Registra-se também o depoimento de uma proprietária de hotel, há treze anos na cidade, sobre a ligação dos hóspedes ao agronegócio:

“Vejo bastante relação, inclusive nós temos, até vários hóspedes né, que vem pra cá fazer negócios sobre a agropecuária. É um setor que engloba diversos segmentos, principalmente aqui no nosso Estado.” (proprietária de hotel entrevistada em 28.08.2010).

Quando questionada sobre o que a motivou a ingressar nessa atividade turística, ela relata:

“Olha... nós toda vida tivemos fazenda, mexíamos com Boi, com lavoura... minha família toda, sempre trabalhou com isso, desde meus avós. ...vi no ramo da hotelaria, perspectivas futuras de negócios. Esse hotel aqui estava na segunda laje, a pessoa começou fazer e teve problema financeiro e parou a obra. Compramos e terminamos de construir o hotel. Vendi os bois. Vendemos todos os bois, a maioria do que está investido aqui veio da fazenda. Eu acho que foi um empreendimento muito bom, é... tanto financeiro como a parte pra eu ter uma atividade, na qual eu gosto muito, então eu acho que eu uni o útil ao agradável.” (proprietária de hotel entrevistada em 28.08.2010).

Esses depoimentos exemplificam a influência do agronegócio na hotelaria de Goiânia.

Ao perguntar sobre os meses de maior ocupação, o gerente do hotel deu o seguinte relato:

*“É dividida em dois períodos, de **Abril a Junho** e depois de **Agosto a Novembro**, são nesses períodos que ocorrem o maior fluxo de clientes no hotel. Nos, períodos de férias como julho e janeiro são fracos, a não ser que tenha algum congresso pra mudar a cara da cidade” (gerente de hotel entrevistado em 23.08.2010. Grifo nosso).*

Quanto a esse item, o Censo Hoteleiro 2008 publicou o seguinte resultado:

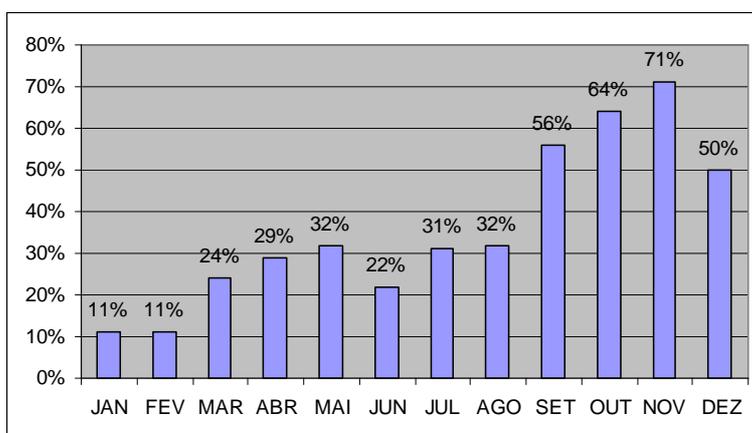


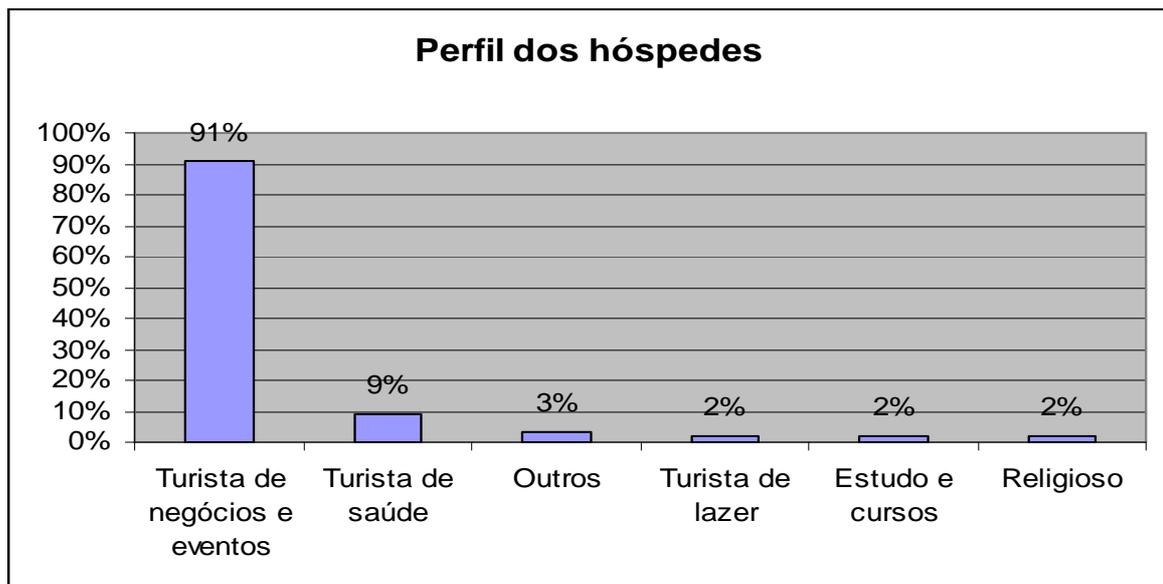
Figura 11. Taxa de Ocupação dos Hotéis em 2008.

Fonte: Censo Hoteleiro 2008.

Nesse levantamento feito pelo Censo Hoteleiro 2008, os meses com maiores aumentos na ocupação dos hotéis em Goiânia, vão de Março a Maio e de Setembro a Novembro. O que é relevante destacar é que a Safra agrícola em Goiás ocorre justamente nesse intervalo de Março a Maio e o período de Setembro a Novembro é a época de plantio das lavouras goianas. Esta informação reforça a tese de que o turismo em Goiânia é fortemente influenciado pelo agronegócio uma vez que no período do plantio e o da safra agrícola, os hotéis da cidade têm suas maiores taxas de ocupação. A demanda na cadeia produtiva do agronegócio recebe incrementos com a necessidade de insumos para o plantio e na época da colheita os negócios também são reforçados. O processamento da produção pela agroindústria gera movimento em diversos elos da cadeia produtiva, coincidindo com a ocupação dos hotéis da capital do Estado.

3.3. O Censo Hoteleiro de Goiânia - 2008

Com o objetivo de caracterizar o segmento turístico de Goiânia, mapear os estabelecimentos hoteleiros e identificar o perfil dos turistas, mediante pesquisa de campo, o Censo Hoteleiro (2008) identificou 135 hotéis no município, configurando o universo da pesquisa. Não foram considerados os hotéis em fase de construção, no período. Conforme Censo Hoteleiro (2008), realizado em Goiânia, mediante parceria entre Secretaria Municipal de Turismo (SEMTUR), o Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/GO), Agência Estadual de Turismo (GOIASTURISMO) e Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Goiás (ABIH/GO), a ocupação dos hotéis em Goiânia se deve em grande parte ao turismo de negócios e eventos, sendo este o motivo da viagem de 91% dos turistas, como mostra a Figura 12.



Observação: A somatória da coluna de porcentagens é superior à 100% em virtude da questão ter admitido mais de uma alternativa como resposta. Ou seja, a base de cálculo utilizada para as porcentagens foi o número total de hotéis.

Figura 12. Perfil dos hóspedes.

Fonte: Censo hoteleiro 2008 – Goiânia-GO.

Em 2008, a capital registrou crescimento de 26,6% no número de reservas e de 36,45% em diárias para o público executivo em relação a 2007 (MONTEIRO, 2009). Com isso, o número de diárias por reserva aumentou 8,1% no período, passando de 2,10 para 2,27, indicando um crescimento da taxa de permanência na capital. Tão bom desempenho foi revelado nos Indicadores Trend, divulgados em Goiânia pela Trend Operadora, no lançamento

do Diretório, 2009. Os dados demonstram o crescimento da capital goiana no turismo de negócios. Segundo destaque do diretor nacional da operadora - Daniel Santos, o crescimento evidenciado é consequência do bom comportamento da hotelaria local (Censo Hoteleiro, 2008).

Tabela 24: Capacidade Hoteleira de Goiânia.

Classificação	Nº. de Empreendimentos	Nº. UH	Nº. Leitos
Simple	71	2.007	4.424
Econômico	33	1.452	2.746
Turístico	15	1.003	2.221
Superior	13	1.323	2.826
Luxo	3	410	998
Total	135	6.195	13.215

Fonte: Censo Hoteleiro 2008.

Com base na matriz de classificação do Ministério do Turismo, constatou-se que 53% pertencem à categoria simples, 24% à categoria econômica, 11% classificados como turísticos, 10% superior e apenas 2% classificaram-se na categoria luxo. Quanto à forma de administração, 86% estão a cargo de membros da família - a chamada administração familiar. Com a atividade conduzida por profissionais contratados somam 6% dos hotéis, e os 8% restantes são administrados por redes nacionais e internacionais (Censo Hoteleiro, 2008).

Conforme a pesquisa, os cargos administrativos são ocupados na maioria por homens. Assim, do total de entrevistados, 65% são do sexo masculino e 35% são mulheres. Quanto ao tempo de existência dos hotéis, constatou-se que 20% deles têm mais de vinte anos de atividade, 24% de onze a vinte anos, 22% entre seis e dez anos, 18% de três a cinco anos e 13% menos de dois anos. A soma das unidades habitacionais – UH's – dos 135 hotéis é 6.195 UH's e 13.215 leitos. Sendo que 2.007 UH's e 4.323 leitos são dos hotéis de categoria simples, e 1.452 UH's e 2.746 leitos, estão nos hotéis da categoria econômica.

Em relação à adaptação de UH's a portadores de necessidades especiais, 71% dos hotéis não possuem nenhuma UH adaptada. 27% possuem de 1 a 5 UH's adaptadas, e apenas

2% têm mais de 5 UH's. Os equipamentos que se encontram disponíveis aos hóspedes com maior frequência são: chuveiro, ar condicionado, ventilador, televisão, telefone e TV a cabo.

Conforme o censo hoteleiro (2008), cento e cinco hotéis, ou seja, 78% oferecem como refeição, apenas o café da manhã, estando o mesmo incluído na diária em 96% deles. Os hotéis que disponibilizam café da manhã, almoço e jantar somam 16%. Somente 20% dos hotéis dispõem de restaurante e 59% não oferece nenhum serviço de alimentação, além do café da manhã; 8% possuem bar ou lanchonete.

No que diz respeito a espaço para eventos, 43 hotéis, ou seja, 32% do universo pesquisado possuem em suas dependências espaços para realização de reuniões. Somam 210 salas com possibilidade de acomodar 12.420 pessoas. Constata-se a existência de área de lazer, disponível aos hóspedes, em 30% dos hotéis, tendo como itens mais comuns piscina, sala de ginástica, sala de TV e vídeo, sauna e hidromassagem.

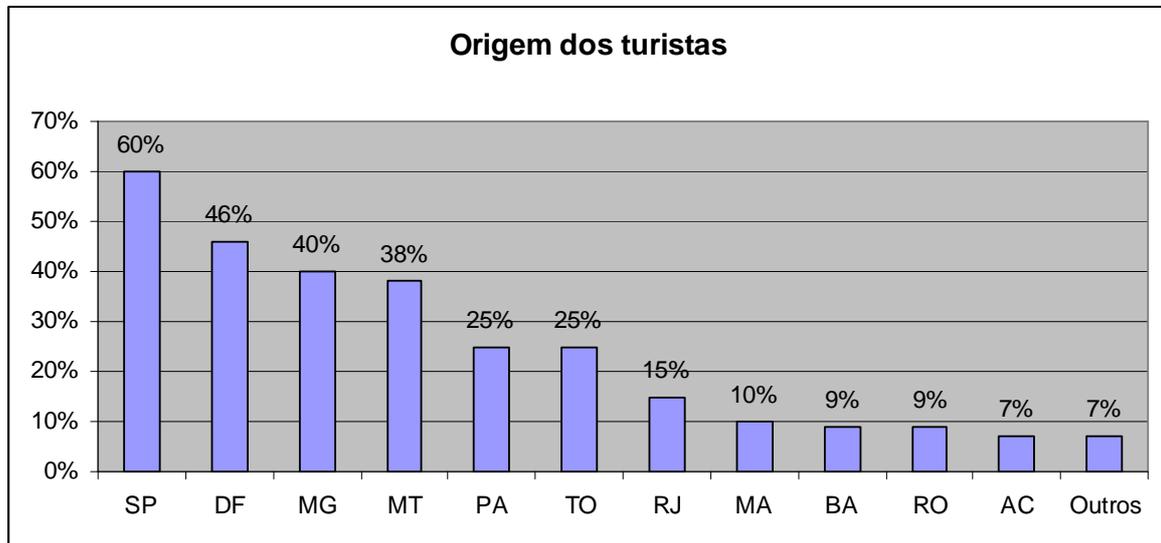
A pesquisa constatou que terceirizar alguns serviços como lavanderia, vigilância, alimentação e bebidas é uma prática comum no segmento hoteleiro de Goiânia, presente em 67% dos estabelecimentos.

Em relação ao pagamento, o preço médio da tarifa balcão do apartamento individual varia de R\$ 39,00, na categoria simples, a R\$ 259,00 na categoria luxo. As formas de pagamento mais comuns são feitas via cartão de crédito ou fatura bancária. Ademais, o Censo Hoteleiro (2008) fez uma comparação da taxa média de ocupação dos anos 2006 e 2007. A média geral foi 60,7%, em 2006, e 62,6%, em 2007, apresentando um crescimento de 1,9%.

Observando a média de ocupação das categorias separadamente, tem-se na categoria luxo a maior média com 69,81%, mas com um decréscimo de 1% entre os anos de 2006 e 2007. A categoria simples sustenta a menor média (56,31%), mas experimentou um crescimento de 3,52% na comparação. A categoria econômica teve o maior incremento no período, com 6,29% de crescimento.

O tempo médio de permanência dos turistas em Goiânia é de três dias, além disso, as permanências superiores a cinco dias estão ligadas a turistas que vêm a negócios, mas que também aproveitam para uma revisão médica, representando 11%. Isso durante a alta temporada, uma vez que na baixa temporada esse quadro se altera, com a permanência média do turista de apenas um ou dois dias.

A origem do turista é predominantemente de outros estados, com grande destaque para São Paulo, com 60% (Figura 13). Em seguida tem-se o Distrito Federal (46%), Minas Gerais (40%) e Mato Grosso (38%).

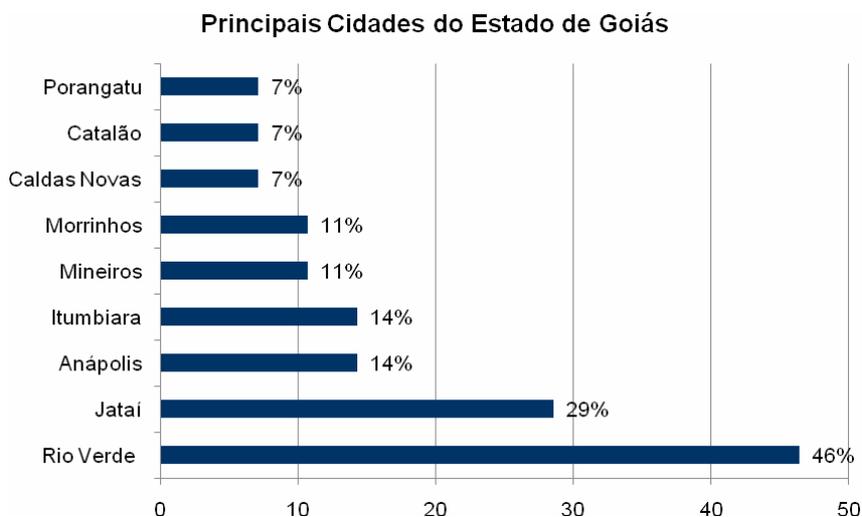


Observação: A somatória da coluna de porcentagens é superior a 100% em virtude de a questão ter admitido mais de uma alternativa como resposta. Ou seja, a base de cálculo utilizada para as porcentagens foi o número total de hotéis.

Figura 13. Origem dos Turistas.

Fonte: Censo hoteleiro 2008 – Goiânia-GO.

Quanto às principais cidades de Goiás que influenciam no turismo de Goiânia o Censo identificou Rio Verde (46%) e Jataí (29%) como sendo as cidades com maiores influências.



Observação: A somatória da coluna de porcentagens é superior a 100% em virtude de a questão ter admitido mais de uma alternativa como resposta. Ou seja, a base de cálculo utilizada para as porcentagens foi o número total de hotéis.

Figura 14. Principais Cidades do Estado de Goiás.

Fonte: Censo hoteleiro 2008 – Goiânia-GO.

3.4. Planejamento estratégico – política pública

O termo política é comumente usado para indicar a atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência o Estado. Dessas atividades, o Estado por vezes é o sujeito, quando referidos à esfera da política atos de ordenar ou proibir, com efeitos vinculadores para todos os membros de um determinado grupo social, o exercício de um domínio exclusivo sobre um território, o tirar transferir recurso de um setor da sociedade para outros, etc.(ROBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1993 apud DIAS, 2008)

Outras vezes o Estado é objeto, quando são referidas à esfera da Política ações como conquista, a manutenção, a defesa, a ampliação, o robustecimento, a derrubada, a destruição do poder estatal, etc.

Pode-se definir a política como o conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade. Embora a política possa ser exercida pelo conjunto da sociedade, não sendo uma ação exclusiva do Estado, a política pública é um conjunto de ações exclusivas do Estado. São linhas de ação que buscam satisfazer ao interesse público e tem que estar direcionadas ao bem comum (DIAS, 2008).

Política pública é tudo que o governo decide fazer ou não. Essa definição simplista engloba todas as ações de governo, a inação, as decisões e não decisões, pois implicam uma escolha deliberada entre alternativas. Para que uma política seja considerada pública, ela deve ter passado, no mínimo, por um processo, mesmo que apenas autorizada ou ratificada por órgãos públicos.

No segmento turístico teríamos a seguinte definição: um conjunto de regulamentações, regras diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação (GOELDNER, RITCHIE e MCINTOSH, 2002 apud DIAS, 2008).

Uma política de turismo deve ser estruturada levando-se em consideração que deve nortear-se por três grandes condicionamentos, o cultural, o social e o econômico.

Planos globais, setoriais, programas e projetos constituem produtos de um processo de planejamento que busca estabelecer um conjunto de ações para se atingir um objetivo específico e que em última instância deve beneficiar a todos. Os planos globais ou gerais visam estabelecer as linhas gerais para se obter o desenvolvimento econômico e social de toda uma comunidade. Daí derivam planos, programas e projetos setoriais ou específicos que correspondem a ações que devem ser desenvolvidas para se conseguir atingir determinados

objetivos localizados, como: saúde, educação, meio ambiente, turismo etc. Muitas vezes, ocorre que não fica estabelecido com clareza qual o plano global de desenvolvimento, não existindo desse modo uma referência concreta para os planos, projetos e programas setoriais ou específicos (DIAS, 2008).

O turismo pode ocupar papel importante no desenvolvimento de um país, de uma região ou de um município. Nesse contexto, a política de turismo, de modo geral, está inserida na política econômica mais ampla de um país, com seus desdobramentos regionais e locais (DIAS, 2008). É inexorável a capacidade que tem o turismo de transformar os lugares, impondo às localidades sua lógica de organização do espaço, está demonstrada pelo mundo por incontáveis exemplos concretos. O imperativo da organização pública do setor decorre desta sua característica ou desta sua competência (SOUZA, 2002).

O contexto atual do turismo no Brasil tem como marco inicial a implantação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, pelo Ministério do Turismo, que contemplou na sua essência a gestão descentralizada do turismo e oportunizou a cada Unidade Federada, região e município buscar suas próprias alternativas de desenvolvimento, transferindo para cada região gestora a responsabilidade de planejar e de decidir seu próprio futuro (MTUR, 2008).

Estando a gestão municipal de Goiânia alinhada com as políticas estadual e federal do turismo, a Secretaria Municipal do Turismo resolveu adotar a metodologia “Planejamento Estratégico de Desenvolvimento do Turismo” disseminada pelo Programa de Regionalização como ferramenta de ordenamento das atividades turísticas em benefício dos atores participantes da cadeia produtiva do turismo.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de Goiânia busca ser o elo entre as necessidades dos agentes públicos e privados e os programas de turismo federal e estadual. Contribuindo assim, para que as políticas públicas sejam materializadas, através de projetos. Esse plano é resultado da execução das seguintes fases estruturadas:

Fase I: Posição Atual - Levantamento e avaliações utilizando fontes secundárias compreendendo o Plano Diretor, Planos do Turismo Nacional e Estadual, documentos técnicos gerados pelos agentes envolvidos no turismo goianiense, com destaque para o Sebrae, Agência Goiana de Turismo e Secretaria Municipal de Turismo.

Análise da matriz de SWOT¹² pelos agentes envolvidos no turismo local, que através das oficinas de planejamento avaliaram o ambiente externo ao turismo de Goiânia, por meio das oportunidades e ameaças; e o interno, dos pontos fortes e fracos.

Fase II: Posição Objetiva - A partir do resultado das análises, durante as oficinas, foi traçado pelos agentes, o futuro desejado através da elaboração do direcionamento estratégico, os objetivos, as estratégias e as linhas de ação para alcançá-los.

Fase III: Diagnóstico Competitivo – Mapeamento dos programas e projetos desenvolvidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal, dos projetos e ações dos principais agentes envolvidos no turismo representados pelas organizações de suas categorias, destacando:

1. Plano Nacional de Turismo – 2007 / 2010 - Uma viagem de inclusão.
2. Plano Estadual do Turismo – Goiás no Caminho da Inclusão.
3. Projetos elaborados pela SEMTUR.
4. Projetos elaborados pelas Instituições de Ensino.
5. Projetos elaborados pelos apoiadores do turismo goianiense.
6. Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) Nacional.

Para tanto, necessita-se desenvolver melhor as políticas setoriais, que conforme Cruz (2002) é uma forma do governo tanto definir responsabilidades quanto também dar visibilidade aos projetos, bem como aos programas a ele atrelados. Pereira (1999) reitera ao dizer que a política pública colabora com esse entendimento quando afirma “a política pública está relacionada à tentativa de gerar conhecimento aplicável às ações práticas do governo, com ênfase na preocupação com a qualidade e eficácia da intervenção pública”.

Em Goiânia, segundo a Secretaria Municipal de Turismo (SEMTUR, 2002) os atuais objetivos da política de turismo são:

- ✓ Apoio à iniciativa privada - Principalmente, mediante a captação de recursos e eventos pelo *trade*; estímulo à criação de leis; apoio a feiras e congressos;
- ✓ Marketing e publicidade – especialmente através da elaboração de material de divulgação e representação política nas ocasiões de eventos que demandam meios oficiais para atingir os interesses;
- ✓ Promoção de infra-estrutura turística, como centro de atendimento ao turista, legalizar o uso de infraestrutura turística, como Centro de Atendimento ao turista;

- ✓ Atuação na questão ambiental e nos aspectos paisagísticos;
- ✓ Criação de banco de dados e cadastramento de leis turísticas;
- ✓ Estimular o lazer e o entretenimento;
- ✓ Qualificação de recursos humanos;
- ✓ Estimulo aos deslocamentos intermunicipais para fins de turismo de compras;
- ✓ Geração de emprego e renda por meio do turismo;
- ✓ Municipalização do turismo e estímulo á integração regional e intermunicipal;
- ✓ Participação da comunidade local e da sociedade civil organizada;
- ✓ Turismo cultural e apoio à cultura local;
- ✓ Estimulo à formação de um corpo profissional qualificado para planejar e promover o turismo no município.

Um item que representa a evolução do segmento turístico em Goiânia é a implantação do Centro de Cultura e Convenções (CCG), justificando o aumento da demanda por essa modalidade de turismo.

3.5. Centro de Convenções

O Centro de Cultura e Convenções de Goiânia (CCG), inaugurado em abril de 1994, é considerado um dos melhores do Brasil. Seu projeto foi precedido de um criterioso estudo técnico e mercadológico dos outros já existentes. Isso permitiu incorporar com vantagens todos os pontos positivos, além de evitar os aspectos considerados falhos ou que já haviam se tornado obsoletos em outras localidades.

O espaço conta com o Teatro Rio Vermelho com capacidade para público de até 2.100 pessoas, com palco removível e oito cabines de tradução simultânea; auditório com 600 lugares, que pode ser transformado, de acordo com a necessidade, em dois de 300; área de 12 mil metros quadrados, destinada a feiras e exposições, com parte coberta de dois pavilhões: um com 12 metros de altura, outro com 7 metros (DM, 2004).



FIGURA 15 - Teatro Rio Vermelho

Fonte: www.cngo.com.br/site.do.

Para as exposições de equipamentos pesados, como máquinas agrícolas e embarcações, reservou-se no centro de convenções uma área externa de 1.377 metros quadrados, com capacidade total para 247 estandes de 4x4 metros, todos com instalações elétricas, telefônicas e de informática. Destes, 96 possuem também instalação hidráulica. Em caso de necessidade, poderá ser criado espaço para mais 300 estandes, com aproveitamento do primeiro subsolo.

Além disso, o centro de Cultura e Convenções de Goiânia conta com salas vip e de reuniões, salas de fax, telex e PABX, restaurante para 400 pessoas, espaço cultural destinado a exposições de arte, lançamentos literários, etc. Ademais, possui um sistema central de ar condicionado e monitoramento de todo o sistema hidráulico, elétrico e de comunicação do prédio por uma moderna central de controle. Há também sistema de sonorização inteligente, tanto para a comunicação com o público quanto para a comunicação interna, antena parabólica que permite a captação de sinais internacionais. Circuito interno de TV, sistema de segurança com profissionais treinados e modernamente equipados, posto telefônico, oficinas, depósitos, áreas de descarga e estacionamento interno, com 1.060 vagas.

A construção do Centro de Convenções de Goiânia - CCG, no local onde funcionava a Santa Casa, demolida para esse propósito, suscitou protestos por parte dos historiadores, arquitetos e intelectuais preocupados com a memória do patrimônio goianiense. No entanto, sem ignorar o valor da perda do mesmo, o ganho de revitalização da hotelaria no setor central de Goiânia, que estava em franca decadência, foi incomensurável (DM, 2004).

Ainda conforme o jornal Diário da Manhã, o empreendimento inseriu Goiânia como destino no cenário de eventos, descobrindo-se, assim, essa vocação da cidade, ressaltada pela localização estratégica no centro do país, logística fácil, qualidade superior em serviços, o que gera uma relação custo/benefício infindável. Novos hotéis foram construídos, reformados e ampliados nas cercanias do Centro de Convenções. Para se ter uma idéia, o surgimento do Centro de Convenções de Goiânia foi tão positivo para a hotelaria da capital fundada por Pedro Ludovico Teixeira, que, em 1995, os hotéis de Goiânia dispunham cerca de 5.000 leitos chegando em 2004, a 10.552 acomodações.

Em 2001, seguindo a tendência presente em administrações estatais mais avançadas de entregar à iniciativa privada a gestão de áreas não prioritárias do serviço público, o Governo do Estado de Goiás, através de licitação pública, cedeu à Porto Belo Construções e Comércio a administração do complexo. Atualmente o CCG é o único a seguir esse modelo no Brasil, ou seja, um centro de convenções público administrado pela iniciativa privada.

A visão da administração atual é a de investir no empreendimento, participar ativamente das decisões do setor com as entidades que movimentam o turismo de eventos e negócios, gerando com isso ações que beneficiem toda a cadeia produtiva do segmento e gerando inúmeros empregos e impacto na economia do Estado.

A visão de mercado da gestão atual a torna participante ativa das entidades que movimentam o setor, como Associação Brasileira de Empresas Organizadoras de Eventos (ABEOC), Associação Brasileira dos Centros de Convenções e Feiras (ABRACCEF) e Goiânia Convention & Visitors Bureau, além de participação intensa em todos os eventos qualitativos do setor e presença no Fórum Estadual de Turismo. Além disso, o CCG também trabalha de forma independente na captação de eventos. Graças à administração eficiente, ano a ano, seus espaços vêm sendo ocupados com maior eficiência, não havendo praticamente ociosidade. Também é preciso destacar a qualidade em serviços e diferenciais de atendimento ao público alvo.

Em 2008, foram realizados, no CGC 193 eventos, que variaram de 01 a 15 dias consecutivos. Devido ao conglomerado de pessoas, os representantes da iniciativa privada e poder público local são unânimes em afirmar que, os investimentos em infra-estrutura, direcionadas àquele espaço, têm sido consideráveis, envolvendo questão de segurança, hospedagem, trânsito etc. Provavelmente, em conseqüência dos investimentos, de 2002 a 2008, o CCG tenha recebido o Troféu Jacaré de Ouro do Prêmio Caio, como o Melhor Centro de Convenções e Exposições de Grande Porte das Regiões Norte/Centro-Oeste, e o Troféu

Night Society - Oscar Goiás, como o melhor espaço de eventos de Goiás. Também, foi classificado como “O Melhor Local para Grandes Eventos” do Prêmio “Os Mais Influentes no Turismo de Eventos em Goiás”, pela Revista Eventos (2009).

3.6. Exposições Agropecuárias

Assim como Pedro Ludovico Teixeira contou com aliados políticos de primeira hora para materializar o sonho secular de transferir a capital de Goiás, da Cidade de Goiás, para outra localidade, os bois carreiros cederam à força dos músculos para dar vida ao sonho dos dirigentes goianos.

A pecuária sempre foi fonte geradora de riquezas, e nela teve base a fortuna particular, nos sertões, a ponto de se formar uma verdadeira “aristocracia rural”. Foram sempre os negócios de gado o melhor meio de vida do sertanejo. Seja criador, invernista, boiadeiro ou negociante de gado, todos têm as suas partes nos proventos da pecuária e agricultura.

O fazendeiro goiano compreendeu bem a realidade desses negócios, que era a necessidade de um tipo de boi comercial, um produto econômico apropriado para os frigoríficos, e atendeu imperativos do mercado de carne, ao mesmo tempo em que satisfaz as exigências dos entrepostos de gado. Era preciso um boi que reunisse as qualidades básicas do gado de peso, com carnes de pouca fibra e saborosas, capaz de alcançar a preferência nacional e internacional. Eis aí a razão do aumento gradativo da exportação e da valorização constante que o boi de Goiás possui. Esses resultados provêm dos cuidados do criador, empregados na seleção, como da assistência que recebe o gado em tempo próprio para atingir o máximo de peso, para ter carnes mais macias e atingir a idade de mercado em plena saúde.

Nesse processo se insere a exposição agropecuária de Goiânia, uma festividade que teve início em julho de 1942, sob o governo de Pedro Ludovico. No referido mês, a comissão oficial que organizava os eventos e as obras que seriam inauguradas, acertou com a diretoria da Sociedade Goiana de Pecuária (SGP) a inclusão, no rol de inaugurações, da 1ª Exposição Agropecuária de Goiânia, que mesmo rusticamente cercado de arame farpado, poeirento e com currais cobertos com folhas de babaçu, reuniu centenas de pessoas para prestigiarem a mostra dos zebuínos da raça Gir (FRANÇA, 1979).

A história atesta que para preservar o patrimônio onde está localizado o Parque de Exposições foi preciso pegar em armas. Durante a administração do presidente da SGP, Carlos Machado de Araújo, arquitetou-se por alguns moradores dos bairros adjacentes ao parque localizado na Nova Vila, uma invasão com o propósito de lotear a área e construir casas. O presidente em questão, expondo a situação à sua diretoria e associados, resolveu empunhar armas, manter vigília no parque e defender o patrimônio da entidade. Diante disso, a pretendida invasão não aconteceu.

Em 1970, durante o governo de Otávio Lage (1966-1971), foram desapropriados vários lotes em anexo ao Parque e incorporados ao patrimônio da entidade, que aumentou a sua área para 196.400 metros quadrados, dobrando, portanto, a sua dimensão inicial. Neste mesmo ano, o Governo de Goiás e a Prefeitura de Goiânia, comandada pelo médico e pecuarista Manoel dos Reis e ex-presidente da SGP, firmaram convênio e promoveram a maior reforma, até então, das instalações físicas do local.

A exposição agropecuária de Goiás é tradicionalmente uma das mais importantes do País. Ela mostra a força de Goiás no agronegócio. E o governo do Estado tem se empenhado na consolidação deste evento. Realizada pela Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura (SGPA), em sua programação incluem-se leilões, palestras, provas e julgamentos entre as raças (SEBRAE, 2007), a gastronomia e artesanato goianos também são atrações dessa exposição.

Na 64ª Exposição Agropecuária do Estado de Goiás, ocorrida em 2009, a SGPA se organizou para que o projeto transcorresse com sucesso. Para tanto, levou em consideração aspectos do lazer aos negócios para que a mostra agradasse em todas as direções, retratando fielmente o sentimento do agropecuarista, que tanto contribui para a riqueza do Estado. Na ocasião, foi feita uma cavalgada a fim de movimentar o centro da cidade e chamar a atenção para uma das principais feiras do *ranking* nacional.

O grupo liderado pelo presidente da SGPA, Beto Guimarães, e demais componentes de núcleos e criadores, foram à porta do Palácio das Esmeraldas, sendo recepcionados pelo governador Alcides Rodrigues. Após missa oficiada no Tattersal de Elite do Parque Agropecuário, procedeu-se a abertura do evento, com a presença de autoridades convidadas, como o governador Alcides Rodrigues e o prefeito de Goiânia, Iris Rezende,

entre outras autoridades e diplomatas estrangeiros. O embaixador do Egito, Ahmed Hassan Ibrahim Darwish, também estiveram presentes à solenidade de abertura (DM, 2009).

Conforme o jornal O Popular (2009) cerca de cinco mil animais foram expostos: dois mil bovinos, dois mil eqüinos, além de suínos, caprinos e ovinos, pequenos animais, aves e animais exóticos. A expectativa, segundo o jornal, foi de que as negociações na exposição agropecuária tenham rendido, basicamente, R\$ 50 milhões (cinquenta milhões), valor advindo da comercialização de gado, eqüinos, tratores, entre outras máquinas e implementos agrícolas, insumos básicos etc. Ademais, em torno de seis mil empregos diretos e indiretos foram criados temporariamente para subsidiar o evento, fora os permanentes, nas atividades normais das propriedades.

Conforme o referido Jornal, durante a abertura da 64ª ExpoGoiás, em 2009, o governador Alcides Rodrigues notificou que haverá uma mudança na localização do espaço do evento, garantindo que o novo parque agropecuário de Goiânia será o maior e mais moderno da América Latina. O terreno – na saída para Nerópolis – foi doado pelo Grupo Cambará e pelo produtor Jued Bittar à Sociedade Goiana de Agricultura e Pecuária (SGPA). Para tornar o local ainda mais acessível, já está em estudo a construção de um anel viário. Em uma área de 25 hectares, será construído um grande centro de convenções multifuncional. A arquitetura multifuncional também vai abrigar o Tecnocentro, lançado para desenvolver novas tecnologias e soluções nas demandas dos produtores agropecuários.

A idéia é construir uma estrutura que abrigue qualquer tipo de evento durante o período em que não houver exposições. Além de maior, o espaço será distribuído em áreas específicas para cada atividade da Pecuária, e contará com setor específico para cada atividade (Rodeio, Shows, tattersal, exposição de bovinos, eqüinos etc), com estacionamento. A obra está estimada em torno de R\$120 milhões. O projeto conta com apoio do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), oriundos do orçamento da União. Para captar o restante dos recursos, a SGPA destaca o empenho dos deputados federais e do governador Alcides Rodrigues (DM, 2009).

Goiânia sedia ainda outros importantes eventos em diversas áreas como, Congresso Internacional de Confinadores; Simpósio Brasileiro de Aqüicultura; Congresso Brasileiro de Veterinários Especialistas em Suínos; Fórum Mundial dos Produtores de Algodão; Congresso Brasileiro de Tomate Industrial (BETLA, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou evidenciar que o Estado de Goiás tem um setor agropecuário relevante, estruturado desde suas raízes, na produção e comercialização de grãos e carnes. Inclusive, o setor é parte integrante da complexa cadeia produtiva nacional e internacional de *commodities*.

Devido a esta especialização, tem surgido em Goiás diversos elos subsidiários no sistema de cadeia produtiva como indústrias de apoio logístico, comercial e financeiro. Uma gama de negócios vem sendo implantada nas mais diversas áreas derivadas da cadeia de grãos e carnes. Os negócios são, na sua maioria, realizados a partir da capital do Estado, que ficou conhecida como a capital do turismo de negócios.

Em resumo, o objeto do estudo foi evidenciar a estreita ligação entre o agronegócio e o turismo de negócios em Goiás, a partir de sua capital.

No primeiro capítulo foi revisitada a formação econômica do Estado, enfatizando-se o setor emergente da agropecuária, bem como suas raízes fincadas desde o Século XIX. Também no capítulo, foram abordadas as transformações ocorridas com a modernização agropecuária, com ênfase para o setor de grãos e carnes.

No segundo capítulo o objetivo foi mostrar que o conceito de agronegócio é bastante amplo e envolveu, na prática, não só a agropecuária, mas também a indústria e os serviços. Foi feita uma revisita aos fundamentos teóricos, ressaltando-se a complexidade e variedade das cadeias produtivas. No final do capítulo abordou-se a diversificação da economia goiana que tem propulsionado, a cada dia, novos negócios no âmbito regional.

No terceiro capítulo, verificou-se o reflexo de todo esse processo no turismo de negócios. O trabalho evidenciou a estrutura turística da capital, bem como o perfil do turismo, com ênfase para suas ligações com a diversificação do agronegócio.

Em conclusão, as pesquisas apontaram que o agronegócio em Goiás é uma atividade complexa, com inúmeras ramificações e que a sua expansão tem fomentado o turismo na capital do Estado.

NOTAS

¹ O Pacto Colonial pode ser definido como um conjunto de regras, leis e normas que as metrópoles impunham às suas colônias durante o período colonial. Estas leis tinham como objetivo principal fazer com que as colônias só comprassem e vendessem produtos de sua metrópole. Através deste exclusivismo econômico, as metrópoles européias garantiam seus lucros no comércio bilateral, pois compravam matérias-primas baratas e vendiam produtos manufaturados a preços elevados.

² Terras públicas compreendidas nas faixas de fronteira dos Territórios e do Distrito Federal e as que não são aplicadas a qualquer uso público, federal, estadual ou municipal, ou que não se encontram, por título legítimo, na posse, ou domínio particular de alguém. Terras públicas dominicais, ou incorporadas ao patrimônio da União e dos Estados, quando situadas dentro de suas fronteiras.

³ Capital fixo consiste em todo o tipo de instrumentos empregados na produção, como edifícios e maquinaria. Dura vários ciclos de produção.

⁴ Capital variável, conceito utilizado por Marx em seu livro O Capital, em que, diferenciando do capital constante, conceitua como sendo a parte do capital que se transforma em força de trabalho (salário).

⁵ Em 1984, o governo instituiu o Fomentar, tendo como objetivo básico “o incremento de implantação e da expansão de atividades industriais, preferencialmente as do ramo de agroindústria, que efetivamente contribuam para o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Goiás; o apoio técnico e financeiro às atividades dos setores de micro, pequenas e médias empresas; o apoio ao desenvolvimento de grandes empreendimentos industriais, considerados da maior relevância socioeconômica para o Estado de Goiás, e o estímulo da industrialização do Estado de Goiás”, tendo por base, incentivos fiscais e de infra-estrutura para que empresas de outros Estados se instalem em Goiás.

⁶ Após passar por reformulação, o programa de incentivos do Estado, FOMENTAR, passa a ser o PRODUZIR.

⁷ A AGF é um instrumento que permite ao Governo garantir o preço mínimo ao produtor rural ou sua cooperativa, mediante a compra direta do seu produto, quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo. Os produtos devem estar classificados e devidamente armazenados em unidades credenciadas pela Conab. As compras dos produtos compõem o estoque público.

⁸ O EGF é uma linha de crédito de financiamento, com base no preço mínimo, concedida a produtores, cooperativas e agroindústrias. O crédito é para estocagem do produto pelo beneficiário, por até 180 dias, com taxa de juros de 6,75% ao ano. As uvas e seus derivados estão contemplados pelo EGF com um limite de até R\$ 20 milhões para cooperativas e agroindústrias. O limite para o produtor rural é de R\$ 400 mil.

⁹ Por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), de 1966, o governo estabelece o preço mínimo de garantia para diversos produtos, que são definidos para cada safra. A atuação governamental ocorre quando o preço de mercado está abaixo do preço mínimo. Essa

intervenção pode se dar por meio de operações de compra, de equalização de preços ou de financiamento. A Aquisição do Governo Federal (AGF) e o Empréstimo do Governo Federal (EGF) são os dois instrumentos mais tradicionais de intervenção do governo no mercado e surgiram junto com a PGPM. A partir dos anos de 1990, houve uma profunda reforma na política agrícola, com a criação de novos instrumentos capazes de sustentar os preços pagos aos produtores rurais, com maior eficiência, sem a necessidade de grande aporte de recursos do Tesouro Nacional.

¹⁰ Lei de Terras, como ficou conhecida a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil. Até então, não havia nenhum documento que regulamentasse a posse de terras e com as modificações sociais e econômicas pelas quais passava o país, o governo se viu pressionado a organizar esta questão.

¹¹ As raças sintéticas se formam pelo cruzamento de duas ou mais raças e vão sendo aprimorados através da seleção. Respondem a uma concepção distinta com respeito às raças tradicionais, porque as raças sintéticas são criadas para dar uma resposta a novas necessidades de produção, de adaptação ou de mercado, e onde muitas vezes as gerações e retenções do vigor híbrido são importantes para a solução dos problemas existentes. Diferenciam-se das raças tradicionais ou puras, pois possui maior variabilidade genética porque somam as características das raças que lhe deram origem. Essa maior variabilidade é compensada por seus níveis mais altos de produção, devido ao vigor híbrido que as raças sintéticas possuem. Também tem uma combinação dos caracteres desejáveis das raças originais, para satisfazer melhor os requerimentos globais de produção e do mercado.

¹² A **Análise S.W.O.T.** – Strengths Weaknesses Opportunities Threats - (ou **análise F.O.F.A.** em português) é uma ferramenta estrutural utilizada na análise do ambiente interno, para a formulação de estratégias. Permite-se identificar as Forças e Fraquezas da empresa, extrapolando então Oportunidades e Ameaças internas para a mesma.

Fonte: <http://www.administracaoegestao.com.br/planejamento-estrategico/analise-swot/>

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque. **Terras de Goiás. Estrutura fundiária (1850-1920)**. Goiânia: Ed. UFG, 2003.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. **Cultura – invenção e construção do objeto turístico**. In. AGB, Funcap, 1998. p. 17-30.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. **Lugares Turísticos e a falácia cultural do intercâmbio cultural**. In. ALMEIDA, Maria Geralda (organizadora). Paradigmas do Turismo. Goiânia: Alternativa, 2003.
- ALVES, N. M. B. **Agricultura e Indústria: o poder no complexo agroindustrial** (Estudo de caso da empresa Arisco). Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias, UFG. Goiânia. 1993.
- ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Turismo - Segmentação de Mercado**. São Paulo: Futura, 1999.
- ASSIS, Wilson Rocha. **Estudos de história de Goiás**. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.
- ARRIEL, Marcos F. **Perfil Produtivo e Dinâmica Espacial da Indústria Goiana (1999-2007)**. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Territorial) PUCGO, 2010.
- ARRIEL, Marcos Fernando et al. **Análise do balanço de Pagamentos do Estado de Goiás e a Importância dos APLs no fluxo do comércio**. In: “Análise do Mapeamento e das Políticas Para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil”. Florianópolis: UFSC, 2009 (Convênio/Contrato FEPESE-BNDES).
- BETLA, Thatyana. **Eventos Agendados Pelo Goiânia Convention & Visitors Bureau** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gersonfernando10@hotmail.com> em 28 jun. 2010.
- BERTRAN, P. **Formação Econômica de Goiás**. Goiânia, Oriente, 1978.
- BORGES, Barsanufio Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960**. Goiânia: ed. da UFG, 2000.
- _____. **Goiás: “Modernização” e Crise (1920-1960)**. (Tese de Doutorado). São Paulo, FFLCH/USP, 1999.
- _____. **O despertar dos dormentes: estudo sobre Estradas de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais. 1909-1922**. (Tese de Doutorado). Goiânia: Cegral, 1990.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Firmas e Empregos: Demografia das Firmas Brasileiras**. Informe-se, n. 50, jan. 2003.
- _____. Ministério do Turismo. **Turismo de negócios e eventos: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008. 46 p.
- _____. **Resolução do Conselho Nacional de Turismo nº 14/84**. Decreto Federal nº 89 707, de 25 de maio de 1984.
- CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. 2. ed. Goiânia: Ed. Vieira, 2003.

- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1995**. 2ª. ed. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1998. 421 p.
- CASTRO, A. C.; FONSECA, M. DA G. **A dinâmica agroindustrial do Centro-Oeste**. Brasília: IPEA, 1995.
- CASTRO, S. D. **Diretrizes de Política Industrial e Tecnológica**. Goiânia, 2007, mimeo.
- CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.
- CONCEIÇÃO; NASCIMENTO, Cláudio da; João Francisco do et al. **Estratégias competitivas adotada pelas empresas de turismo de negócio da cidade do Salvador: Estudo de caso Salvador da Bahia Convention Bureau**. 2004.
- COSTA, Maristela. **Agronegócio: O motor da economia brasileira e o dinamismo da economia paranaense**. Acesso em fevereiro de 2009. Disponível em:
- CONTINI, Elísio. **Dinamismo do agronegócio brasileiro**. Disponível em: Acesso em março de 2009.
- DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- DOLES, D. E. M. **As comunicações fluviais pelo Araguaia e Tocantins no século XIX**. Goiânia: Oriente, 1973.
- DOMICIANO, Carlos Shiley. **O Cooperativismo Como Estratégia de Participação Social de Agricultores Familiares: O Caso da Cooperativa dos Produtores de Açafrão de Mara Rosa – GO**. 2007. 161 p. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) Consórcio Entre a Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a Universidade de Brasília. Goiânia, 2007.
- ESTEVAM, Luís Antônio. **Agricultura tradicional em Goiás**. In: PEREIRA, Armantino Alves. **Agricultura de Goiás: análise e dinâmica**. Goiânia, ed. da UFG, 2004.
- _____. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Goiânia: Ed. do autor, 1998.
- _____. **Elementos Históricos e Teóricos do Agribusiness: Texto Introdutório para Início das Discussões de Agronegócio no Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial**. PUCGO. Goiânia, 2009. 19 p. Notas de aula.
- FERREIRA, Sônia. **Consultor dá Sugestões Para Goiás Atrair Mais Turistas**. O Popular, Goiânia, 12 jun. 2010. Economia, p. 17.
- _____. **Grupos Investem em Novos Hotéis em Goiânia**. O Popular, Goiânia, 07 set. 2010b. Economia, p. 16.
- FRANÇA, Basileu Toledo. **Cavalo de Rodas: a entrada do automóvel em Goiás**. Goiânia: Ed. Oriente, 1979.
- GALLI, Ubirajara. **A História da Pecuária em Goiás: do primeiro gado aos dias de hoje**. Goiânia: Ed. UCG, 2005.
- GOIÁS EM DADOS 2009 / **Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento; Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação**. - Goiânia: SEPLAN, 2009. 93 p. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

GOIÁS. **Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. Produto Interno Bruto 2003**. Goiânia, Seplan, 2005. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin>>. Acesso em: 20 out. 2009.

GUIMARÃES, M. T. C. **Formas de organização camponesa em Goiás (1954/64)**. Dissertação (Mestrado) apresentada à PUC-SP, São Paulo. 1982.

GUIMARÃES, E. Nunes; LEME, H. José de Campos. **Caracterização Histórica e Configuração Espacial da Estrutura Produtiva do Centro Oeste**. TEXTOS NEPO N. 33, 1997. Disponível: <http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/migracao_centro/03_pronex_02_Caracterizacao_Historica.pdf> Acesso em: 12 Nov 2009.

GREMAUD, A. P. ; VASCONCELLOS, M. A . S. ; TONETO JÚNIOR, R. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo : Atlas, 1999.

LAKATOS; MARCONI, Eva Maria e Maria de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LEITE, Tasso de Souza. **Dinamismo agroindustrial e desenvolvimento regional em Goiás**. Estudos - Negócios, Goiânia, v. 27, n. 1, jan./mar. 2000.

LUNAS, D.A . L. **Construção do complexo agroindustrial da soja no sudoeste de Goiás**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). UFU. Uberlândia. 2001.

MONTEIRO, Lúcia. **Turismo de Negócios Faz Crescer Setor Hoteleiro**. *O Popular*, Goiânia, 18 mar. 2009. Economia, p. 16.

MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec; EDUC, 1989.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. **A casa como universo de fronteira. 2004**. Universidade Estadual de Campinas. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. 2004.

PÁDUA, Andréia Aparecida Silva de. **Migração, expansão demográfica e desenvolvimento econômico em Goiás**. Dissertação de Pós-graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Universidade Católica de Goiás. 2008. 113p.

PALACÍN, Luís. **História de Goiás**. 6 ed. Goiânia: Editora UCG, 1994.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás**. 5ª. ed. Goiânia. Ed. da UCG, 1989.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

REVISTA TURISMO. **Turismo de Negócios ou negócios de turismo**. Abril, 2004. Disponível em <<http://www.revistaturismo.com/artigos/turneg.html>. Acesso em setembro 2009.

SEBRAE. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Goiás. **Estudo Sobre o Turismo de Eventos e Negócios em Goiânia / SEBRAE/GO**. – Goiânia, Ed. SEBRAE, 2002.

SEBRAE et al. **Dimensionamento econômico do setor de eventos no Brasil – resultados da cidade de Goiânia**. Goiânia, 2003.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**. 22ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

SCHIVINATTO; LEITE, Mônica e Tasso. **Agroindústrias e desenvolvimento sustentável. Será possível? A experiência de Rio Verde - Goiás.** In: Caderno de Consulta do IFAS, nº 19. 2002.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTATÍSTICA, PESQUISA E INFORMAÇÃO. SEPLAN-GO/SEPIN. Goiânia, 2009. Disponível: < www.portalsepin.seplan.go.gov.br > Acesso em Nov./2009.

SEMTUR (Secretaria Municipal de Turismo de Goiânia). **Política municipal de Turismo.** Apresentação em data show, 2002.

SEPIN - **Superintendência de Estatísticas, pesquisa e informação.** 2010. Disponível em <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/goias.asp?id_cad=6000>. Acesso em junho de 2010.

SEPLAN - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. **Produto Interno Bruto 2003.** Goiânia, SEPLAN, 2005. Disponível em: <[http/ / www.seplan.go.gov.br/sepin](http://www.seplan.go.gov.br/sepin)>. Acesso em: 20 fev. 2008.

SILVA, Eduardo Rodrigues da. **A economia goiana no contexto nacional: 1970-2000.** Goiânia: Ed. UCG, 2007.

SILVA, Maria Aparecida Daniel da. **Raízes do latifúndio em Goiás.** Goiânia: Ed. UCG, 2004.

SOUZA, Maria José de. **Políticas Públicas e o Lugar do Turismo.** Brasília: UnB, 2002.

¹ O Pacto Colonial pode ser definido como um conjunto de regras, leis e normas que as metrópoles impunham às suas colônias durante o período colonial. Estas leis tinham como objetivo principal fazer com que as colônias só comprassem e vendessem produtos de sua metrópole. Através deste exclusivismo econômico, as metrópoles européias garantiam seus lucros no comércio bilateral, pois compravam matérias-primas baratas e vendiam produtos manufaturados a preços elevados.

² Terras públicas compreendidas nas faixas de fronteira dos Territórios e do Distrito Federal e as que não são aplicadas a qualquer uso público, federal, estadual ou municipal, ou que não se encontram, por título legítimo, na posse, ou domínio particular de alguém. Terras públicas dominicais, ou incorporadas ao patrimônio da União e dos Estados, quando situadas dentro de suas fronteiras.

³ Capital fixo consiste em todo o tipo de instrumentos empregados na produção, como edifícios e maquinaria. Dura vários ciclos de produção.

⁴ Capital variável, conceito utilizado por Marx em seu livro *O Capital*, em que, diferenciando do capital constante, conceitua como sendo a parte do capital que se transforma em força de trabalho (salário).

⁵ Em 1984, o governo instituiu o Fomentar, tendo como objetivo básico “o incremento de implantação e da expansão de atividades industriais, preferencialmente as do ramo de agroindústria, que efetivamente contribuam para o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Goiás; o apoio técnico e financeiro às atividades dos setores de micro, pequenas e médias empresas; o apoio ao desenvolvimento de grandes empreendimentos industriais, considerados da maior relevância socioeconômica para o Estado de Goiás, e o estímulo da industrialização do Estado de Goiás”, tendo por base, incentivos fiscais e de infra-estrutura para que empresas de outros Estados se instalem em Goiás.

⁶ Após passar por reformulação, o programa de incentivos do Estado, FOMENTAR, passa a ser o PRODUZIR.

⁷ A AGF é um instrumento que permite ao Governo garantir o preço mínimo ao produtor rural ou sua cooperativa, mediante a compra direta do seu produto, quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo. Os produtos devem estar classificados e devidamente armazenados em unidades credenciadas pela Conab. As compras dos produtos compõem o estoque público.

⁸ O EGF é uma linha de crédito de financiamento, com base no preço mínimo, concedida a produtores, cooperativas e agroindústrias. O crédito é para estocagem do produto pelo beneficiário, por até 180 dias, com taxa de juros de 6,75% ao ano. As uvas e seus derivados estão contemplados pelo EGF com um limite de até R\$ 20 milhões para cooperativas e agroindústrias. O limite para o produtor rural é de R\$ 400 mil.

⁹ Por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), de 1966, o governo estabelece o preço mínimo de garantia para diversos produtos, que são definidos para cada safra. A atuação governamental ocorre quando o preço de mercado está abaixo do preço mínimo. Essa intervenção pode se dar por meio de operações de compra, de equalização de preços ou de financiamento. A Aquisição do Governo Federal (AGF) e o Empréstimo do Governo Federal (EGF) são os dois instrumentos mais tradicionais de intervenção do governo no mercado e

surgiram junto com a PGPM. A partir dos anos de 1990, houve uma profunda reforma na política agrícola, com a criação de novos instrumentos capazes de sustentar os preços pagos aos produtores rurais, com maior eficiência, sem a necessidade de grande aporte de recursos do Tesouro Nacional.

¹⁰ Lei de Terras, como ficou conhecida a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil. Até então, não havia nenhum documento que regulamentasse a posse de terras e com as modificações sociais e econômicas pelas quais passava o país, o governo se viu pressionado a organizar esta questão.

¹¹ As raças sintéticas se formam pelo cruzamento de duas ou mais raças e vão sendo aprimorados através da seleção. Respondem a uma concepção distinta com respeito às raças tradicionais, porque as raças sintéticas são criadas para dar uma resposta a novas necessidades de produção, de adaptação ou de mercado, e onde muitas vezes as gerações e retenções do vigor híbrido são importantes para a solução dos problemas existentes. Diferenciam-se das raças tradicionais ou puras, pois possui maior variabilidade genética porque somam as características das raças que lhe deram origem. Essa maior variabilidade é compensada por seus níveis mais altos de produção, devido ao vigor híbrido que as raças sintéticas possuem. Também tem uma combinação dos caracteres desejáveis das raças originais, para satisfazer melhor os requerimentos globais de produção e do mercado.

¹² A **Análise S.W.O.T.** – Strengths Weaknesses Opportunities Threats - (ou **análise F.O.F.A.** em português) é uma ferramenta estrutural utilizada na análise do ambiente interno, para a formulação de estratégias. Permite-se identificar as Forças e Fraquezas da empresa, extrapolando então Oportunidades e Ameaças internas para a mesma.

Fonte: <http://www.administracaoegestao.com.br/planejamento-estrategico/analise-swot/>